

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LUÍS ANTÔNIO GOMES LIMA

**A INFÂNCIA NA PSICANÁLISE DE DURVAL MARCONDES:
PATOLOGIA E NORMALIZAÇÃO NO PROCESSO CIVILIZATÓRIO**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para obtenção do título de doutor em
Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientadora: Professora Maria Helena Souza Patto

São Paulo

2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Lima, Luís Antônio Gomes.

A infância na psicanálise de Durval Marcondes: patologia e normalização no processo civilizatório / Luís Antônio Gomes Lima; orientadora Maria Helena Souza Patto. -- São Paulo, 2009.

123 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. História da Psicanálise - Brasil 2. Crianças 3. Psicanálise e Educação 4. Marcondes, Durval, 1899-1981 I. Título.

RC503

**A INFÂNCIA NA PSICANÁLISE DE DURVAL MARCONDES:
PATOLOGIA E NORMALIZAÇÃO NO PROCESSO CIVILIZATÓRIO**

Luís Antônio Gomes Lima

Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo – Instituto de Psicologia
Área de Concentração – Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

BANCA EXAMINADORA

Tese defendida e aprovada em ____/____/____

Dedicatória

Dedico este trabalho, de significação especial para mim, a Antônio Ferreira Lima (in memoriam), sonhos e lutas que se presentificam, à Renata, minha vida e amor, de sonhos e lutas que juntos construímos, e à Clarice e Helena, luzes que lançam os sonhos nas veredas do tempo.

Agradecimentos

Faço um agradecimento especial a Maria Helena Patto, pelos ensinamentos, por compartilhar seus conhecimentos de forma generosa, pela possibilidade de um encontro humano com uma pessoa cujas idéias têm a força para inspirar o pensamento e a luta.

Agradeço a toda minha família, pela força e pelo amor que a tudo confere sentido; à Renata, companheira amada de todas as jornadas, à Clarice e à Helena, beleza do presente e do futuro; à minha mãe e ao meu irmão, pela força e pela história que nesse momento se realiza e se renova; à minha-família-da-Renata, através de Pola, Sílvio, Chana (Ana), Silvinho, Kátia, Carlinhos, estendendo minha gratidão a todos aqueles que, se não escrevo o nome, mesmo assim sabem que estão aqui presentes de coração.

Agradeço aos amigos, com quem experimento e compartilho as batalhas do cotidiano, as alegrias, as tristezas, os temores e as expectativas, tentando construir em cada momento a utopia que nos mobiliza e nos une; agradeço a todos de coração, através de Sandro, Piquet, Beto, Marcelão, João Paulo e Andréa, Mirna, Bia, Jaqueline, Mineiro, Fábio, Eliane, Marisa, Marta, Hélio, a partir de cujos nomes também estendo minha gratidão a todos os amigos.

Aos amigos e colegas professores, alunos e funcionários da Universidade São Judas Tadeu e do Instituto Superior de Educação Vera Cruz, locais não só de trabalho e reflexão sobre a formação de psicólogos e educadores, mas locais em que compartilho relações de convivência marcadas também pela amizade e pelo afeto.

Aos professores, cujo trabalho e percurso acadêmico são referências para meu processo de formação; agradeço a Maria Helena Patto, José Leon Crochik, Paulo Albertini, Lino de Macedo, Maria Cristina Kupfer, João Augusto Frayze-Pereira, Iray Carone, a partir

de quem estendo minha gratidão a todos os professores que constroem uma psicologia para a qual o sentido maior é o respeito à dignidade e a emancipação humana.

Aos amigos funcionários do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, entre os quais alguns com quem tenho uma história de convivência e amizade desde a graduação, sempre prestando auxílio na realização dos estudos e pesquisas, e acompanhando de forma próxima e simpática, com o afeto expresso em palavras e gestos, meu processo de formação.

Resumo

A pesquisa analisa a concepção de criança presente na produção científica do psicanalista paulista Durval Marcondes. Realiza uma discussão sobre a historiografia que estuda o percurso deste autor, estabelecendo as primeiras reflexões que compõem a seqüência deste estudo através do diálogo com as investigações realizadas nessa área temática. Faz um levantamento e leitura de artigos escritos por Marcondes, no intuito de pensar o sentido de criança em sua obra, visando sua problematização. A análise mostra que a criança é significada como doença, constituindo um remanescente da ancestralidade selvagem do homem no interior do processo civilizatório. Contextualiza essa concepção, discutindo sua articulação com a dimensão histórico-social na qual Durval Marcondes escreve seus artigos, o que leva a considerar a educação pública, as transformações nas famílias e o debate protagonizado pelo autor junto à comunidade psicanalítica internacional. O trabalho permite afirmar que a concepção de criança como doença nos textos psicanalíticos de Durval Marcondes sinaliza o estabelecimento de um regime disciplinar que, ainda incipiente no Brasil, envolve a psicanálise como parte do aparato que objetiva o controle dos indivíduos a partir da normalização da infância.

Abstract

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – HISTORIOGRAFIA DA OBRA DE DURVAL MARCONDES.....	14
A PSICANÁLISE E A ESCOLA NOVA NO BRASIL	24
A MATRIZ MÉDICA E A GESTAÇÃO DE NOVAS PROFISSÕES	29
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DOS ESCRITOS DE DURVAL MARCONDES	32
OS INTERLOCUTORES	33
EXAME TERMINOLÓGICO	37
PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	38
MODALIDADES DE REFERÊNCIA À INFÂNCIA	41
<i>Referência direta à infância: a higiene mental escolar.....</i>	<i>41</i>
<i>Referência indireta à infância: o desenvolvimento psicológico nas elaborações psicanalíticas de Durval Marcondes.....</i>	<i>52</i>
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE CONTEXTUAL.....	77
A INFÂNCIA E A PSIQUE: NOVOS FOCOS DE EXERCÍCIO DO PODER	78
O ESTATUTO SANITÁRIO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA	88
O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA FAMÍLIA	98
DURVAL MARCONDES: PSICANÁLISE E POLÍTICA	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	120

Introdução

Após a conclusão da dissertação de mestrado intitulada “Um estudo psicanalítico sobre a produção do conhecimento na criança psicótica” (1998), permaneceu uma pergunta acerca da significação de criança para a psicanálise. O problema parecia não se colocar para a teorização psicanalítica, senão enquanto elemento da construção da subjetividade ou do debate metapsicológico; por conseguinte, a historicidade da criança parecia ficar relegada a um segundo plano, praticamente não sendo problematizada. Constituía-se, desse modo, a preocupação que iria orientar novas leituras e reflexões.

As indagações sobre o estatuto da infância para a psicanálise¹ levaram à necessidade de localizá-las na realidade brasileira, mais especificamente, a criança e a psicanálise no Brasil. A partir da heterogeneidade do campo psicanalítico, a pergunta também recaía nas formas com que a psicanálise foi introduzida e difundida em solo brasileiro.

Com essas indagações, ingressei no GEHPAI – Grupo de Estudos em História da Psicologia Aplicada à Infância -, grupo coordenado por Maria Helena Souza Patto, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Nesse espaço de debate e produção acadêmica, o tema da infância conduziu, entre outras atividades, a uma pesquisa que desembocou na publicação de “História da Infância no Brasil - Levantamento Bibliográfico”

¹ É necessário distinguir **criança** e **infância**, no plano dessa argumentação. A par da necessidade de averiguar suas significações específicas e as apropriações que sobre essas palavras operam, seja no âmbito da psicanálise freudiana, seja no âmbito de sua leitura e interpretação por parte de Durval Marcondes, propõe-se como diferenciação designar **crianças** em referência aos sujeitos sociais concretos, alvos de atenção e preocupação no conjunto das relações sociais, e designar **infância** em referência à temporalidade da existência individual enquanto território próprio, em contraste com as outras divisões da história de vida de um sujeito. Ainda que tal distinção não atenda às formas de apropriação e de interpretação dessas categorias nos autores estudados, cabendo assim continuamente colocá-la em questão no movimento mesmo do processo de pesquisa em curso, partiremos dessa distinção primeira.

(2000). Este material abria a possibilidade de novas frentes de pesquisa face à riqueza do acervo levantado, fato que levou à formulação de novas perguntas. No curso das discussões aí realizadas, Maria Helena Souza Patto apontou a necessidade de se conhecer a relação entre a psicanálise e a educação no contexto da história da psicanálise no Brasil, o que remete à investigação de autores como Arthur Ramos e Durval Marcondes, dois nomes fundamentais na difusão da psicanálise, respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Depois dos primeiros estudos, constatou-se que Durval Marcondes e sua obra foram objeto de poucas pesquisas, o que delineava um importante caminho para a investigação. Com esses elementos, tomou forma o tema da concepção de criança nos escritos de Durval Marcondes como projeto de pesquisa para a elaboração da tese de doutorado. Na seqüência dos estudos, tornou-se cada vez mais clara a relação entre a psicanálise e a educação como acontecimento fundamental na implementação da psicanálise no Brasil, materializada na criação das clínicas de orientação infantil em serviços de higiene mental escolar. Arthur Ramos e Durval Marcondes coordenam equipes de trabalho nessas clínicas. Marcondes coordena o Serviço de Higiene Mental Escolar², instituição que em São Paulo abriga essas clínicas.

Dessa maneira, pesquisar a higiene mental escolar é peça-chave para compreender a história da psicanálise no Brasil. Nas clínicas de orientação infantil do SHME são atendidas crianças com queixas escolares que envolvem o comportamento percebido como desajustado e a assim denominada deficiência mental, através de anamnese, exame psicológico, consultas com o médico e com o psiquiatra. O processo de atendimento se desdobra na orientação aos pais e professores, monitorada por visitas domiciliares, e atendimento às próprias crianças quando necessário. Este dispositivo de intervenção toma por base as formulações

² Desse ponto em diante, ao longo do texto, a referência a esse serviço será feita pela abreviatura SHME.

psicanalíticas de Durval Marcondes, via pela qual a psicanálise é difundida e mais tarde institucionalizada no meio científico e acadêmico em São Paulo. A história da psicanálise no Brasil, aqui considerada na particularidade de São Paulo, tem na atenção social dirigida a crianças, desse modo, o caminho para a sua introdução e institucionalização no país.

Esses primeiros dados compõem o começo do exame das pesquisas históricas que tematizam, de forma integral ou parcial, o percurso psicanalítico de Durval Marcondes. A análise da historiografia neste recorte possibilita, assim, conhecer as produções científicas realizadas, em termos de seus conteúdos, preocupações e lugares teóricos de onde discutem seu trabalho. Com esse diálogo, levantamos as principais hipóteses e formulações extraídas dessas produções, iniciando o percurso de análise da presente investigação. Constituído esse panorama da historiografia no que concerne à obra de Durval Marcondes, o procedimento de pesquisa se volta ao levantamento, leitura e análise de escritos do psicanalista paulista, com o objetivo de identificar e discutir a concepção de criança neles presente. A análise desses textos possibilitou a construção da tese, fruto da leitura crítica das idéias do autor em estudo, tanto nas referências diretas quanto nas referências indiretas à criança em suas reflexões psicanalíticas.

A análise do contexto histórico-social no qual o sentido de criança é formado na obra de Durval Marcondes é o passo fundamental que conclui o processo de pesquisa, na medida em que a concepção de criança é vista aqui como expressão de relações concretas entre os homens ao longo do processo histórico. A análise contextual, ao se deter e aprofundar as articulações discutidas anteriormente, amplia o ângulo das análises já feitas, o que por sua vez nos conduz à compreensão crítica do movimento de produção do significado de criança nas elaborações psicanalíticas de Durval Marcondes.

A conclusão das análises realizadas coloca-nos impasses que se impõem ao debate na contemporaneidade. Cabe refletir, assim, sobre os fundamentos que norteiam a educação escolar de crianças, principalmente na esfera pública. E faz-se necessário, também, aprofundar o estudo das relações entre a psicanálise e o movimento higienista na obra de Freud, discutindo o movimento que se opera entre suas formulações e a dimensão política em que se inscrevem. Estas reflexões, porém, constituem temas para outras pesquisas, associadas a outras articulações presentes no objeto de estudo que escapam ao teor da investigação em curso.

Capítulo 1 - Historiografia da obra de Durval Marcondes

Com o objetivo de mapear e problematizar a historiografia que tematiza a obra de Durval Marcondes, fez-se um levantamento das pesquisas que discutem sua produção científica e profissional. Em meio a um acervo que revela uma crescente preocupação em estudar as raízes psicanalíticas em nosso país, significativamente expressivo a partir da década de 1990, foram reunidos os trabalhos que, de forma parcial ou integral, que se ocupassem do percurso de Marcondes na psicanálise. Assim, algumas investigações, ainda que importantes para a história da psicanálise brasileira, não foram incluídas na presente análise. A seguir serão apresentados os pesquisadores e uma sinopse dos principais aspectos de seus textos sobre o lugar de Durval Marcondes na história da psicanálise, sem perder de vista a significação de criança nela presente.

Mokréjs (1988), professora da Faculdade de Educação da USP – Universidade de São Paulo – é pesquisadora das relações entre psicanálise e educação, e autora de vários artigos nesta área temática. No artigo “Durval Marcondes – O primeiro capítulo da psicanálise e da psicopedagogia em São Paulo” elencado para esta análise, discute os percalços enfrentados por Marcondes em seus esforços para disseminar a psicanálise, abordando mais de perto aspectos teóricos tratados por esse autor e sua atuação no SHME.

Sagawa (1992, 2002) é psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e professor em psicologia clínica da UNESP – Universidade do Estado de São Paulo. Busca situar o lugar da psicanálise na sociedade brasileira, resgatando as vicissitudes de sua introdução em São Paulo desde Franco da Rocha e Durval Marcondes. Dos pesquisadores levantados, é o que mais se ocupa de Marcondes, ao escrever sua biografia para a “Coleção Pioneira de Psicologia Brasileira”, publicação coordenada pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo Grupo de Trabalho de História da Psicologia da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia. Dois trabalhos seus compõem o material aqui reunido: a

segunda parte de “Redescobrir a Psicanálise”, de 1992, no qual relata a introdução da psicanálise em São Paulo sob a ótica de Durval Marcondes, inclusive com capítulos nos quais transcreveu depoimentos que dele colheu e com a reprodução de artigos escritos por ele; a já referida biografia intitulada “Durval Marcondes”, de 2002, onde expõe a obra do psicanalista paulista, centrando-se principalmente nos aspectos que considera revelar o pioneirismo das iniciativas e posições defendidas pelo introdutor da psicanálise em São Paulo e sobre as adversidades enfrentadas para difundir e consolidar a psicanálise nos círculos científicos e acadêmicos da cidade.

Em 1994, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, através do Projeto Memória, criado para resgatar a história da psicanálise em São Paulo, comemorando os 50 anos da fundação da entidade, publica “Álbum de Família: imagens, fontes e idéias da psicanálise em São Paulo”, com artigos e fotos que procuram situar a psicanálise em sua articulação com as rápidas transformações sociais que acontecem na cidade ao longo do século XX. O fio condutor da narrativa é a participação da psicanálise no processo de modernização da metrópole.

Abrão (2001) centra a atenção no tema explicitado já no título de seu livro “História da Psicanálise de Crianças no Brasil”. Professor do curso de psicologia da UNESP, na área de Psicologia do Excepcional, apresenta as origens da psicanálise no Brasil, detendo-se na ação de psicanalistas junto à população infantil em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em “História da Psicanálise – São Paulo (1920-1969)”, Oliveira (2005) expõe o trajeto de implementação e consolidação da psicanálise na cidade, problematizando sua inserção no contexto social e cultural da época. As ligações com o movimento modernista, as fronteiras com a psiquiatria, a gestação de novas profissões no campo da saúde mental são aspectos examinados por ela, para entender a constituição do campo psicanalítico na sociedade

paulistana, desde a ebulição política e cultural da década de 1920 até o período pós-Golpe de 1964.

Feitas as apresentações, passemos a um exame dessas investigações, atentos às possíveis convergências e divergências entre elas, tendo em vista traçar um panorama dessa historiografia.

Sagawa (1992, 2002) coloca-se como porta-voz de Durval Marcondes. Seus textos revelam identificação com as posições assumidas pelo psicanalista paulista, quase como decalque de sua concepção psicanalítica e das estratégias abordadas para a sua consolidação. Como a história da psicanálise em São Paulo está muito ligada à figura de Durval Marcondes, uma pesquisa histórica que não tenha o cuidado de considerar os elementos e as articulações colocadas além da visão do psicanalista, acaba por se reduzir aos seus dilemas pessoais. Ainda que esses dilemas sejam pertinentes e significativos ao momento histórico em questão, esta dimensão é perdida quando a investigação limita-se à fala do entrevistado, tomando-a como expressão objetiva do que de fato aconteceu.

O elogio às classes de educação especial criadas no âmbito das ações do SHME e a comparação resignada entre a estrutura das clínicas de orientação infantil nos Estados Unidos e no Brasil, após a viagem de Marcondes para aquele país em 1952, são situações exemplares que mostram um pesquisador aderido acriticamente às idéias que procura estudar. Tal configuração é explicada, ao menos em parte, quando se considera a participação de Sagawa no projeto da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo de resgate histórico da instituição. Filiado à Sociedade, ele compartilha as inquietações que mobilizam os demais integrantes da instituição. As palavras de Nosek (1994, p;11) na introdução do livro publicado como fruto do Projeto Memória, são reveladoras:

(...) é freqüente o fato de que figuras do movimento originário em contato com o que seriam seus seguidores, não os reconheçam como tal, apesar de esforços de adesão do grupo seguidor. O que deveria ser uma escola de pensamento, torna-se, então, uma grife e como tal, como etiqueta, suficiente para assegurar o prestígio de quem a possui. A disputa, então, é pela posse, pela maior dosagem de autenticidade, pelo conhecimento pessoal do autor da grife original. Um movimento com este caráter provinciano não se respeita e muito menos respeita seus pares e como consequência, não cria condições de real debate científico. O diálogo é sempre buscado com a fonte originária, de forma dependente, sem restrições advindas de uma identidade estabelecida. Não se atinge a universalidade do conhecimento nem sua tradição particularizada. (p.11)

Trata-se, portanto, de uma comemoração de 50 anos marcada por um mal-estar institucional. As novas escolas de psicanálise e seus principais expoentes deixam na sombra a obra dos pioneiros. Sagawa representa esse sentimento, amplificando a insatisfação de Durval Marcondes e dos membros da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Mokrýs (1988) apresenta o psicanalista paulista como o pioneiro de uma abordagem psicopedagógica no enfrentamento das queixas escolares. Suas reflexões incidem, desse modo, nas possibilidades de conexão entre a psicanálise e a educação, inclinando-se mais à teorização psicanalítica do que a uma análise mais demorada dos dilemas da educação no Brasil. Neste sentido, não questiona, por exemplo, as queixas escolares pelas quais as crianças são encaminhadas para o SHME, antes destacando o fato de o psicanalista criar e coordenar uma equipe multiprofissional para atendê-las. Sua pesquisa, entretanto, é a única voltada para o campo específico da educação, ainda que o movimento que sobressai em suas análises seja da psicanálise para a educação.

Abrão (2001) concentra-se no levantamento e exposição dos dispositivos psicanalíticos dirigidos à criança e criados pelos introdutores da psicanálise em São Paulo e no Rio de Janeiro. Detém-se na reflexão sobre os serviços de higiene mental escolar criadas

por Durval Marcondes e por Arthur Ramos nestes estados e aponta as ligações da psicanálise com o movimento higienista, porém não as problematiza. Discute também as relações entre a psicanálise e a Escola Nova quanto à noção de indivíduo e à ênfase que identifica em ambas na aproximação entre família e escola. Essa discussão, porém, é atravessada pela premissa de que os acontecimentos a delinear essa história compõem as vicissitudes que antecedem a constituição de uma clínica psicanalítica infantil. Novamente os compromissos políticos da psicanálise no Brasil não são investigados.

A pesquisa de Oliveira (2005) diferencia-se das anteriores. A autora retoma as pesquisas aqui analisadas, com exceção feita ao trabalho de Abrão (2001). Situa o trabalho de pesquisa presente em “Álbum de Família” (1994) como preocupação do grupo de psicanalistas da Sociedade em constituir uma “psicanálise brasileira”, percebendo nela uma busca de tonalidade local à psicanálise aqui praticada e pensada. Não a considera, porém, no contexto da crise institucional que mobiliza o Projeto Memória na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Diverge da visão de Sagawa (1992, 2002) e Mokrýs (1988) em relação às estratégias do psicanalista paulista de institucionalização da psicanálise em São Paulo na medida em que, para ela, ambos reduzem as resistências por ele enfrentadas nesse processo a uma batalha pessoal de Marcondes pela afirmação da psicanálise. A autora também analisa de outro modo o SHME: apoiada nas reflexões de Foucault sobre o regime disciplinar, entende as ações do SHME como dispositivos de controle social. Ao mesmo tempo, Oliveira (2005) não estende a crítica que faz às intervenções sociais do SMHE ao movimento de institucionalização da psicanálise no Brasil, tomando esses dois fenômenos como se fossem separados. Como a difusão da psicanálise e a gestação de novas profissões têm como importante referência as atividades desenvolvidas pelo Serviço, a separação não se mostra procedente.

Esta pesquisadora examina também a inserção da psicanálise na cena cultural paulistana, sublinhando sua forte repercussão no movimento modernista, inspirando escritores como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, e a ferrenha oposição da Igreja Católica, ainda muito influente no campo da educação, da moral e dos bons costumes. Menciona também a relação da psicanálise com a Escola Nova e com a implantação de novas políticas públicas de saúde e higiene. Para ela, os embates entre a psicanálise e a psiquiatria, protagonizados por Durval Marcondes e Pacheco e Silva, pautam-se pela disputa da hegemonia no novo campo dos métodos terapêuticos.

A análise da autora desvela novas dimensões e formula novos problemas relativos ao processo de incorporação e consolidação da psicanálise em São Paulo, representando, assim, um avanço na historiografia da psicanálise brasileira. Cabe, entretanto, salientar que, seguindo os passos de Roudinesco, importante pesquisadora da história da psicanálise na França, Oliveira aproxima dois autores representativos de duas perspectivas teóricas inconciliáveis na fundamentação de sua análise: Ellenberger, autor de uma história da psiquiatria dinâmica de matriz positivista, e Foucault e sua arqueologia do saber. Ela reconhece esta oposição:

(...) Ellenberger, mesmo assinalando que a psiquiatria dinâmica se constrói na integração de uma terapêutica a uma teoria do inconsciente, conserva uma concepção positivista de uma história dos sistemas de pensamento inscrita em um modelo evolutivo. Ao passo que a concepção foucaultiana, aponta para uma reviravolta teórica e metodológica significativa principalmente quando se pergunta sobre as condições do conhecimento e o estatuto do sujeito e, no lugar de grandes evoluções inscritas em processos de continuidade, privilegia os cortes e propõe um estudo dos fenômenos de ruptura que permitem o assinalamento de um novo tipo de racionalidade, e de seus efeitos múltiplos. (2005, p.32)

Tal junção mostra-se problemática, na medida em que, apesar de estabelecer uma linha de argumentação que põe em evidência as ligações entre as atividades do SHME e a correlação de forças na esfera política no período histórico em que o Serviço atuou, a autora não realiza esse movimento em relação ao próprio discurso psicanalítico, antes restringindo a contundência de suas colocações às formulações psicanalíticas de Marcondes. Aponta a articulação entre a psicanálise e a higiene mental escolar em Durval Marcondes, colocando em destaque o controle que se opera sobre o indivíduo, como dispositivo do regime disciplinar; no entanto não se refere à crítica que Foucault faz à psicanálise, na qual ele a pensa como corpo teórico e eixo de novas práticas na perspectiva de novas formas de exercício do poder. Quando Oliveira (2005) adota esta referência teórico-metodológica a partir das pesquisas de Roudinesco, o que indica uma proximidade senão teórica ao menos nesta cor local com as críticas contundentes à psicanálise, não só de Foucault como também de Castel (1978) e Donzelot (1980), a análise que constrói não se volta com a mesma lucidez para o período histórico que nos é mais próximo, o que parece implicar uma noção evolucionista apoiada em Ellenberger, a indicar este paradoxo nos fundamentos da pesquisa.

A situação complica um pouco mais quando, ao referir-se às entrevistas que realizou, Oliveira (2005) faz uma interpretação psicanalítica da pesquisa histórica:

É interessante notar que do ponto de vista metodológico, a pesquisa historiográfica encontra um ponto de similitude com a psicanálise, aproximando mesmo as duas disciplinas, pois o psicanalista e o historiador têm em comum a relação com a memória, embora para um a aproximação se faça no individual, enquanto para o outro o enraizamento é no coletivo. No trabalho do historiador, a equação individual/coletivo pode ser resolvida pela convicção da presença, no espírito, de uma coisa do passado e pela procura de uma inserção plural de lembrança como assinala Paul Ricoeur, em particular no seu diálogo

com as teses de Maurice Halbwachs³. Todavia, durante a pesquisa fomos confrontados com uma dificuldade maior, aquela que Elisabeth Roudinesco chama de “resistência dos psicanalistas à sua própria história”⁴. Para essa autora, mais forte do que em qualquer outra comunidade, ela é o resultado da maneira como eles mesmos conceberam (SIC) a história, que, por outro lado, tem a ver também com o próprio conceito psicanalítico de resistência (p.40-41).

Como assinala Castel (1978), o próprio artifício que instituiu a relação analítica ao se alicerçar na neutralização de sua dimensão política leva como que a uma cegueira em relação às complexas mediações entre a psicanálise e a dimensão política na qual se insere. A pesquisa de Oliveira (2005), portanto, distingue-se das demais pelo aprofundamento de questões antes apenas descritas como componentes de um processo histórico inevitável e pela preocupação em esmiuçar as relações da psicanálise com a sociedade e a cultura paulistanas nos anos de sua difusão e consolidação no século XX. Entretanto, esbarra na limitação da crítica imposta pelo lugar teórico a partir do qual é feita.

O exame dessa historiografia mostra que o levantamento de documentos, registros, narrativas, conduz a problemas fundamentais quanto às formas de introdução da psicanálise em São Paulo e à concepção de criança presente na produção psicanalítica de Durval Marcondes. A maior parte das pesquisas, contudo, concentrou-se no registro de fatos, interpretando-os numa linha evolutiva em que a introdução da psicanálise comparece como um momento histórico de avanço teórico e prático.

³ Citando Ricoeur, P. **La mémoire, l’histoire, l’oubli**. Paris: Seuil, 200, p.146-153.

⁴ Citando Roudinesco, E. “Psychanalyse et histoire: résistance et mélancolie”. In Gauthier, M. **Les voies de la psychanalyse**. Paris: L’Harmattan, 1997, p.21-34.

Conhecer a concepção de criança nos escritos de Durval Marcondes é o foco de nossa pesquisa. Para tanto é preciso entender o processo de institucionalização da psicanálise no círculo científico e acadêmico de São Paulo, concepção e processo que se dão no interior das relações concretas em andamento naquele momento da história econômica, social e política brasileira. No marco teórico-metodológico de referência, o tempo histórico não é uma seqüência evolutiva; as rupturas não são fruto da “seleção natural”, que se dá numa sociedade entendida como natural. Neste sentido, não há pioneiros porque o presente não é continuidade e aperfeiçoamento do passado, rumo a um futuro na perspectiva da evolução e, portanto, do progresso. O processo histórico é concebido como inerentemente contraditório, porque a sociedade é estudada a partir das condições objetivas colocadas para a existência humana, marcadas pelas desigualdades entre os homens na esfera da produção e das relações sociais. As rupturas e os cortes são entendidos, desse modo, como constitutivos das relações sociais, o que faz da pesquisa histórica não o estudo do passado que nos seria alheio ou os antecedentes de uma evolução, mas o esforço da razão para compreender o presente e a realidade humana.

Esta pesquisa propõe-se, assim, a debruçar sobre o tempo histórico numa perspectiva diferente da adotada pelas pesquisas analisadas. O ponto de partida que se impõe é a crítica à concepção evolucionista de história nelas presente, que traz a idéia de que a psicanálise possui uma missão civilizatória que vem se somar à linha evolutiva da história humana. O que se quer é pesquisar a teoria e a prática psicanalítica de Durval Marcondes em sua relação com as contradições do capitalismo e do liberalismo que acionam recursos científicos para evitar conflitos sociais pela produção da adaptação ao estabelecido.

Como primeiro passo da investigação de sua concepção de infância, cabe retomar, nas pesquisas históricas levantadas, a forma como são concebidas a psicanálise de Durval

Marcondes, sua ligação com a Escola Nova no Brasil e a gestação de novas profissões no interior de seu projeto de intervenção social junto a crianças em idade escolar.

A psicanálise e a Escola Nova no Brasil

O Serviço de Higiene Mental Escolar é considerado, na historiografia mencionada, o ponto de junção entre a psicanálise e a Escola Nova no Brasil. Constitui-se como interferência nas condições do meio, tomadas como causas das queixas escolares, o que pressupõe um indivíduo em formação, tomado como objeto dessa nova concepção de educação.

Para Abrão (2001), a ênfase do SHME incide na solução de problemas de escolaridade dos alunos e na viabilidade do desenvolvimento *saudável* da criança, ponto de encontro entre a psicanálise de Marcondes e o movimento da Escola Nova no Brasil. Essa associação converge para uma noção de criança como um ser em desenvolvimento, inscrito no campo dessa psicanálise como “evolução pulsional”. O desenvolvimento da criança, pensado nos termos de uma evolução linear da sexualidade infantil, permite situar essa psicanálise no âmbito da higiene mental e, mais ainda, circunscrever o evolucionismo nele contido no quadro de um racismo sutilizado⁵. Essa associação entre psicanálise e Escola Nova, tendo em mente o ideário liberal que as sustentam, pressupõe um indivíduo que, em desenvolvimento, necessita de um conjunto de práticas educativas que moldem de maneira científica a escolarização. Abrão aponta a associação entre a psicanálise e a higiene mental escolar, porém

⁵Essa linha de argumentação baseia-se na análise de Schwarcz, na qual discute o pensamento dos homens de ciência no Brasil e sua filiação com as teorias raciais. Ver Schwarcz, L. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

não a problematiza. A higiene mental escolar evidencia toda uma articulação que revela as novas roupagens que operam um deslocamento da noção de raça para a noção de cultura, na medida em que se passa de uma concepção hereditária, para uma concepção ambientalista na explicação das desigualdades sociais⁶. Ou seja, a escolarização contém a noção de indivíduo como mercadoria, como valor a ser alvo de investimento num mercado da “mobilidade social” dos mais adaptados. Ao não problematizar essa associação, entende-se que Abrão desconsidera a Escola Nova como signatária de uma ideologia das aptidões naturais⁷, restringindo-se a uma compreensão mais abstrata desse movimento e de seu ideário.

Na discussão realizada por Sagawa (2002), as atribuições do SHME envolvem ações preventivas e remediativas. Para ele, o SHME oferece assistência às crianças com dificuldades escolares e previne desvios de caráter na vida adulta. O caráter de controle social aí presente fica inquestionado; mais que isso, ele elogia o pioneirismo da proposta, que ele expõe nos seguintes termos:

O que começou sendo uma simples prestação de serviços de um psiquiatra na escola acabou tornando-se uma proposta de intervenção de saúde mental mais ampla. Logo, Durval Marcondes percebeu que poderia ampliar o seu trabalho com as crianças nas escolas primárias ao unir os seus conhecimentos psicanalíticos às necessidades de intervenção psicológica durante o desenvolvimento das crianças nas escolas.

Acontece que nada se sabia sobre a vida das crianças fora das escolas primárias. Como elas se relacionavam com seus pais, se tinham muitos irmãos, se passavam o resto do dia somente na rua, se tinham o apoio dos pais para fazer os deveres escolares em casa, qual o nível intelectual delas etc. Toda esta gama de conhecimento da vida das crianças era totalmente inacessível na escola e, portanto, prejudicava qualquer entendimento psicológico destas crianças.

⁶Ver Patto, M. H. S. **A produção social do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996a, no qual discute essas conexões e seus significados político-sociais.

⁷Ver Bisseret (1979).

Durval Marcondes já estava suficientemente sensibilizado pela teoria psicanalítica e pelas observações clínicas de seu consultório particular, de tal maneira que estava muito atento para considerar a infância como um período decisivo no desenvolvimento da personalidade das crianças usuárias das escolas primárias públicas de São Paulo. Uniu estas duas áreas ao perceber que existia a possibilidade de exercer também uma função preventiva por meio de seu trabalho de higiene mental escolar (p.74-75).

Dessa maneira, as ações do Serviço recaem sobre o circuito das relações entre o comportamento do indivíduo e o meio no qual ele se insere. Nesse ínterim, cunhamos mais um termo ligado ao teor de nossas reflexões, *personalidade*, também evolutiva e cara a essa psicanálise, à Escola Nova e à higiene mental escolar⁸. A personalidade assim concebida remete, como outros termos já recolhidos na historiografia, à maleabilidade da criança como condição de modelagem a uma vida social equilibrada, ajustada, harmoniosa, ordenada⁹. Sagawa distingue a concepção de higiene mental de Durval Marcondes das concepções da Liga Paulista de Higiene Mental e da Liga Brasileira de Higiene Mental, identificando, na instituição paulista, uma “orientação abertamente pró-nazista” (p.73). Toma a proposta e a intervenção de Durval Marcondes junto a crianças nas escolas como promoção de saúde mental, motivo pelo qual acredita que o autor estudado praticava a verdadeira higiene mental, enquanto os psiquiatras das Ligas preocupavam-se mais com uma “limpeza” mental e social com objetivos de natureza “política” (p.73). Para Sagawa, a articulação da higiene mental escolar com a psicanálise realizada por Durval Marcondes representa uma autêntica e original

⁸Crianças e seus comportamentos são compreendidos, dessa forma, num primeiro tempo como conseqüências inevitáveis da hereditariedade, e nesse novo tempo como determinados pelo meio, passíveis de serem programados. Poucas são as perspectivas de análise que os concebem numa genuína relação dialética com os demais sujeitos sociais, como aquela que podemos encontrar na noção de formação em Adorno (1995).

⁹Evidencia-se cada vez mais a filiação desses termos ao positivismo, e a vocação deste para o totalitarismo, aliás, regime político em vigor no Brasil nos primeiros anos do SHME.

forma de profilaxia das neuroses e um trabalho de relevância social; para ele, Durval Marcondes é pioneiro da higiene mental escolar e do desenvolvimento infantil.

Oliveira (2005) problematiza mais o SHME e interpela seus fundamentos. Não vê a história da psicanálise como evolutiva, mas como produto de um momento histórico.

Outro aspecto associado às atividades do SHME e que legou às escolas públicas paulistanas a criação e a formalização das classes especiais, é o atendimento especializado aos considerados deficientes mentais. Sagawa (2002) enaltece esta medida:

Um dos trabalhos clínicos particulares desenvolvidos pela Seção de Higiene Mental Escolar foi ter dado destaque ao atendimento especializado de deficientes mentais. Até então, estas crianças foram tratadas como quaisquer outras e, portanto, não podiam chegar a desenvolver suas **reais potencialidades** na medida em que não foi dispensada qualquer **atenção especial** para suas **peculiaridades** de aprendizagem e de desenvolvimento emocional. (...) Nesta época, houve uma falta de compreensão das necessidades específicas dos alunos deficientes mentais e, por estarem em uma mesma classe com os demais alunos e não conseguirem seguir o ritmo destes, acabavam prejudicados por simplesmente serem comparados aos demais. Portanto, a criação de classes especiais dava a estes alunos as condições mais propícias de chegarem ao seu ritmo e limite de desenvolvimento e não ficarem “marginalizados” por não acompanharem os demais. (p.82-83, grifos nossos)

Pouco questionam, assim, as queixas individualizantes de dificuldades de aprendizagem, a concepção de inteligência presente nos testes de nível intelectual os próprios procedimentos de mensuração, o que revela concepções que endossam essas atividades do Serviço num momento histórico em que alguns pesquisadores já haviam interpelado a naturalização da queixa escolar e pensado a historicidade da Psicologia e da psique (Patto, 1996a; Bosi, 1978, entre outros). Simplesmente se aceita uma política educacional que não tem sequer caráter preventivo, mas se limita a uma “atenção diferenciada” por tempo

indeterminado, indeterminação que trai uma certeza de que a incapacidade de aprendizagem escolar das crianças deficientes é irreversível¹⁰. A naturalização das dificuldades de aprendizagem desconsidera e, conseqüentemente, desqualifica outras formas de pensar e praticar a escolarização formal, como a dos libertários e outras organizações de trabalhadores, em plena ação nas primeiras décadas da República em São Paulo.

As classes especiais, assim naturalizadas, são apresentadas como necessidade que se impõe, inevitáveis, e a atenção diferencial/especial escamoteia a estigmatização, mesmo que oficialmente se pretenda o ajustamento social dessas crianças. Nessa passagem identificamos novamente o princípio evolucionista, ao apostar na possibilidade de transformação das crianças alunas dessas salas embora, nas relações escolares ainda prevaleça o princípio darwinista social, pois o que se produziu, concretamente, foi a separação física, pedagógica, social, legitimada pelas elaborações psicanalíticas de Durval Marcondes. O SHME é referido como modelo, sendo elogiado como uma iniciativa “moderna”. Moderno conota o novo que substitui o velho, o civilizado que se opõe ao bárbaro (entendido como violento, irracional), o científico que prevalece sobre as crenças e práticas cotidianas. Defrontamo-nos de novo com pares de opostos forçadamente harmonizados: no discurso e nas intenções, a modernização dos novos tempos; nas práticas do cotidiano escolar, a violência física e simbólica sob a roupagem da “atenção diferenciada.”

¹⁰É importante notar que essa atividade do SHME, ainda que este tenha sido fechado em 1974, prosseguiu como parte de políticas públicas na área.

A matriz médica e a gestação de novas profissões

Um problema de fundamental importância abordado pela historiografia da psicanálise brasileira refere-se à estratégia adotada por Durval Marcondes de institucionalizar a psicanálise na Faculdade de Medicina. Segundo os pesquisadores mencionados, Marcondes buscou intensivamente essa filiação como forma de assegurar a credibilidade da psicanálise. Rechaçado em todas as tentativas, incluindo o momento em que a USP é inaugurada, opta pela criação da Sociedade de Psicanálise, segundo o modelo de formação psicanalítica de Berlim. Essa situação acaba por decidir parte dos rumos da psiquiatria e da psicanálise em São Paulo, e mesmo das profissões que seriam criadas mais tarde, como a própria psicologia e a assistência social. Sagawa (2002) expõe essa posição adotada por Durval Marcondes nos seguintes termos:

Ao começar a existir enquanto sistema terapêutico e explicativo, a Psicanálise enraizou-se estrategicamente no campo médico, embora o discurso de Durval Marcondes tenha sido combativo em relação a diversos procedimentos e atitudes médicas relacionadas ao diagnóstico e tratamento. Justamente por não haver um campo psicanalítico aqui, o campo médico foi o campo de batalha para o campo psicanalítico vir a se constituir, por mais que tenha sido contraditória e paroxística essa dependência inicial do campo médico. (p.43)

E prossegue em sua linha de argumentação:

(...) a Psicanálise não se confrontou com a Medicina enquanto adversária desta, embora o contrário tivesse algum sentido ao se considerar que a Psicanálise “ameaçou” a hegemonia médica. (...) O fato é que a Psicanálise dependeu do reconhecimento da legitimidade quanto à sua pertinência ao campo médico, nesse momento inicial, a fim de evitar sua apropriação por “charlatães”, o que foi um risco corrido, de fato, em algumas ocasiões. A Psicanálise sempre teve muito mais a perder do que a ganhar, caso promovesse a ruptura completa com a Medicina, no contexto local. (Sagawa, p.55-56)

Ela entende que tal situação pode ser explicada pela busca de legitimação social por parte da nascente psiquiatria paulistana, que reivindicava seu lugar no campo científico e acadêmico em São Paulo, o que levou ao acirramento dos embates com a psicanálise, sobretudo no que se refere à discussão em torno dos métodos terapêuticos.

No SHME, Durval Marcondes não só promoveu a institucionalização da psicanálise, mas colaborou decisivamente para a criação e regulamentação de novas profissões na área de saúde mental. Ou seja, se a educação nasce sanitária (ao menos formalmente) a psicologia nasce higiênica, traçando suas próprias fronteiras anos depois de Durval Marcondes ter lutado para institucionalizar a psicanálise via Faculdade de Medicina. As estratégias desse psicanalista para assegurar a seriedade científica da psicanálise ganham ainda mais corpo quando ele defende a psicanálise leiga. Além de coordenar a criação, e depois presidir, o órgão de formação oficial de psicanalistas em São Paulo, legitima a prática dos leigos, já que esta instituição admite não somente médicos. Marcondes faz alianças com outros segmentos profissionais em constituição, como as psicólogas, mais sensíveis e abertas à psicanálise concebida nessa chave higienista.

Esse processo irá desembocar na criação da especialização em Psicologia, no curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e, anos mais tarde, na Cadeira de Psicologia Clínica do curso de Psicologia, criado em 1957, depois Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP, a partir de 1970, nos quais Durval Marcondes desempenhou papel de destaque no ensino da psicanálise.

Munidos dessas reflexões, construídas no necessário diálogo com pesquisas da história da produção científica de Durval Marcondes, a investigação que fizemos visa delinear o sentido de criação em sua obra, o que possibilita o aprofundamento da análise da introdução

da psicanálise em São Paulo e o entendimento que o psicanalista paulista tem da própria psicanálise.

Capítulo 2 – Análise dos escritos de Durval Marcondes

Os interlocutores

Após amplo levantamento da produção científica de Durval Marcondes, levantamento subsidiado pela pesquisa historiográfica discutida anteriormente, foram reunidos 23 textos, abrangendo um período que vai de 1933 a 1980. Esquadrinhados em seu conjunto, foi possível discernir as intenções do autor em relação aos interlocutores que visam atingir nos temas e problemas tratados, todos no referencial teórico por ele escolhido, a psicanálise.

Os 4 primeiros textos, escritos na década de 30 do século passado, são publicados em revistas de medicina. Revelam o esforço de Durval Marcondes em divulgar a psicanálise, ao exercitar uma aplicação de seu repertório teórico-conceitual para a compreensão das psicoses como em “A psicanálise dos desenhos dos psicopatas” (1933a) e ao defender a pertinência e a eficácia da terapia psicanalítica em “Os resultados do tratamento analítico” (1935a). Em “A influência do cinema na agravação das neuroses” (1933b), advoga a adequada dosagem de influência sugestiva através da psicanálise, em contraponto aos perigos advindos de uma administração não controlada, como no caso do cinema, por exemplo, passível, segundo o autor, de piorar os quadros neuróticos. Em “Um aspecto psicanalítico da cirurgia” (1935b) expõe uma compreensão psicanalítica de uma atividade médica, a cirurgia. Seu público-alvo são os médicos; e tão ciente está das objeções e da recepção adversa da psicanálise, que, no primeiro texto mencionado, explicita que está divulgando os conhecimentos da psicanálise e, no segundo, adverte seus leitores dos eventuais preconceitos na apreciação de suas possibilidades terapêuticas.

Os 5 textos seguintes discutem a experiência acumulada nas clínicas de orientação infantil do Serviço de Higiene Mental Escolar, fundado em 1928 e oficializado em 1938,

todos escritos na década de 40. Os 3 primeiros, “A higiene mental escolar por meio da clínica de orientação infantil” (1941a), “Avaliação dos resultados obtidos na clínica de orientação infantil de São Paulo” (1941b) e “Contribuição para o estudo do problema dos repetentes na escola primária (condições físicas, psíquicas e sociais)” (1942), são publicados na Revista de Neurologia e Psiquiatria de São Paulo, o que mostra que Durval Marcondes se dirige novamente aos médicos, sobretudo aos psiquiatras, para expor os resultados e os dilemas colocados a uma higiene mental escolar aplicada, informada pela psicanálise. O quarto e o quinto trabalho fazem parte do livro “Noções gerais de higiene mental da criança”(1946), que o psicanalista organiza, compilando artigos de vários membros da equipe técnica do Serviço, que discutem a especificidade de cada intervenção e assim configuram várias profissões em gestação, como a de psicólogo e a de assistente social. “Clínica de orientação infantil; suas finalidades e linhas gerais de sua organização” (1946a) é muito semelhante ao primeiro artigo desta série intitulado “A higiene mental escolar por meio da clínica de orientação infantil” (1941a); possui o mesmo teor, porém com linguagem adaptada à leitura de um público-alvo maior. Em “A criança e a guerra” (1946b), discute a permeabilidade da criança à realidade exterior, particularmente em situações de guerra (refere-se de forma mais específica à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942); o texto, porém, extrapola em grande medida esse recorte, e nele Durval Marcondes apresenta em várias passagens, clara e explicitamente, sua concepção de criança. Este livro evidencia a preocupação em ampliar o número de interlocutores para além da área médica, apresentando novas práticas e saberes no campo da educação.

Os próximos 4 trabalhos – “Sobre a psicogênese do mal de engasgo” (1947), “Parecer sobre o exercício da psicoterapia por psicólogos clínicos e psicanalistas não formados em medicina” (1955), “Formação psicossomática do médico” (1957) e “Relações médico-paciente” (1962) – indicam uma importante virada em sua produção. Três deles insistem na

incorporação da psicanálise à formação médica, através de argumentos que tentam demonstrar a consistência da ligação entre as doenças ditas orgânicas com a vida psíquica dos pacientes, e a qualidade da relação médico-paciente como componente do tratamento; neste contexto, propõe que se considere um campo novo, a psicossomática, ponto de articulação entre a psicanálise e a medicina. Seus artigos “Sobre a psicogênese do mal de engasgo” (1947), “Formação psicossomática do médico” (1957) e “Relações médico-paciente” (1962) sinalizam essa preocupação e exprimem um deslocamento em curso, no que se refere às estratégias de que se vale para institucionalizar a psicanálise no meio científico e acadêmico em São Paulo. Depois de participar do concurso para a vaga de Franco da Rocha na Cadeira de Psiquiatria da Faculdade de Medicina em 1936, vaga que foi ocupada por Pacheco e Silva, outro psiquiatra discípulo daquele professor, porém ferrenho opositor da psicanálise, Durval Marcondes, após ainda tentar a criação de uma cadeira de psicologia médica na mesma faculdade, na recém-inaugurada Universidade de São Paulo, acabou por optar pela via da fundação de um centro de formação específico, o que viria a se materializar em 1951, com a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, a primeira no Brasil a ser aprovada e reconhecida pela Associação Internacional de Psicanálise. Nesse sentido, o “Parecer sobre o exercício da psicoterapia por psicólogos clínicos e psicanalistas não formados em medicina” (1955), documento oficial em que se posiciona favoravelmente à psicanálise leiga, é praticamente um divisor de águas na produção do autor; representa a ruptura entre a institucionalização da psicanálise na área médica e a institucionalização em órgão próprio aberto a outras profissões. A partir desse momento, Durval Marcondes voltaria a publicar não mais se dirigindo privilegiadamente aos médicos, mas, sobretudo, aos psicanalistas em atuação e em formação na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, através de seu periódico oficial, a Revista Brasileira de Psicanálise; o periódico volta a circular em 1967, após 40 anos, depois de uma edição lançada em 1927, no ano de fundação da primeira

Sociedade Brasileira de Psychanalyse, que atuou até 1932, encerrando um período no qual teve como objetivo maior a tarefa de divulgação da psicanálise.

Os 10 textos que se seguem, então, de 1967 a 1980 abordam, de forma principal, temáticas centradas no processo analítico, em uma discussão que incide nas patologias que o autor considera como seus focos de ação, o que se pode acompanhar em “A melancolia como espaço patológico do mecanismo de identificação” (1967a), “A atuação como revivência da cena primária: papel do ataque epiléptico” (1967b), “Anotações para a compreensão psicanalítica da mania” (1967c), “Identidade de sexo e estruturação do ego” (1968a), aliada aos debates sobre as técnicas, a cura e a concepção de psicanálise realizados em “Profundidade e alcance do tratamento analítico: atuais restrições e perspectivas” (1968b), “A regressão na contratransferência” (1968c), “Novos aspectos da entrevista clínica: dificuldades contratransferenciais” (1968d), “Posição da psicanálise na psicologia e na ciência em geral” (1970), “Psicodinamismo do processo analítico” (1980a) e “Conceito de interpretação em psicanálise” (1999), este último artigo é fruto de uma apresentação no I Congresso Psicanalítico Latino-Americano, realizado em Buenos Aires em 1956, e publicação póstuma na Revista Brasileira de Psicanálise.

Esse conjunto de textos revela, portanto, o lugar de onde o autor escreve, a quem se dirige e os seus propósitos. Em um primeiro tempo, volta-se aos médicos, em busca de divulgação e reconhecimento da psicanálise como ciência e prática terapêutica, incluída aqui a higiene mental escolar como modalidade de abordagem às queixas escolares e profilaxia de patologias psíquicas na vida adulta. Em um segundo tempo, concentra seus esforços em assimilar à formação médica o conhecimento psicanalítico, por intermédio da ponderação da dimensão psicológica na relação médico-paciente e no processo de tratamento, o que mostra sua adesão aos princípios de uma psicossomática, havendo aqui um ponto de virada em sua

produção, marcada pela fundação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo em 1951, pela defesa, em 1955, da expansão do campo terapêutico para outros profissionais não médicos. Num terceiro tempo, defende uma concepção de psicanálise junto aos seus pares, em meio aos debates em curso na comunidade psicanalítica internacional.

Exame terminológico

O exame desse acervo permitiu também verificar que Durval Marcondes ao anotar as palavras criança e infância, bem como os termos a elas correlacionados, remete-as à dimensão temporal do desenvolvimento psicológico que neste período se engendra como alicerce de uma personalidade em formação. Nesse sentido, criança e infância são sinônimas nos escritos de Durval Marcondes tanto na perspectiva da adaptação social visada pelo SHME junto a esta população como na discussão dos temas que compõem os demais textos de sua produção científica.

Outro aspecto fundamental à pesquisa é a natureza dos conceitos psicanalíticos, tal como entendidos por Marcondes. Deixaremos para a análise contextual dos resultados da pesquisa a discussão das diferentes apropriações da teoria psicanalítica freudiana nas diferentes escolas em presença naquele momento, particularmente a leitura que Durval Marcondes faz dos debates em curso na comunidade psicanalítica internacional. Cabe, entretanto, esclarecer que o autor situa seus argumentos no campo da pesquisa psicanalítica filiando-se à escola americana e à escola inglesa, sobretudo a primeira, tomando como referências maiores Franz Alexander e James Strachey, entre outros psicanalistas, cujas proposições afinam-se com o ideário higienista que marca as reflexões psicanalíticas de

Durval Marcondes. Pode-se depreender dos escritos do psicanalista paulista que ele está atento ao debate teórico-clínico que ocorre entre as escolas de psicanálise, principalmente no que se refere à técnica e à concepção de cura. Dessa maneira, ainda que explicitamente discordâncias em alguns pontos com as idéias de Freud, não o faz visando atacar seus alicerces, mas para defender uma visão claramente próxima ao higienismo. No interior desse debate levado a efeito na produção psicanalítica internacional na época, Marcondes assume uma posição que não está alheia ao pensamento dos psicanalistas em outros países, sendo antes representativa da heterogeneidade e, pode-se dizer, de uma certa dispersão desse campo. Assim, a própria proximidade das idéias psicanalíticas com a higiene mental em seus textos pode estar apoiada em concepções de psicanalistas da comunidade psicanalítica mundial. E como a escola americana de psicanálise entrosou-se muito bem com as teses higienistas, identificamos nessa articulação um dos eixos do pensamento psicanalítico.

Procedimentos de análise

No início do estudo dos escritos de Durval Marcondes, nossa atenção prendeu-se mais aos textos que descrevem as ações do SHME, nos quais a infância é tratada de forma direta. Embora já fosse possível identificar nesses textos a concepção de criança adotada pelo autor, o trabalho de análise da historiografia sobre Durval Marcondes levou a uma pista importante: a íntima ligação entre uma concepção evolucionista de psicanálise e uma concepção de desenvolvimento psicológico nessa mesma chave. Desenvolvimento psicológico equivale, na linha psicanalítica seguida pelo autor, à temporalidade da infância. Percebemos, por conseguinte, a necessidade de investigar mais extensamente nos escritos de Durval Marcondes o modo de entendimento da infância. Foi assim que o levantamento bibliográfico

dos 5 textos específicos sobre o trabalho do SHME atingiu mais 18 artigos, o que permitiu constatar que a concepção de infância se mantém homogênea do início ao fim de sua obra.

O exame da produção científica de Marcondes no tocante à concepção de criança nela conduziu a um reordenamento dos artigos, fundamentado na necessidade de reconstituir o movimento que a produz. A reconstituição em causa não opera sobre os textos tomados em si mesmos, mas sobre os elementos que definem o sentido de criança que se expressa na obra do autor.

Com a preocupação de retratar a significação de criança nos trabalhos de Durval Marcondes, procedeu-se a uma divisão dos textos em dois subconjuntos: o primeiro formado por 5 textos em que a criança e os termos que lhe são correlatos comparecem de forma direta; o segundo, constituído de 18 textos nos quais a concepção de criança aparece de forma indireta, seja nos que visam divulgar e expandir a psicanálise em São Paulo, seja nos que trazem sua tomada de posição quanto à natureza do processo analítico. Tanto numa direção quanto noutra, a modalidade de referência indireta à criança é feita no bojo da concepção de desenvolvimento psicológico, por sua vez convocada como verdadeiro fundamento da discussão dos problemas centrais desses artigos. Dessa maneira, se os diversos temas tratados nestes textos não se remetem explícita e diretamente à criança, todos eles se vêm atravessados por uma noção de desenvolvimento psicológico em que subjaz uma concepção de infância. Desse ângulo, os artigos, em sua totalidade, referem-se à infância e a divisão entre a referência direta e a referência indireta à infância servirá como operadora de leitura.

No interior dessas duas modalidades de referência, a criança comparece tematizada sob óticas distintas, ainda que solidamente ligadas. A referência direta à criança se materializa nas reflexões de Durval Marcondes baseadas nas intervenções do SHME; essa articulação entre criança e higiene mental escolar é fundamental à pesquisa. A referência indireta à

criança, imiscuída na noção de desenvolvimento psicológico nos demais artigos, pressupõe uma temporalidade na qual paradoxalmente irá se diluir, em função da formação do adulto. Com um forte acento higienista, a compreensão de desenvolvimento psicológico discutida pelo autor invoca a psicanálise para domar a criança e logo transformá-la em adulto, ao passo que persegue a criança que irrompe no adulto sob um olhar que a toma como patologia. Nessa perspectiva, a infância subjacente ao desenvolvimento psicológico, e este tomado como premissa normalizadora da criança e do adulto, revelam no final a razão de ser da psicanálise para Durval Marcondes: “uma experiência de retificação emocional”. Esse significado de criança coaduna-se com aquela indicada na referência direta, porque vinculada a ações e práticas dirigidas a sujeitos sociais concretos.

Balizada por esses argumentos, a análise será realizada de duas maneiras: na referência direta à criança observar-se-á a sequência histórica de publicação dos textos, com uma exposição sintética de cada um deles; na referência indireta, a exposição, ainda que também acompanhe a sequência histórica de publicação, será ordenada em conjuntos que congregam eixos temáticos.

Pode-se afirmar, a título de abertura à análise das categorias, que o higienismo atravessa a produção psicanalítica de Durval Marcondes de uma ponta à outra, seja no período histórico abarcado, seja nos assuntos tratados. Por um lado, a higiene mental escolar é o ponto de conexão entre psicanálise e educação; por outro, uma psicossomática higienista constitui o ponto de conexão entre psicanálise e medicina.

Modalidades de referência à infância

Referência direta à infância: a higiene mental escolar

São 5 os textos que compõem essa categoria: “A higiene mental escolar por meio da clínica de orientação infantil” (1941a), “Avaliação dos resultados obtidos na clínica de orientação infantil de São Paulo” (1941b), “Contribuição para o estudo do problema dos repetentes na escola primária (condições físicas, psíquicas e sociais)” (1942), “Clínica de orientação infantil; suas finalidades e linhas gerais de sua organização” (1946a) e “A criança e a guerra” (1946b). Os textos retratam o conhecimento e a experiência construídos nas atividades do SHME, coordenado por Durval Marcondes.

No primeiro artigo, “A higiene mental escolar por meio da clínica de orientação infantil” (1941a), o autor expõe os princípios que fundamentavam as ações desenvolvidas nas Clínicas de Orientação Infantil – as COI’s – do SHME, que objetivavam diagnosticar e tratar os problemas de comportamento e de personalidade das crianças nelas atendidas, encaminhadas por pais, professores, autoridades educacionais e médicas, e outros profissionais. A composição da equipe e seu modo de funcionamento também são descritos. Sobressai neste texto o modelo adotado das COI’s americanas, nas quais a criminalização é substituída pelo estudo do comportamento desajustado e da personalidade a ele subjacente, como base para a prevenção. Defende-se a correção da atitude dos “modeladores da personalidade da criança”¹¹, sobretudo dos pais, mas também dos professores, vendo a escola como lugar de aumento das “solicitações ambientais” e, portanto, de risco de uma potencial formação psíquica “defeituosa”. A lista de problemas de personalidade é tão extensa que

¹¹ “Modeladores” é um termo freqüentemente empregado por Durval Marcondes para se referir à ação de “esculpir” o supostamente maleável psiquismo da criança, papel atribuído aos pais.

resulta na patologização do comportamento das crianças que freqüentam as escolas públicas atendidas: tiques, maus hábitos sexuais, furto, sucção do polegar, fugas, fantasia excessiva, apatia, distúrbios da palavra, onicofagia, fobias, enurese, mentira, timidez, instabilidade, conduta perturbadora na escola, mau gênio. Toma-se como norma da estrutura familiar a família nuclear. No dispositivo de atendimento das COI's, o meio é o foco e a atitude dos pais o principal ponto de incidência das intervenções. Após anamnese e exame psicológico que objetiva diagnosticar nível de inteligência e traços de caráter, orientações são transmitidas aos pais e, eventualmente, aos professores, para depois serem acompanhadas em sua evolução pela equipe, simultâneas a tratamento médico e psicoterápico quando necessário. No final do texto, alguns casos são apresentados, a título de ilustração do teor e dos fundamentos das intervenções, nos quais se insiste no papel modelador de professores e de pais e parentes que convivem com a criança. É interessante notar que, nas referências bibliográficas ao longo do artigo, comparece com força a produção científica da higiene infantil americana, ao contrário da psicanálise, ausente de forma direta dessas referências.

No artigo seguinte “Avaliação dos resultados obtidos na clínica de orientação infantil de São Paulo” (1941b), o autor propõe-se a examinar os resultados obtidos nas COI's, relativos aos níveis de sucesso na modificação e superação dos comportamentos escolares tidos como desajustados. Baseado nos registros do SHME, ele contém um levantamento dos casos atendidos de abril de 1939 a novembro de 1940. Nos dados apresentados, predomina o sucesso total ou parcial na maioria dos problemas elencados. O parâmetro de julgamento desses dados é o reajustamento do comportamento da criança às normas dominantes no meio escolar e doméstico.

No terceiro artigo, “Contribuição para o estudo do problema dos repetentes na escola primária (condições físicas, psíquicas e sociais)” (1942), o interesse se volta a uma questão

que já incomoda a escola pública paulista na época: os altos índices de repetência entre os alunos, fato que Durval Marcondes toma como desafio para a higiene mental escolar. Ainda que aponte o prejuízo econômico associado à reprovação, sua atenção se concentra na dimensão psicológica da questão. No segundo semestre de 1940, é feita uma pesquisa pelo SHME a fim de determinar as causas da “falta de aproveitamento escolar”. Detalhe significativo, embora se mostre ciente da influência dos aspectos pedagógicos, econômicos e políticos sobre o fenômeno estudado, o autor recorta, como se fossem autônomos, os aspectos psicológicos como determinantes de fracasso escolar. Mesmo assim, tal compreensão não o impede de considerar, na pesquisa que o SHME empreende para levantar as condições supostamente desfavoráveis ao aproveitamento escolar, o que nomeia como condições físicas, sociais e pedagógicas, estas últimas relegadas a um único item: a “mudança de professora durante o ano”, que ele afirma ser de fácil verificação. O elenco das condições físicas reduz-se a aspectos constitucionais, de natureza biológica, e a lista das condições sociais praticamente resume-se à estrutura e às relações do grupo familiar.

Na exposição e discussão dos resultados da referida pesquisa, entre as condições psíquicas desfavoráveis destaca-se a “apatia”, seguida de “condutas perturbadoras na escola”, “instabilidade”, “distúrbios da palavra”, “fantasia excessiva”, “mentira” e “timidez”:

Apatia, conduta perturbadora na escola, instabilidade, distúrbios da palavra, fantasia excessiva, mentira e timidez. São problemas da personalidade e da conduta relativamente comuns no meio escolar. O critério para essa qualificação nos casos estudados foi a opinião dos pais ou das professoras. Foram consideradas apáticas as crianças que reagem fracamente aos estímulos intelectuais e afetivos ordinários. São os indiferentes, os desatentos, os retraídos por falta de interesse (ao contrário dos tímidos, que são retraídos por inibição de ordem afetiva).

Conduta perturbadora na escola é uma denominação que abrange os casos de desobediência, rebeldia, e todas as manifestações de indisciplina que não estejam incluídas nos demais itens constantes do quadro.

Instabilidade, distúrbios da palavra, fantasia excessiva, mentira, timidez, são termos que se definem por si mesmos. O remédio para tais condições é o tratamento adequado num serviço de higiene mental infantil, pelo que seria recomendável a criação ou a ampliação de tais serviços. Para os distúrbios da palavra, há também necessidade da organização de escolas ou classes ortofônicas, ainda inexistente entre nós. (p.267)

Em relação às condições sociais, os dados apontam para o item “pais ou responsáveis negligentes” e para o item “frequência irregular à escola”, itens que discute de forma conjugada:

Pais ou responsáveis negligentes, frequência irregular à escola. Considera-se como negligência dos pais o fato de não se interessarem pelos estudos da criança, assim como não haver, em casa, disciplina (quanto a horário, asseio, etc.). Esse item inclui as crianças rejeitadas afetivamente, as que têm falta de estímulo no lar, as que vivem brincando na rua o dia todo. Inclui também as que têm excesso de mimo e fazem tudo quanto querem. As razões dessa negligência residem, quase sempre, nas *más condições culturais da família*, que não compreende a necessidade de zelar pela educação da criança.

A essas *más condições culturais* se somam frequentemente as *más condições materiais*, que se traduzem no abandono da criança enquanto os adultos se acham no trabalho.

A frequência irregular foi registrada tomando-se por base uma falta de assiduidade que, segundo a opinião verbal da professora, podia ser considerada como suficiente para comprometer o aproveitamento do aluno. As causas geralmente apuradas são: moléstias freqüentes, ocupação da criança no trabalho e excesso de mimo ou falta de interesse dos pais.

Ambas as condições, pais negligentes e frequência irregular – aliás estreitamente relacionadas, esta dependendo muitas vezes daquela – mostram a necessidade de *um corpo de agentes sociais ao serviço da escola (professoras visitadoras)*. (p.267, grifos nossos)

A “negligência parental”, tal como apresentada na pesquisa, associada às “más condições culturais e materiais da família”, vistas como caminhos para o abandono da criança, coloca a família como causa importante do fracasso escolar. Durval Marcondes afirma ser

necessária a cooperação entre escola e família, e define esta aproximação como tarefa do SHME.

Outro item significativo entre os dados pesquisados, que o autor aborda na sequência da discussão, é a deficiência mental, caracterizada na classificação da inteligência pelos “testes de Binet e Simon”. Embora não houvesse padronização dos testes para a criança brasileira, ele estimava a existência de uma proporção de 2 a 3% de deficientes mentais dentre os alunos das escolas atendidas pelo HSME. Estabelecendo um paralelo entre os resultados desses testes e os dados de aproveitamento escolar dos alunos, e verificando uma correlação expressiva entre deficiência mental assim apurada e reprovação escolar, Durval Marcondes posiciona-se a favor da homogeneização das classes comuns e da difusão do ensino especial para deficientes mentais:

A homogeneização foi feita em larga escala, no primeiro grau dos grupos escolares da cidade de São Paulo, em 1931, quando dirigia o ensino o professor Lourenço Filho, tendo-se utilizado para esse fim os chamados testes ABC, que visam determinar a maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita. Aquele professor atribue a essa homogeneização (10, pág. 103)¹² a melhoria então obtida na porcentagem de promoção no primeiro grau, que foi, para a Capital, de 81,97%.

O ensino especial para deficientes mentais nas escolas públicas data, em São Paulo, de 1930. Como psiquiatra escolar, tive oportunidade, nessa época e posteriormente, de organizar classes para esse fim, as quais proporcionaram magníficos resultados.

É evidente que não é possível a uma professora conseguir boa porcentagem de promoção numa classe de maturidade intelectual heterogênea, com alunos cujo ritmo de aprendizagem difere de modo extremo. Mesmo quando todos os alunos sejam de idade cronológica aproximadamente igual, as classes formadas ao acaso encerram frequentemente crianças com idade mental de uma diferença considerável. Daí a prática usual em nossas escolas de abandonar-se, no

¹² Citando Lourenço Filho, **Testes ABC**. São Paulo, Caieiras, Rio, Companhia Editora Melhoramentos de São Paulo, (s/d).

meio do ano, um grupo de alunos (a chamada secção A), condenado antecipadamente à reprovação, para que não prejudique o resto da turma. Muitos desses alunos da secção A são mesmo débeis mentais, que ficam “curtindo” o primeiro grau por muitos anos. Exigir da professora uma boa porcentagem de promoção quando eles permanecem na classe comum é fazer uma exigência irônica. Uma escola que não distingue a criança normal da anormal e as deixa na mesma sala de aula, sentadas, às vezes, na mesma carteira, não pode oferecer um rendimento prático proporcional ao sacrifício que ela impõe à economia pública.

Sou de parecer que em todas as escolas que possuam várias classes do mesmo grau – sobretudo nas que se localizam nos grandes centros urbanos, onde os recursos técnicos são mais fáceis – deve tornar-se regular a classificação dos alunos por meio de processos objetivos, os quais, afim de que não se restrinja o ano escolar, podem ser aplicados no mês que precede a abertura das aulas.

Deve-se igualmente generalizar o ensino especial para os debeis mentais, pela organização de classes diferenciadas nas escolas comuns dos centros mais populosos, a menos que, como seria ideal, se criassem escolas especiais autônomas. (p.268-269)

A ação da higiene mental escolar envereda pela racionalização dos currículos, da didática, da avaliação, e pela padronização dos objetivos visados.

As “más condições higiênicas da habitação” e a “alimentação má ou insuficiente” foram itens que sobressaíram entre os fatores sociais:

As condições higiênicas da habitação foram apreciadas com base na natureza do imóvel (cortiço, etc.), sua localização, ventilação, iluminação, suas instalações sanitárias, número de seus moradores, condições do dormitório e do leito da criança, etc.

No que respeita à alimentação, foi levada em conta, no interrogatório feito às pessoas da família, a natureza qualitativa e quantitativa.

Ambas as condições constituem problemas ligados à educação sanitária, principalmente a segunda, que sugere a necessidade de se difundir em nossas escolas a ação dos nutricionistas. Cabe salientar também a importância das refeições proporcionadas pela escola, cuja instituição deve ser difundida. As caixas escolares poderão colaborar no mesmo sentido, atendendo ao aspecto financeiro do problema. (p. 269)

Fica clara a intenção de, mais do que considerar, interferir na esfera doméstica. Ainda que se apontem as condições materiais da casa e da família como fatores, as prescrições higienistas esvaziam a dimensão política e econômica do problema.

Os altos índices de repetência, assumidos pela higiene mental escolar como desafio a ser superado, são compreendidos no final como fracasso da criança e de seu meio imediato, a família. O conjunto das intervenções condensa-se na orientação aos pais, dos quais se espera que dêem um exemplo de conduta e de presteza à escola, experiência provavelmente diversa da vivida pelos próprios pais, neste período histórico.

Em “Clínica de orientação infantil; suas finalidades e linhas gerais de sua organização” (1946a), texto incluído na coletânea “Noções gerais de higiene mental da criança” (1946), Durval Marcondes resume o artigo “A higiene mental escolar por meio da clínica de orientação infantil” (1941a) e apresenta o SHME com uma linguagem mais acessível a um público maior. Este texto de 1946 se junta ao último dos textos que fazem referência direta à infância, intitulado “A criança e a guerra” (1946b), um texto que surpreende, na medida em que nele aparece explicitamente uma concepção de criança, inesperada no recorte presente no título. O texto indica as possíveis conseqüências psíquicas adversas à criança decorrente de uma guerra e considera que a prevenção e o tratamento devem ser os mesmos dos tempos de paz. O autor toma como base de suas reflexões o livro “A guerra e a criança” de Anna Freud e Dorothy Burlingham¹³, ambas pioneiras na área de psicanálise de crianças. Para elas, segundo Marcondes, as necessidades essenciais da criança são “a necessidade de apego pessoal, a de estabilidade emocional e a de permanência da influência educativa” (p. 179). Existe aí, implicitamente, um perfil esperado de pai, de mãe e

¹³Não há referência bibliográfica no texto, sendo a citação da obra e das autoras feitas diretamente no artigo.

de escola. Ao se referir às principais angústias das crianças diante dos bombardeios aéreos descritos por essas autoras, Marcondes afirma:

Em primeiro lugar, há a angústia dependente do perigo real, que se desenvolve na medida da compreensão que a criança possa ter da gravidade do perigo. Não se deve, porém, superestimar tal compreensão e, conseqüentemente, a intensidade ou a permanência desse medo real aos ataques aéreos, pois *o conhecimento e o raciocínio desempenham somente um papel reduzido na vida da criança*. Seu interesse desvia-se facilmente do perigo exterior e volta-se logo para os brinquedos, jogos e fantasias. Em segundo lugar, há a angústia que provém dos próprios impulsos agressivos da criança. Esta aprendeu ainda recentemente a conter tais impulsos e, quando assiste à matança e à destruição, surge nela o medo de que eles venham a despertar outra vez dentro de si. Aquelas crianças menores, nas quais as inibições contra a agressividade ainda não se estabeleceram, estão livres do terror ante os ataques aéreos. O terceiro tipo de angústia decorre da transferência, para o perigo aéreo, do conteúdo emocional ligado anteriormente a outros objetivos de medo. As crianças temem desobedecer as exigências e proibições dos mais velhos, pelo receio de punição ou de perder o amor dos pais. Esse medo da autoridade desenvolve-se logo depois no medo da própria consciência. *O processo de regulação ética se internaliza e se torna aos poucos independente da pressão exterior*. Quando se estabelece esse núcleo representativo que denominamos consciência moral, ele se volta a cada momento para as figuras do mundo exterior e para os produtos da própria fantasia, a fim de reforçar as suas imposições. Os atos e pensamentos tidos pela criança como reprováveis torná-las-á temerosas do que pensarão a seu respeito o pai e a mãe, assim como da agressão por parte de fantasmas, policiais, ciganos, etc. Nessa época de formação da consciência íntima, os ataques aéreos são simplesmente um novo símbolo de velhos temores. (p. 180-181, grifos nossos)

Temos aqui uma peculiar visão de criança: o mundo de fantasia predomina em seu psiquismo, em detrimento do conhecimento e do raciocínio; os impulsos agressivos também são dominantes, mas ela irá aprender a contê-los, processo que é consagrado pelo estabelecimento da consciência moral. Nesse entendimento, está presente o pressuposto da permeabilidade psíquica da criança como tempo primeiro do desenvolvimento psicológico, tal como teorizado pela psicanálise, sobretudo na chave interpretativa que serve de referência a Durval Marcondes, aqui representada por Anna Freud e Dorothy Burlingham.

Durval Marcondes discute, assim, as intercorrências postas para o desenvolvimento psicológico diante da situação de guerra, apoiado na obra mencionada, tratando do problema da separação da criança em relação à mãe, da eventual necessidade de colocação em família substituta, e dos cuidados a serem observados em relação à sua vida psíquica.

A concepção de infância que atravessa os escritos de Durval Marcondes limita-se ao desenvolvimento psicológico. Porém, essa concepção, aparentemente simples, constitui a superfície que cobre uma série de complexas articulações em que se aninha de fato a compreensão que o autor tem de criança. O desenvolvimento é evolução, ou seja, a ontogênese repete a filogênese, passa pelos mesmos estágios da evolução da humanidade, desde o mais primitivo, até o mais civilizado: ele é estudado não para ser conhecido, mas para poder ser monitorado e colocado nos trilhos da norma, sempre que necessário. Esta norma se assenta numa compreensão naturalizada de sociedade, como instância de harmonia e ordem, para a qual o desenvolvimento psicológico, este sim movediço e perigoso, deve convergir. A sociedade atual é tida como o estágio avançado da evolução humana, e a infância é entendida como o tempo de constituição do psiquismo, pois sua substância original é maleável, permeável às influências do meio no qual estabelece seus contornos. Assim sendo, a sociedade é entendida não em suas contradições, mas como um todo natural e harmônico em sua organização, no qual se quer inserir os indivíduos, inserindo neles as normas sociais de conduta que garantam esta suposta harmonia. A psicanálise, na linha teórica de Freud, ao se voltar à sexualidade infantil entendida como central na constituição do psiquismo, acaba por abrir-se a essa conexão com a noção de desenvolvimento psicológico. Nessa linha de entendimento, o começo da infância é de desordem. O psiquismo abre-se e mostra-se permeável ao meio: inicialmente dominado por instintos sexuais e agressivos, gradualmente, chega à organização de uma personalidade, tendo em vista a observância das exigências postas pela realidade no interior do psiquismo, o que se consolida com a resolução do

Complexo de Édipo e a constituição de uma consciência moral. Para Durval Marcondes, as exigências externas reduzem-se a um processo de “modelagem” do psiquismo, obra realizada especialmente pelos pais.

Durval Marcondes articula, nesse movimento, a construção freudiana sobre as fases do desenvolvimento psico-sexual com uma noção evolucionista de desenvolvimento psicológico. Faz-se claro nesse entendimento que a infância é entendida como tão virulentamente patológica, que é preciso rapidamente ministrar-lhe as influências corretas, para nada mais do que civilizá-la. As reflexões do autor em “A criança e a guerra” retratam bem esta articulação.

Quando Durval Marcondes lista os comportamentos que levam ao encaminhamento de crianças ao SHME, é fácil constatar que para ele o problema é o próprio comportamento típico das crianças. A lista é tão grande que nenhuma criança escapa, ou seja, a infância comporta tamanho risco que se faz necessário nela intervir desde o início: a infância é, em essência, patologia; se deixada livre, irá realizar seus desígnios doentios e será a desordem. Marcondes reconhece na higiene mental escolar, assim informada pelo entendimento que o autor tem da psicanálise, o lugar cientificamente legitimado para a prescrição, a pais e professores, das influências modeladoras corretas. A higiene mental escolar existe porque, de acordo com essa leitura dos problemas, o planejamento da modelagem é falho. A qualidade e a quantidade da “influência sugestiva” de pais e professores deixam de ser assunto definido por eles mesmos e passam a ser reguladas por normas cientificamente definidas. Por isso, cabe dizer: as normas veiculadas pela higiene mental escolar são braço da medicina na educação, para o controle das crianças; a psicanálise, informada nos termos apontados acima, é braço dessa higiene, emprestando-lhe conceitos teóricos para a normalização.

O apreço pela normalização cresce quando a higiene mental escolar se volta à organização da escola, expondo um parentesco tão forte quanto insuspeito com a

racionalização do trabalho educativo. A classificação de crianças, propiciada pelo modelo de atendimento do Serviço, que se vale regularmente de instrumentos de medida da inteligência e da personalidade, tem como contrapartida na escola a homogeneização de classes e a criação de classes especiais e, se possível, de escolas especiais. A higiene mental escolar propõe-se a orientar a modelagem psíquica das crianças para ajustá-las à máquina escolar, que é uma continuidade desse processo de “modelagem psíquica”. Os argumentos que alicerçam a classificação de crianças aproximam-se dos que justificam a homogeneização de classes. A classificação de crianças possibilitada pela psicometria traduz em números a marcha do desenvolvimento psicológico entendido como evolução, e é nessa medida que podemos situá-la como uma das ferramentas mais importantes do SHME.

Se o meio determina os rumos do desenvolvimento psicológico e a higiene mental escolar vem sanar as suas falhas, quem seriam os culpados pelos comportamentos indesejáveis ou patológicos se não principalmente as famílias?

É fundamental considerar que os pais ou responsáveis já ocupam formalmente esse lugar de influência em relação às crianças, porém o que se busca agora, deslocamento fundamental, não é o exercício de um poder de fora para dentro, mas a internalização do poder pelas crianças. Mais ainda do que obediência, busca-se a obediência auto-regulada, “subjativa”, inoculada no processo mesmo de desenvolvimento psicológico, o que garantiria uma substância subjativa afeita à ordem social na vida adulta.

Articulam-se paulatinamente os termos que compõem a concepção de criança em Durval Marcondes: a infância como patologia, a ser retificada pela sociedade mediada pela ação de cientistas especialistas; patologia objeto da higiene mental escolar apoiada por essa leitura da psicanálise.

Referência indireta à infância: o desenvolvimento psicológico nas elaborações psicanalíticas de Durval Marcondes

Nos 18 artigos que integram este subconjunto, a infância reduz-se ao desenvolvimento psicológico. Porém, ainda que esse fio condutor atravessasse os textos, os conteúdos conferem ênfases e significados diferentes à infância. Por isso, a análise deste item foi desdobrada em três partes que reúnem os artigos por afinidade dos assuntos tratados: concepção de processo analítico, psicopatologias e psicossomática.

Concepção de processo analítico

Quatro textos compõem esta modalidade de referência: “A regressão na contratransferência” (1968c), “Posição da psicanálise na psicologia e na ciência em geral” (1970), “Psicodinamismo do processo analítico” (1980a) e “Conceito de interpretação em psicanálise” (1999), organizados em torno de um eixo principal: “o processo analítico é um processo de retificação do passado”. Nesses escritos, Durval Marcondes confere à relação analítica um sentido que a aproxima do tratamento médico: seu foco é a doença, que se configura como comportamento desadaptado à vida social. O processo analítico objetiva retificar a conduta do indivíduo, por meio de uma incursão regressiva aos conflitos infantis que não chegaram ao desenlace esperado – a formação de uma consciência moral -, como núcleo organizador do psiquismo pautado no princípio de realidade. O analista realizaria um processo de retificação emocional do paciente, por intermédio da instrumentalização de seu próprio psiquismo, que regrediria e se identificaria com os conteúdos infantis do paciente. Esses conteúdos infantis, na qualidade de reminiscências inconscientes, são considerados o núcleo da doença, que se manifesta na transferência. Fazendo esse manejo, o analista visa

promover identificações do paciente com o seu superego, a fim de conduzi-lo ao desenvolvimento e à maturidade de seu psiquismo, tidos como índices da cura. Nas palavras de Durval Marcondes, em “A regressão na contratransferência”:

O enquadramento do analisando no processo analítico inclui sempre a possibilidade potencial de *retomar a linha de desenvolvimento que, em alguma época, ficou prejudicada*. Quando, em cada passo do tratamento, o paciente volta, através da regressão, ao ponto crítico da gênese de seus conflitos, ele se coloca na situação de reconsiderar, no plano analítico, os elementos que os determinam e adotar outra e mais adequada solução. (1968c, p. 11, grifos nossos)

Marcondes defende, então, uma retificação do superego do paciente - instância psíquica que envolve, entre outras ações, a internalização de um juízo moral baseado no comportamento adaptado dos pais à vida social – para compensar uma “modelagem inadequada” produzida pelos pais; a maturidade psíquica do paciente passa, assim, a constituir tarefa da terapia psicanalítica, através da interpretação do analista:

(...) há, de fato, uma comparação entre dois objetos que ocupam a fantasia do paciente, quando este acolhe e elabora a interpretação. Mas a distinção que aí tem lugar não se dá propriamente entre o objeto infantil e o objeto real (analista) mas entre aquele mesmo objeto infantil e outro objeto infantil que, representado presentemente pelo analista, teria sido, no momento da vida pretérita que está sendo reproduzido na análise, o objeto apropriado à solução dos problemas psíquicos do paciente e, por conseqüência, ao seu *amadurecimento mental*. A este objeto dei o nome de “objeto propício” ou “objeto eufrenogênico” em contraposição ao objeto do passado (mãe, pai, etc.) no relacionamento com o qual o paciente *não encontrou as condições favoráveis para o vencimento de suas dificuldades emocionais e para o qual propus a denominação de “objeto não propício” ou “objeto disfrenogênico”*. (1968c, p.13, grifos nossos)

No segundo texto reunido nesta parte, “Posição da psicanálise na psicologia e na ciência em geral” (1970), o autor insiste nessa compreensão de processo analítico: o analista é o próprio modelo implícito de retificação. Neste artigo ele retoma em Freud a recomendação,

dirigida aos analistas, de que aproveitem sua experiência emocional profunda no contexto do processo analítico.

Com efeito, Durval Marcondes, referenciado por vários psicanalistas, na maioria americanos, propõe uma espécie de inoculação do superego do analista no superego do paciente, através dos mecanismos de projeção e introjeção, na perspectiva da cura representada pela figura do adulto normal. Assim, a normalidade equivale à capacidade de submeter-se ao princípio de realidade que na Psicanálise corresponde, como se sabe, às exigências do mundo exterior. Em “Psicodinamismo do processo analítico” (1980a) ele argumenta:

(...) Dessa permanente transformação do superego, efetuada a pouco e pouco na situação de transferência por meio de projeções e introjeções sucessivas, é que resulta a modificação estável do paciente traduzida na durabilidade da cura. O fator específico e principal dessa mudança é *o confronto*, proporcionado pelas interpretações de transferência, entre os objetos arcaicos da fantasia do paciente e a realidade atual, representada na pessoa do analista. Tais interpretações levam o paciente a *desligar-se de suas fixações infantis e evoluir livremente para um estado adulto normal*.

Essa concepção do processo analítico como sendo uma sucessão de experiências que permite o confronto do passado com o presente, conduzindo o indivíduo à substituição de seus padrões infantis de reação por outros mais consentâneos à maturidade psíquica, constitui a base das idéias de F. Alexander e da escola psicanalítica de Chicago. O elemento decisivo na psicanálise é, segundo Alexander (2)¹⁴, a oportunidade que ela oferece de, através da chamada “experiência emocional corretiva”, retomar o paciente a linha de desenvolvimento por ele abandonada na infância. O segredo do valor curativo do processo analítico está, para o mesmo autor, no contraste, posto em foco na transferência, entre o conflito original e a situação presente. O indivíduo pode encarar desta vez, sob condições muito mais propícias, os mesmos estímulos afetivos que, em época anterior, foram para ele insuportáveis, mas que podem ser agora manejados de modo mais seguro. A rememoração dos

¹⁴ Citando ALEXANDER, F. and FRENCH, T. M. **Psychoanalytic Therapy**. The Ronald Press Co. New York. 1946.

acontecimentos pretéritos recalcados, a que se deu tanto valor na concepção clássica da psicanálise, fica relegada a uma circunstância secundária, significando sobretudo uma indicação da marcha eficiente do tratamento. É antes o resultado do que a causa do progresso terapêutico (2, págs. 20 e 21). De acordo com Alexander e sua escola, as experiências extraterapêuticas do paciente têm grande significação na cura, sendo as experiências transferenciais apenas um exercício para a batalha verdadeira (2, pág. 38). Como se vê, a escola de Chicago põe ênfase na compreensão da cura psicanalítica como processo de maturação e crescimento. (1980a, p.279, grifos nossos)

Este artigo expõe com clareza a concepção de processo analítico, que ele defende na comunidade psicanalítica internacional. O processo analítico envolve a correção emocional gradativa, em direção à adaptação social. Neste texto ele chega a estabelecer uma relação de equivalência entre psicanálise e educação, considerando a cura psicanalítica como uma pós-educação para a maturidade psíquica, relação que localiza no próprio Freud:

Freud (11, pág. 293)¹⁵ já havia, aliás, definido a cura psicanalítica como sendo “uma espécie de pós-educação”. De fato, ela consiste essencialmente na utilização das relações de transferência para favorecer e encaminhar o desenvolvimento afetivo do indivíduo e fazê-lo dispor daquelas *formas de reação psíquica peculiares à idade adulta. O crescimento, que é o princípio básico do processo analítico*, desencadeia-se na situação de transferência e nela encontra o estímulo necessário à sua realização. A transferência não constitui a simples volta ao passado, que é favorecida pelas tendências regressivas do paciente, mas encerra *também o constante e sempre renovado* esforço de retomar o ponto de partida a fim de vencer esse mesmo passado e *progredir no sentido da maturidade psíquica*. (1980a, p.280, grifos nossos)

E prossegue, realçando este caráter da relação analítica:

¹⁵ Citando FREUD, S. Introducción a la Psicoanálisis, Tercera Parte. **Obras Completas**. Vol. V. Biblioteca Nueva. Madrid, 1923.

Quando essas relações, pelo comércio de sentimentos nelas contido e em consequência da conduta especial do psicoterapeuta, dão lugar a uma alteração do paciente na direção de um trato *mais maduro* de suas reações psíquicas, *o processo adquire o caráter de psicanálise*. Essa é a significação dinâmica e econômica das fórmulas clássicas, traduzidas nas expressões “tornar o inconsciente consciente” (11, pág.66) [ou “onde era id, deverá ser ego”] (15, pág.105)¹⁶, etc. (1980a, p.281, grifos nossos)

Esta concepção da ação do analista deixa entrever, com nitidez crescente, seu cunho higienista.

De acordo com a necessidade presente, deve ele utilizar os dois elementos opostos que, conforme salienta Ferenczi (7)¹⁷, *constituem a base da educação das crianças e das massas: o amor e a imposição da renúncia*. São eles a expressão dos dois princípios que, para o mesmo autor, devem inspirar a técnica psicanalítica: *o princípio da frustração e o princípio da indulgência*. *A finalidade da psicanálise consiste em fazer o paciente sentir que submeter-se a uma frustração não significa ser vítima irremediável da falta de amor. Essa é a essência do progresso no princípio da realidade*.

As condições dinâmicas e econômicas que presidem o processo analítico não lhe são, naturalmente, privilégio. São disposições latentes que a psicanálise descongela e aproveita para uma cura permanente. “*O que a análise proporciona aos neuróticos, escreveu Freud (16, pág.381)¹⁸, é apenas o que, por si mesmas, as pessoas normais conseguem sem seu auxílio*”. A disposição a curar-se, expressa na tendência para a maturidade e a saúde, acha-se, como a tendência oposta para a regressão e a doença, na trama de conflitos apresentada pelo paciente. A análise apenas oferece, no plano terapêutico, os estímulos reparadores e propulsores que faltaram ao paciente em sua vida progressa e que ele, sem o saber, procura mais uma vez, ao defrontar-se com o analista. (1980a, p.282-283, grifos nossos)

¹⁶ Citando FREUD, S. – Nuevas Aportaciones a la Psicoanalisis. **Obras Completas**. Vol. XVII. Biblioteca Nueva. Madrid. 1934.

¹⁷ Citando FERENCZI, S. The Principle of Relaxation and Neocatharsis. **The International Journal of Psycho-Analysis**. Vol. XI. 1930.

¹⁸ Citando FREUD, S. Analysis Terminable and Interminable. **The International Journal of Psycho-Analysis**. Vol. XVIII. 1937.

O analista, assim pensado – Durval Marcondes insiste nesse ponto – substitui regressivamente os pais, que não exerceram seu papel na resolução dos conflitos infantis de modo a cumprir com os parâmetros corretos de desenvolvimento psicológico, o que teria evitado a eclosão da doença que leva o paciente ao tratamento analítico. Para a consecução dessa “reengenharia psíquica”, Marcondes se posiciona favoravelmente à incorporação mais sistemática da contratransferência no processo analítico, juntando-se neste debate a outros importantes psicanalistas como Sándor Ferenczi, James Strachey (editor inglês da obra de Freud) e Helen Deutsch, pessoas que conviveram com Freud. Eles divergem de Freud no trato dessa questão, pois o pai da psicanálise defendia o manejo da transferência por parte do analista e advertia para o risco de a contratransferência conduzir a um distanciamento dos conflitos infantis do paciente.

A esse respeito, Durval Marcondes assim se posiciona:

A aptidão para executar essa tarefa de fusão e separação entre o passado e o presente, vivendo, de modo contraditório, a fantasia e a realidade, supõe, no analista, o pleno domínio de sua atividade psíquica. O crescimento – que, com referência ao paciente, constitui o verdadeiro objetivo da análise – depende, como faz notar Margaret Little (20, pág.35)¹⁹, de um ritmo alternativo de identificação e separação. Isto é proporcionado pela medida exata da distância psíquica para com o paciente em cada instante do comportamento do analista. Este reproduz, assim, a conduta dos pais para com a criança em desenvolvimento. Para o bom desempenho dessa função, deve o analista dispor da necessária e espontânea elasticidade psíquica, que é atributo natural dos pais efetivamente amadurecidos. “O genitor maduro, diz L. Berman (3, pág. 163)²⁰, é o protótipo do analista em trabalho.”

(...) Na posição de pai ou de mãe, que lhe é conferida pela situação analítica, o analista apresenta, neste caso, tipos de comportamento semelhantes àqueles que são habitualmente encontrados nos pais das

¹⁹ Citando LITTLE, M. Counter-Transference and the Patient's Response to It. **The International Journal of Psycho-Analysis**. Vol. XXXII, 1951.

²⁰ Citando BERMAN, L. Countertransference and Attitudes of the Analyst in the Therapeutic Process. **Psyquiatry**. Vol. XII. 1949.

crianças em tratamento nas clínicas de orientação infantil. Rejeição e superproteção são atitudes frequentes, dissimuladas e justificadas na análise por supostas razões de ordem técnica. (1980a, p.289, grifos nossos)

Esta passagem mostra claramente as concepções de processo analítico e de cura adotadas por Durval Marcondes. Chama a atenção a similitude entre a ação do analista e a conduta dos pais. O analista é um higienista do psiquismo, saneando-o dos instintos e impulsos infantis, em busca do que considera crescimento e maturação psíquica, que são no fundo a atitude de renúncia em prol da adaptação social e da ordem.

As reflexões psicanalíticas de Durval Marcondes gradualmente se concentram no tema da contratransferência, como recurso técnico fundamental para a tarefa de reconstrução da personalidade que o analista empreende junto aos pacientes no processo analítico. No último artigo incluído nesta parte – “Conceito de interpretação em psicanálise” (1999) – dá-se uma mudança no significado do processo analítico: de “experiência emocional corretiva”, passa a “reconstrução da personalidade”. Porém, ainda que se refira à reconstrução ao invés de retificação, e à personalidade e não à emoção, o sentido permanece o mesmo; o analista regressivamente substitui os pais na resolução de conflitos, tendo em vista a correção e a normalização do desenvolvimento psicológico. Nas palavras de Durval Marcondes:

Não é propriamente a qualidade atual do analista que serve de base à comparação com o passado, mas aquilo que, na sua atitude de agora, ele simboliza como objeto infantil corretivo. Trata-se, pois, de apresentar ao paciente não a realidade atual, mas, conforme a expressão de M. A. Sechehaye com relação ao esquizofrênico (15, p.8) uma nova realidade que ele devia ter tido em certa época de sua infância. Isto não é apenas válido na esquizofrenia, mas constitui a base do processo psicanalítico em geral. (1999, p.416-7, grifos nossos)

(...) Pela ação da contratransferência, expressa na atitude interpretativa, o analista torna possível ao paciente o encontro sucessivo dos objetos infantis que, no desenvolvimento natural do indivíduo, são representados pelos pais em sua conduta apropriada a cada estágio

evolutivo. A determinado estímulo contratransferencial corresponde, no paciente, o despertar de uma nova transferência. Conforme nos ensina Sechehaye (16)²¹ a propósito da esquizofrenia, a transferência é resolvida por uma série de outras, na qual cada nova transferência está mais em contato com a realidade que a precedente. Acho que essa fórmula não se limita à esquizofrenia, mas traduz o que se passa em qualquer análise. (1999, p.417, grifos nossos)

A transferência é a matéria-prima pela qual o analista retoma a modalidade de relação do paciente com o mundo, originada na infância, que o leva ao comportamento desajustado, para retificá-la às exigências da vida social. Sendo a transferência cada vez mais retificada ao longo do processo analítico, o analista reconduz o desenvolvimento psicológico aos ditames da norma, produzindo na vida adulta presente o ajuste e, assim, a cura. Nessa linha de argumentação, o autor enfatiza ainda o papel do analista:

O analista ensina, pois, o paciente, por meio do fenômeno interpretativo, a tomar contato com o passado e dominá-lo. Age como o *genitor compreensivo e forte que assiste e encoraja a criança no seu crescimento*. Esse papel lhe é conferido pela atitude suportiva que R. Spitz (17)²² chama “diatrófica”. Ela deriva daquela “fibra maternal” de que nos fala Sechehaye (15, p.13)²³ e que torna o analista, conforme essa mesma autora, um “*protetor simbólico*”. Gertrude Schwing (14)²⁴ descreve com o nome de “maternalismo” essa qualidade propícia do analista, cujas minúcias e cujo funcionamento necessitam ser estudados com maior precisão. Na posição contratransferencial o analista faz ver ao paciente que, *como um genitor que zela realmente pelo interesse da criança*, ela não quer explorar a situação em benefício próprio, mas em favor do paciente (1999, p.418).

²¹ Citando SECHEHAYE, M. A. (1956). **Transference in symbiotic realization**. Resumo em: **The International Journal of Psycho-Analysis**. 37:135.

²² Citando SPITZ, R. (1956). Countertransference. **Journal of American Psychoanalytic Association**. 4: 256-265.

²³ Citando SECHEHAYE, M. A. (1954). **Introduction a une psychotherapie des schizophrènes**. Paris: Presses Universitaires de France.

²⁴ Citando SCHWING, G. (1954). **A Way to the Soul of the Mentally III**. New York: International Universities Press.

Nos artigos de Durval Marcondes, a concepção de processo analítico como uma intervenção que higieniza o desenvolvimento psicológico não é fato isolado, nem casual. É sua marca. Se antes nos deparamos com uma higiene mental escolar informada pela psicanálise, alcançamos agora uma psicanálise informada pela higiene mental infantil. A complementaridade entre ambas resume o sentido de psicanálise Marcondes introduziu como um legado e que põe em questão na psicanálise praticada pelo conjunto dos psicanalistas seus herdeiros. Psicanalisar é sanear a infância que não foi saneada no tempo propício. O caos da infância, ainda que tolerado na tenra idade, deve ser progressivamente varrido do psiquismo. Os obstáculos ao desenvolvimento psicológico, expressas nas psicopatologias, evidenciam, assim, falhas na “modelagem parental” que deveria levar a criança à plena adaptação social. A infância configura-se como uma espécie de pecado original da humanidade, como uma doença congênita a ser tratada com sua gradual erradicação regulamentada por uma psicanálise referida ao higienismo. Nesta concepção, infância é patologia.

Psicopatologias

Dez textos integram essa modalidade de referência à infância, todos referentes ao entendimento teórico-clínico das doenças psíquicas, tal como classificadas pela psiquiatria, às quais a psicanálise oferece um arsenal explicativo e terapêutico:

“A psicanálise dos desenhos dos psicopatas” (1933a);

“A influência do cinema na agravação das neuroses” (1933b);

“Os resultados do tratamento psicanalítico” (1935a);

“Um aspecto psicanalítico da cirurgia” (1935b);

“Relações médico-paciente” (1962);

“A melancolia como aspecto patológico do mecanismo de identificação” (1967a);

“A atuação como revivência da cena primária: papel do ataque epiléptico” (1967b);

“Anotações para a compreensão psicanalítica da mania” (1967c);

“Identidade de sexo e estruturação do ego” (1968a) e

“Profundidade e alcance do tratamento psicanalítico: atuais restrições e perspectivas” (1968b)

Nos anos 30, como dissemos, Durval Marcondes procura divulgar a psicanálise e consolidá-la como teoria e clínica cientificamente legítima e terapeuticamente eficaz junto aos psiquiatras. A partir dos anos 60, imprime novos rumos às suas formulações, voltando-se a novas profissões criadas a partir dos anos 50, como a de psicólogo e a de assistente social, e aos psicanalistas membros ou em formação na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Entretanto, um mesmo enunciado atravessa esses diferentes períodos de sua produção: o foco da psicanálise é a doença psíquica, cuja natureza tão próxima da doença orgânica o encaminhará à psicossomática, na qual ambas acabam por se articular.

Fica patente, nos textos em foco, Pode-se enxergar, na leitura dos textos, a semelhança do processo analítico com o tratamento propriamente médico, que visa extirpar a doença. Se no tratamento médico a terapêutica é medicamentosa, no processo analítico a terapêutica é a cura psíquica de um desenvolvimento doente no passado. A lista de patologias e suas formas de expressão são tomadas como hiatos nos estágios evolutivos da sexualidade infantil que lastreiam o desenvolvimento psicológico. A infância é concebida como remanescente de um

tempo ancestral em que o homem era selvagem, dominado pelos instintos sexuais e agressivos, em que a humanidade estava distante do presente civilizado, cujas conquistas o desenvolvimento psicológico deve, desde o início, atualizar na história individual. Marcondes parte da premissa de que a sociedade, em constante evolução, molda o psiquismo dos indivíduos e defende que, no estágio avançado da civilização atual, a sociedade necessita exercer as interferências devidas para, por intermédio de ciências como a psicanálise, vencer a contínua batalha contra a natureza. Diante do perigo das pulsões infantis, a palavra de ordem é a interposição de um juízo moral que internaliza no indivíduo o princípio de realidade. Essa tese atravessa todos os textos acima citados. Em “A psicanálise dos desenhos dos psicopatas” (1933a), no qual procura mostrar a persistência das condutas e temas infantis nas patologias psíquicas e suas formas simbólicas de expressão, vários termos são associados à infância: “natureza grosseira”, “resíduos evolutivos”, “arcaica”, “antiga e natural”, “inadaptação”, “caduca”, “anacrônica”, “de origem filogenética”, “selvagem”, “prenatal” (inata), palavras que imprimem a marca evolucionista na concepção de desenvolvimento psicológico, na psicanálise e na história. Em “A influência do cinema na agravação das neuroses” (1933b), Marcondes valoriza o uso da sugestão como técnica psicanalítica e os perigos da influência sugestiva desregrada, frente dada a permeabilidade da psique ao meio, campo minado e aberto à eclosão de patologias. Nos artigos de 1935, “Os resultados do tratamento psicanalítico” (1935a) e “Um aspecto psicanalítico da cirurgia” (1935b), ele trata, respectivamente, da eficácia do processo analítico na cura das doenças psíquicas e da aplicação dos conceitos psicanalíticos à interpretação psicodinâmica da cirurgia. No primeiro, parte das considerações de Ernest Jones sobre a duração da relação analítica:

Se se considerar, diz Jones, o trabalho e o tempo que é preciso muitas vezes dispender para obter a correção *orthopedica* de uma perna deformada, não se achará extraordinário que seja necessário igual trabalho e tempo, se não mais, para cumprir essa missão infinitamente mais complicada que é a correção *orthopsychica* de um espírito

deformado, sobretudo quando se trata de transformar *uma existência intolerável numa vida feliz*, de fazer uma pessoa assaltada e atormentada por duvidas, fobias e sofrimentos *um cidadão ativo e útil* (5, pag. 393). (p. 23, grifos nossos)²⁵

Nesta passagem já estava claramente presente a conexão entre a psicanálise e a higiene mental não de forma pontual, mas no interior dos debates em curso na comunidade psicanalítica internacional.

Nos textos da década de 60, o foco de sua psicanálise continua o mesmo: a psicopatologia, mas agora revestida do repertório teórico-conceitual mais específico da clínica psicanalítica, o que conduz a um intenso debate sobre as técnicas, o papel do analista e a cura. Aspecto a ser ressaltado nesses textos, registro também realizado na parte anterior dedicada ao processo analítico, é o deslocamento operado da sugestão à contratransferência como recurso técnico fundamental. No artigo “Relações médico-paciente” (1962), a transferência é vista como relação arcaica e primitiva e, portanto, como indicadora de doença, já que o infantil é tido como inerente ao patogênico:

Transferência é o conjunto de atitudes inconscientes do paciente em face do médico. É condição inevitável da entrevista médica e consiste na repetição de reações psíquicas inconscientes que, em sua origem, se relacionam com os objetos do passado do indivíduo, em particular de seu passado infantil. Na transferência, os conflitos psíquicos infantis são inconscientemente trazidos para a situação com o médico. *Trata-se dos mesmos conflitos infantis que colaboram psiquicamente na determinação da doença atual.*

Esses elementos infantis imprimem ao fenômeno transferencial um cunho arcaico e primitivo. *Como acontece nas relações de objeto da criança, o médico é submetido, na fantasia inconsciente do paciente, a um processo de cisão*, dividindo-se numa parte má (mau objeto) e uma parte boa (bom objeto). (p. 150, grifos nossos)

²⁵ Citando JONES, E. **Traité théorique et pratique de psychanalyse**. 1925.

O médico conduz, assim, o paciente a uma consciência “madura”, adaptada, atual – civilizada. Sobressai no final desse trecho uma ligação que irá se em Melanie Klein e na escola inglesa, centradas nas relações objetais como essenciais à constituição do psiquismo.

Nos textos seguintes, todos publicados na década de sessenta, o autor discutirá algumas patologias incluídas na nosologia psiquiátrica e que ocupam um lugar importante nas investigações e na clínica psicanalíticas: a melancolia, a mania e a esquizofrenia. Em “A melancolia como aspecto patológico do mecanismo de identificação” (1967a), a melancolia e a depressão são expressões de relações objetais que se desviam dos parâmetros da normalidade, nas quais o indivíduo não atingiria a necessária “cisão integrativa” entre um objeto mau, a ser expelido do psiquismo, e um objeto bom, a ser assimilado a ele, em nome da saúde mental. Por sua vez, essa discussão de conceitos kleinianos contém os princípios da normalização do desenvolvimento psicológico, ponto de conexão entre a psicanálise e a higiene mental. Novamente comparecem neste texto a correspondência infância e tempos primitivos, entre a infância e o que é ancestral no homem, bem como a defesa da contratransferência como ferramenta essencial ao tratamento analítico. Já a “atuação” no processo analítico – a colocação em ato, de forma direta, de conteúdos inconscientes – é vista como resistência à cura, à adoção de soluções maduras para o conflito psíquico. E a epilepsia é entendida nesse texto como modalidade de atuação:

Essa recusa e esse tipo de resposta imatura, nos quais o agir se insinua em substituição ao pensar, são elementos característicos daquilo que, no que se refere ao tratamento psicanalítico, se chama habitualmente atuação. Embora represente um esforço no sentido de encontrar um desfecho para o conflito, a atuação é, basicamente, uma fuga ao confronto inerente ao método analítico. (...) A atuação no nível epilético se enquadra especialmente na elaboração – ou melhor dizendo, na recusa à elaboração – da cena primária no decurso da análise e tem raízes nos impulsos agressivos com isso relacionados. (p. 199 - 200)

Segundo o autor, a experiência de entrar em contato com o ato sexual dos pais, se não for devidamente “elaborada”, pode levar à eclosão de patologias, como o ataque epiléptico. “Anotações para a compreensão psicanalítica da mania” (1967c) traz os princípios de retardamento e de aceleração, tal como entendidos pelos psicanalistas Bolk, Rohéim e Weyl, e sua aplicação no esclarecimento da mania e do processo de desenvolvimento psicológico, trazendo mais uma vez uma concepção evolucionista para dentro desse processo e da própria psicanálise:

Um dos aspectos da mania a ser examinado do ponto de vista das relações de objeto é a intensidade do ritmo da vida psíquica. A rapidez no contato com o objeto, tornando esse contato superficial e fugaz, permite preservar-se do perigo nele contido. Neste particular, cabe enquadrar a mania no sistema dialético de retardamento e aceleração que S. Weyl, dando sequência às idéias de L. Bolk e G. Róheim, estabeleceu para caracterizar a gênese e a natureza essencial da mente humana. Segundo Bolk, o homem se acha submetido a um fator biológico que ele denominou “princípio do retardamento”, do qual decorrem seus atributos tipicamente humanos, não apenas os de natureza física como também os de *natureza psíquica e social*. Imprimindo um ritmo mais demorado a seu desenvolvimento, esse princípio faz do animal humano *um ser infantilizado e dependente, o que dá lugar, de modo aparentemente paradoxal, às condições de aprimoramento mental e social que o colocam no ápice da escala zoológica*. Róheim utiliza esse modo de ver na definição psicológica do homem e rotula como formas diferenciadas do princípio do retardamento aqueles fatores que, no organismo, retêm os estímulos em estado de tensão, como acontece com os mecanismos de defesa em geral (recalcamento, fixação, etc.). Levando avante essa concepção, Weyl aplicou as idéias iniciais de Bolk ao estudo da formação do aparelho mental, apontando o princípio do retardamento como responsável pela contenção e pela diminuição do automatismo reflexo primitivo e, conseqüentemente, *pela diferenciação de um ego. O ego e a consciência, que se intercalam entre a sensibilidade e a motilidade, são, portanto, produtos do fator de retardamento*. Por outro lado, o id e o inconsciente não sofrem com a mesma intensidade a influência desse fator e conservam a velocidade original dos mecanismos reflexos, contrabalançando, desse modo, os processos do ego e da consciência. *A velocidade e a mutabilidade do inconsciente têm expressão no “processo primário” como foi descrito por Freud e a qualidade retardadora do ego se revela no “processo secundário”*. A prevalência pura e simples da ação retardadora do ego anularia, naturalmente, qualquer ato psíquico, para o qual é, pois, necessária a

colaboração do elemento acelerador. *Do antagonismo e da combinação apropriada* desses dois fatores decorre o fenômeno do pensamento. (1967c, p.357, grifos nossos)

Decorrente do equilíbrio entre essas forças, porém subentendendo-se a gradual predominância do princípio de retardamento, a infância aqui corresponde à aceleração, ao automatismo reflexo, ao inconsciente, aos processos primários, ao que insiste no homem como natureza e caos, no plano já mencionado das relações de objeto.

No texto “Identidade de sexo e estruturação do ego” (1968a), ainda que de forma sutil, há uma patologização da homossexualidade e do travestismo, tidos como distúrbios da vida mental:

Os obstáculos naturais que a bissexualidade original acarreta à perfeita configuração dessa identidade, isto é, à aceitação de uma posição mental adequada no que respeita ao próprio sexo, são muito sérios para o desenvolvimento harmônico e sadio da personalidade. (p.469)

Dessa maneira, harmonia e saúde se conjugam na personalidade como índices de adequação psíquica. De novo preceitos normativos são impostos ao desenvolvimento psicológico. De uma bissexualidade originária apontada pela pesquisa freudiana, na medida em que no início o indivíduo não se sabe homem ou mulher, o desenvolvimento psicológico sadio, na versão do autor, reduz a sexualidade a uma dimensão corporal.

Em “Profundidade e alcance do tratamento psicanalítico: atuais restrições e perspectivas” (1968b) ele interpela o que avalia como posições inatistas em Freud e Melanie Klein quando enfatizam aspectos constitucionais do desenvolvimento psicológico em suas investigações sobre a esquizofrenia. Durval Marcondes defende a consideração do meio nesse processo, levanta pesquisas que adotam essa perspectiva e divergem dos dados estatísticos que apóiam a argumentação inatista:

De minha parte, parece-me claro que, pela própria limitação metodológica inerente ao estudo dos fatores hereditários da esquizofrenia – baseado essencialmente em elementos estatísticos – ele não nos oferece os meios necessários à compreensão exata do que sejam as condições específicas que se acham nas raízes da doença. Temos, pois, de nos voltar para *a questão das experiências nocivas de causa exterior*.

As particularidades do ambiente familiar na infância e sua significação etiológica na esquizofrenia têm merecido, ultimamente, a atenção de vários investigadores, e inúmeros trabalhos têm aparecido sobre o assunto. A importância desse ponto de vista encontra sua expressão nas palavras de M. Bowen (p.4, pág.346), quando diz que a psicose esquizofrenogênica do paciente é “manifestação sintomática de um processo ativo que envolve a família”. Procurando estabelecer os traços característicos da constelação familiar típica da esquizofrenia, L. Hajdu-Gimes (11, pág.423) os define da seguinte maneira: mãe fria, rigorosa, sadisticamente agressiva; pai frouxo, indiferente, passivo. A atuação desses fatores completar-se-ia com a existência, na criança, de um período de fome conseqüente, em parte, a uma lactação insuficiente e, em parte, à crueldade e à falta de devoção materna. (grifos nossos)

Modelos funcionais de superego, os pais psicanaliticamente adequados não levariam o indivíduo à esquizofrenia. Estamos diante de uma explicação psicanalítica da esquizofrenia informada pela higiene mental infantil, centrada nos processos de identificação projetiva e de identificação introjetiva.

Durval Marcondes entende como sendo psicopatológicas variadas manifestações da infância que, tomadas como tais, ali deveriam ter sido resolvidas, mas acabam persistindo e se expressam nas relações do indivíduo com a realidade. Localizadas neste ou naquele momento do “estágio evolutivo” em que é enquadrado este desenvolvimento, essas manifestações revelariam um conflito que não se dissolveu, no qual o indivíduo se fixou, o que esclarece sua conduta de resistência às exigências da realidade. As psicopatologias seriam, então, conseqüência de uma infância que não foi extinta, saneada, superada no desenvolvimento

psicológico, e que permaneceu como livre vazão de impulsos que ameaça a ordem social e a civilização.

Psicossomática

A psicossomática nos escritos de Durval Marcondes é resultado da contigüidade entre o fato médico e o fato psicológico presente em seus textos psicanalíticos. Eles fazem uma articulação entre a dimensão psicanalítica da doença orgânica e a dimensão médica da patologia psíquica. É desse lugar que ele defende o ponto de vista de que, ainda que profissionais não médicos componham uma equipe multidisciplinar de atendimento, o médico é o profissional responsável por ele. Nessa articulação investe as explicações médicas sobre as doenças do repertório teórico-conceitual da psicanálise, e imprime à psicanálise uma percepção de processo de atendimento e de cura assentada na modificação do comportamento, entendido sempre como doença a ser eliminada. Mas o que prevalece nesta articulação é o acento higienista, na medida em que capta o comportamento do indivíduo, suas relações com a realidade e, portanto, o grau de maturidade decorrente do desenvolvimento psicológico normalizado.

Essas questões atravessam os quatro textos que formam essa última categoria em que a referência à infância é indireta: “Sobre a psicogênese do mal de engasgo” (1947), “Parecer sobre o exercício da psicoterapia por psicólogos clínicos e psicanalistas não formados em medicina” (1955), “Formação psicossomática do médico” (1957) e “Novos aspectos da entrevista clínica: dificuldades contratransferenciais” (1968d).

No primeiro, Durval Marcondes propõe uma explicação psicanalítica de afecções orgânicas que supõe uma etiologia psicológica, como o “mal de engasgo”, baseado nas fases do desenvolvimento psico-sexual tal como concebidas na teoria freudiana:

Compreende-se facilmente a importância das vias digestivas como meio de expressão neurótica, quando se considera o papel fundamental que elas representam nas primeiras relações do indivíduo com os objetos do mundo exterior. Nasce a criança num estado de inteira dependência, a primeira sensação de segurança e bem estar lhe é trazida pela inclusão do alimento, a qual passa a ter, para ela, a significação de uma prova de amor. A primeira satisfação afetiva da criança assenta, portanto, numa situação de receptividade oral, cuja frustração leva, por seu lado, a uma atitude oral agressiva, que constitui a primeira manifestação de hostilidade do indivíduo. (p. 125)

E a seta vai apontar, como anuncia esta passagem, o ambiente familiar, particularmente o comportamento da mãe. Apoiado em dados das Clínicas de Orientação Infantil, ele afirma:

De minha parte, venho estudando com grande interesse os mais variados distúrbios neuróticos da deglutição e do apetite, valendo-me de material fornecido não só por alguns pacientes em tratamento psicanalítico que apresentam fenômenos disfágicos, como também por diversos casos das clínicas de orientação infantil, entre cujos problemas se acham incluídas, além da dificuldade de engulir, a anorexia e a bulimia. Os casos das clínicas de orientação infantil têm um valor todo especial porque proporcionam, através da investigação da assistente social psiquiátrica, uma idéia completa das condições do ambiente familiar numa fase bastante precoce do desenvolvimento do quadro mórbido.

Todo esse material me permitiu formular algumas conclusões a respeito das atitudes emocionais típicas que formam o substrato psicológico do “mal de engasgo”. O ponto fundamental está numa posição ambivalente em face dos objetos do mundo exterior ligada ao conflito que envolve, de um lado, intensos desejos passivo-receptivos, os quais, segundo Alexander (1,2), se acham também na base das neuroses gástricas, e, de outro lado, impulsos agressivos de rejeição. O engasgo representa, pois, um compromisso, expresso no nível oral, entre tendências passivo-receptivas e ativo-expulsivas, o que está de acordo com as conclusões de Weiss a que já tive ocasião de me referir.

A essa situação psíquica correspondem condições de ambiente, atuais ou pretéritas, que, de modo contraditório, favorecem uma atitude de dependência infantil, ao mesmo tempo que acarretam repetidas frustrações. Trata-se, em geral, de *mães dominadoras que, enquanto superprotegem a criança, agem para com elas com demasiado rigor*. A superproteção centraliza-se sobretudo no que se refere aos alimentos, que se investem, assim, de grande significado emocional.

Esse quadro subjetivo e ambiental do engasgado corresponde, em suas linhas gerais, aos de dois outros tipos mórbidos opostos entre si: a anorexia e a bulimia. Em seu substrato psicodinâmico, ambas as afecções estão relacionadas com o problema do apego e da emancipação e giram em torno da pessoa da mãe e da função alimentar. (p.128-9, grifos nossos)

O meio é, portanto, o nó que ata desenvolvimento psicológico e patologia que só se desata pela ação da higiene, elo entre a psicanálise e a medicina, que dá corpo a essa formulação de psicossomática. A persistência do infantil no adulto, sob a forma de comportamentos em desacordo com o desenvolvimento psicológico normal, nos termos marcondianos, é a chave de compreensão desses males.

Em 1955, com o “Parecer sobre o exercício da psicoterapia por psicólogos clínicos e psicanalistas não formados em medicina”, Durval Marcondes assume posição favorável à expansão do campo psicoterapêutico para além dos limites da medicina. Procura dessa maneira consolidar a psicanálise nos meios científicos e acadêmicos:

No que respeita ao tratamento psicológico feito por leigos em medicina, muito me orgulho de ter sido o introdutor em nosso meio de uma utilíssima profissão – a de psicólogo clínico – que emprega, como um de seus instrumentos de trabalho, a psicoterapia. Refiro-me à criação no funcionalismo público estadual, feita por inspiração minha, dos primeiros cargos de psicologista, com o espírito de proteger, através de medidas essencialmente psicoterápicas, a saúde mental da criança escolar. (p. 5)

Nesse texto ele também se refere às novas profissões surgidas no movimento higienista:

A utilização dos métodos psicológicos no estudo, no diagnóstico, na prevenção e no tratamento das diferentes formas do desajustamento psíquico deu lugar ao aparecimento dessa modalidade profissional que veio a desenvolver-se amplamente, sobretudo nos Estados Unidos. O número de psicólogos clínicos hoje existentes naquele país e pertencentes ao quadro da Associação Psicológica Americana pode estimar-se em mais de quatro mil, com base nas informações contidas à página 24 do livro de G. W. Shaffer e R. S. Lazarus “Fundamental Concepts in Clinical Psychology” (McGraw Hill Book Co., New York, 1952). No Brasil, o psicólogo clínico constitui, desde 1938, parte integrante do corpo técnico da Seção de Higiene Mental do Serviço de Saúde Escolar de São Paulo. Ele também existe, presentemente, em outros serviços especializados do país e seu número tende sempre a aumentar de acordo com o nosso amadurecimento cultural e a crescente compreensão do papel que ele desempenha como fator do bem-estar da comunidade. As funções do psicólogo clínico, que visam assegurar ou restituir ao indivíduo *condições normais de vida psíquica*, obrigam logicamente ao emprego de recursos terapêuticos. Assim, o psicólogo clínico – salvo quando se dedique apenas a provas diagnósticas – é forçosamente um psicoterapeuta. Precisa, naturalmente, dispor de preparo técnico adequado e manter-se nos limites que esse preparo lhe atribui.

Também o assistente social se viu na necessidade de penetrar no campo da psicoterapia para dar fiel cumprimento às exigências de sua missão. Condições psíquicas e sociais entrelaçam-se intimamente. A fim de que possa, portanto, atingir com eficiência seu objetivo, o assistente social é frequentemente obrigado a lidar com problemas individuais de personalidade, tornando-se, em muitos casos, *indistinguíveis o trabalho social e o tratamento psicológico*. (p. 7, grifos nossos)

E como o foco que une essas profissões é a doença e sua erradicação, este fato reitera o médico como o profissional responsável pelo processo de atendimento:

O ponto delicado da questão do psicoterapeuta leigo é o perigo que possa surgir na medida em que ele, na clínica particular, passe a trabalhar longe das vistas do médico. Isto não é tido como recomendável porque somente o médico está habilitado ao diagnóstico clínico global e à conseqüente indicação terapêutica, inclusive no que se refere a novos aspectos do caso surgidos no decurso do tratamento. Creio, porém, que o

remédio para isso não é a proibição pura e simples do trabalho do psicoterapeuta leigo, mas a obrigação, que lhe deve ser imposta, de se colocar sempre sob vigilância médica. A necessidade de conhecer a verdadeira extensão de nossos recursos pessoais, levando sempre em conta os limites de cada especialidade, existe, aliás, na própria medicina, compelindo-nos, a cada momento, a apelar para um colega cujo preparo melhor se enquadre na situação. (p. 8)

Porém, na medida em que a psicanálise é o eixo do processo de atendimento, Marcondes deixa claro que a responsabilidade dos médicos não é exclusivamente deles, e alfineta:

Aqueles que, no Brasil, se têm manifestado contra o psicanalista leigo colocam-se na suposição de que o médico está naturalmente aparelhado para o emprego correto da psicanálise. Nunca é demais repetir que o diploma de médico não assegura conhecimentos técnicos nesse terreno. Não os têm, como é natural, os próprios psiquiatras que não se especializaram no assunto, mesmo quando sejam professores de psiquiatria. Dou, como exemplo, o Prof. A. C. Pacheco e Silva, o qual, em seu livro didático, ensina a seus alunos que, entre os métodos da psicanálise “mais em voga”, figuram “a condenação, a transferência afetiva, a sublimação, a prática sexual normal, etc.” (A. C. Pacheco e Silva – “Psiquiatria Clínica e Forense”. Primeira edição, 1940, Companhia Editora Nacional, São Paulo, página 116. Segunda e última edição, sem data, Livraria Vademecum Editora, São Paulo, página 129). Esse trecho é bastante significativo. É difícil encontrar tanta confusão em tão poucas palavras. Ele sugere que a ação do psicanalista se possa fazer condenando qualquer coisa no paciente. Atribui à transferência – que é um processo desenvolvido espontaneamente na psicanálise e nas demais formas de psicoterapia – a qualidade de método terapêutico. Emprêsta essa mesma qualidade à sublimação, fenômeno psíquico de ordem geral que, em sua essência, nada tem que ver com o tratamento psicanalítico. E, finalmente, dá a prática sexual normal como sendo método psicanalítico de cura, que, naturalmente, poderia ser escolhido entre os “mais em voga”. Imagine-se um paciente tratado pela prática sexual normal! Os discípulos do citado professor irão, por certo, aplicar esses “métodos” em sua clínica. Vê-se, por aí, como a psicanálise é compreendida por alguns médicos e o perigo que isso representa. O remédio não está em dar-lhes o privilégio de sua utilização, mas em exigir, em qualquer caso, uma formação psicanalítica regular e prestigiar – não perseguir – aqueles que verdadeiramente a possuem. (p. 13)

Em “A formação psicossomática do médico” (1957), defende uma “formação psicossomática” para os médicos, como parte de sua luta pela incorporação da psicanálise na formação em medicina, o que já acontecia na formação de psicólogos clínicos, então um curso de especialização da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)²⁶. Para ele, o médico é também um psicoterapeuta e, nessa qualidade, necessita do conhecimento psicanalítico para o exercício de sua profissão.

Em “Novos aspectos da entrevista clínica: dificuldades contratransferenciais” (1968d) ele insiste na ponderação dos fenômenos transferenciais e contratransferenciais na relação médico-paciente, dimensão que, a seu ver, acaba por impor a articulação entre fato médico e fato psicológico, que se propõe a abarcar com a proposição da psicossomática. É nesse texto que Durval Marcondes estabelece um paralelo entre a regressão que ocorre na relação médico-paciente e a relação da criança com os pais:

Num plano mais profundo, essa atitude se reveste dos traços arcaicos que formam a subestrutura da mente humana. Diante do médico, mesmo as pessoas mais inteligentes e cultas se comportam, no nível do inconsciente, como faz o homem primitivo diante do feiticeiro ou a criança diante dos pais. O paciente regride, numa parte de sua personalidade, a uma situação na qual são atribuídas ao médico qualidades mágicas que podem inspirar confiança ou temor. O passado infantil do paciente, com suas angústias e seus anseios de proteção, insinua-se na situação clínica e se reflete não só na expressão sintomatológica, mas também, pelo fenômeno da transferência, no comportamento do paciente durante a consulta e no decorrer do tratamento. (p. 246)

²⁶ Curso que dará origem, pouco depois, à Cadeira de Psicologia Clínica do curso de Psicologia desta Faculdade e, em 1970, ao Departamento de Psicologia Clínica no Instituto de Psicologia da USP.

No decorrer do texto, ele retoma a discussão das relações objetais, o fundamento do desenvolvimento psicológico na teoria kleiniana, não apenas para sedimentar a normalização desse processo, mas também para firmar seu ponto de vista em prol da psicossomática:

A missão do médico não é dividir o doente, aceitando a parte “orgânica” e negando a parte “psíquica”, mas unificá-lo na sua atitude para com ele, a fim de poder senti-lo e compreendê-lo como ele realmente é, o que significa dizer como um todo. Para isto, é preciso que o médico possa superar suas angústias paranóides e depressivas, em vez de defender-se delas pelos mecanismos primitivos e inadequados de cisão e negação de partes do objeto, seu controle onipotente ou através de tentativas de propiciação expiatória e outras formas de reparação neurótica. (p.251-2)

E no final do texto, alerta e conclui:

Situação extremamente grave está se criando, no meu ver, com a separação, que se torna cada vez maior, entre a formação médica geral e a formação psicanalítica. Isso faz crescer progressivamente o desentendimento entre os dois campos de atividade, os quais, a uma observação mais apurada, são, afinal de contas, um só. (p.252-3)

Vê-se, desse modo, que o circuito se completa. A psicossomática não é um capítulo separado das reflexões psicanalíticas de Durval Marcondes; é antes uma derivação lógica delas. Mantém-se a doença como o centro das atenções; sua origem se dá a conhecer por uma anamnese que levanta os desvios do desenvolvimento psicológico diante das normas estabelecidas pela evolução das fases psico-sexuais; e sua terapêutica é um processo analítico ou um tratamento médico informado pela psicanálise que tem como meta limpar o psiquismo das impurezas da infância.

Concluído o exame do conteúdo das modalidades de referência à infância nos escritos de Durval Marcondes, reúnem-se as condições e os elementos para explicitar de forma mais precisa o resultado da análise construída nesse percurso: a infância é uma doença,

remanescente ancestral do homem selvagem que o processo civilizatório logrou superar, mas que retorna continuamente no início da história de vida de cada ser humano. Segundo afirmação que se tornou clássica de estudiosos da psicologia evolutiva no século da Biologia, “a ontogênese repete a filogênese”. A psicanálise de Marcondes e sua aproximação da higiene mental está contaminada dessa premissa.

Em um sentido oposto à concepção de selvagem e de criança em Jean-Jacques Rousseau (para quem o selvagem e a criança são inerentemente bons), a criança, na obra de Durval Marcondes, é concebida como um mau selvagem, gestada na desordem da natureza supostamente subjugada pela civilização, a ser permanentemente retificada pela sociedade. A criança, alçada à condição de objeto da higiene mental escolar informada pela psicanálise, é assim desvelada em seu sentido, na obra do autor em estudo. Por um lado, a preocupação em transformar o mau selvagem em bom cidadão; por outro, a preocupação em transformar a doença em saúde, verso e reverso de uma mesma moeda que identifica saúde e ordem.

Em várias passagens citadas assiste-se a uma configuração de infância como delimitação de um tempo que ensaia a vida adulta. A maleabilidade tomada como qualidade implícita do psiquismo subtrai-lhe toda soberania. Os impulsos ligados à sexualidade infantil e o chamado mundo de fantasia são apresentados como únicas substâncias próprias à infância que devem ser submetidas à pauta da realidade. A infância não é humanidade, mas natureza que insiste em contaminar o que é a grande conquista humana: a civilização. Por conseguinte, a intervenção por excelência na infância se caracteriza pela “modelagem”, via interposição de modelos parentais de conduta que levam a criança a se identificar com a correção moral e a adaptação, que pai e mãe devem representar, e a internalizá-las. A adoção do referencial teórico-conceitual da psicanálise aprofunda essa operação de “modelagem”. A psicanálise possibilita, na visão de Durval Marcondes, levar à minúcia essa operação porque, ao

reconhecer e utilizar como técnicas processos que envolvem regressão, identificação, projeção, introjeção, busca o controle e a superação não somente dos conflitos mas, no fim, do próprio inconsciente. Se na infância o psiquismo é matéria maleável, sendo possível evitar que as impurezas originárias permaneçam e se expandam face às influências do meio, na vida adulta o psiquismo é matéria dura a exigir artifícios mais complexos que permitam penetrar em seus poros para a sua retificação. Nessa linha de argumentação pode-se objetar, porém, que a maleabilidade define a infância. Porém, na psicanálise de Durval Marcondes, a maleabilidade é mais uma característica da infância do que um traço que a define. O que importa, nesta concepção, é que a infância, pelo potencial de desordem que contém, não pode ser livre: as crianças têm que ser educadas e os adultos que delas cuidam têm que ser orientados, ou melhor, capturados como veículos desse disciplinamento, partindo exatamente dessa abertura da existência individual – a maleabilidade – para constituir a adaptação e, por via de consequência, a ordem social. A higiene mental escolar preconiza assim um único caminho para uma sociedade civilizada. Há uma visão totalitária de sociedade: ninguém deve escapar de sua ação “modeladora”. Por isso a infância, como um mal selvagem, é uma ameaça para essa forma de pensar o homem, a sociedade e a história.

Nessa linha de pensamento, os lugares sociais de pai e mãe são depositários das prescrições científicas higienistas e a criança é objeto da ciência. O exercício das funções paterna e materna transformam-se em uma engenharia psíquica regulada por uma ciência normatizadora: a psicanálise. A boa criança, portanto, é a prefiguração do adulto; o adulto normal, isto é, adaptado, é prova de que o desenvolvimento psicológico progresso se deu em consonância com a norma.

Passemos à análise contextual dessa concepção de criança presente nos escritos de Durval Marcondes, no interior da introdução da psicanálise em solo brasileiro.

Capítulo 3 - Análise contextual

A infância e a psique: novos focos de exercício do poder

O conjunto das queixas pelas quais as crianças são encaminhadas ao SHME mostram o quanto os comportamentos que elas manifestam perturbam principalmente a escola. A impulsividade e a espontaneidade infantis incomodam a ordem, jogos e brincadeiras diversos escapam às relações previstas, qualquer indício de agressividade ou sexualidade entre as crianças aciona a atenção alarmada dos adultos: a infância necessita de vigilância e orientação. Há um clima de intolerância que trai uma expectativa latente e contínua de que logo as crianças se conduzam como adultos adaptados. Fato notório na escola, a criança provoca estranheza e mal-estar. Esses elementos apontam para uma nova organização social na qual os adultos estabelecem uma interação diferenciada com as crianças. Durval Marcondes, principalmente nos artigos que se referem de modo direto à criança, expressa essa visão: face ao desconcerto posto pela infância é preciso planejar uma intervenção. A maneira como o tema toca o psicanalista alude a um componente do sentimento de infância que a pesquisa histórica de Ariès (1981) levantou sobre a constituição da criança e da família na sociedade ocidental européia:

Era preciso antes conhecê-la melhor [a criança] para corrigi-la, e os textos do fim do século XVI e XVII estão cheios de observações sobre a psicologia infantil. Tentava-se penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação. Pois as pessoas se preocupavam muito com as crianças, consideradas testemunhos da inocência batismal, semelhantes aos anjos e próximos de Cristo, que as havia amado. Mas esse interesse impunha que se descobrisse nas crianças uma razão ainda frágil e quase fizesse delas homens racionais e cristãos. (p. 63)

Ariès discute os caminhos pelos quais se constitui o sentimento da infância. Por um lado uma relação marcada pelo que ele denomina *papiricação* dos adultos na interação com as crianças, que nelas percebem seres inocentes e graciosos a implicar por isso um tratamento cada vez mais específico; por outro, o estranhamento que converge para uma separação social das crianças, visando prepará-las para a condição de adultos. No conjunto, estes caminhos se referem à composição de fronteiras entre adultos e crianças. Numa direção observa-se a tendência a cultivar uma relação com as crianças sob o signo, construído, de sua ingenuidade; na outra, pela qual Durval Marcondes envereda, a organização de um novo campo centrado em seu disciplinamento. Ainda que não seja nosso objeto aqui, é preciso considerar que transformações históricas importantes acontecem na vida de todos os homens no período histórico estudado por Ariès, desde a última parte da Idade Média até meados do século XX, que os levam não só a ter sensibilidade para a infância, mas a estabelecer novas relações sociais entre si para, gradualmente, reconhecerem as crianças como diferentes. Os acontecimentos que configuram a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, com o avanço das ciências e sua penetração cada vez maior nas relações entre os homens, desempenham aí um papel fundamental. Esse cuidado visa não tomar a constituição do sentimento de infância como o eixo explicativo, em detrimento das condições que a possibilitaram, e que irão desembocar na instituição criada para atender a essa nova necessidade social derivada da preocupação com a disciplina das crianças, a educação. Sobre esse ponto, Ariès (1981) afirma:

O primeiro sentimento de infância – caracterizado pela “*papiricação*” – surgiu no meio familiar na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos, ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores,

pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar. (p. 163-4)

Descontados os elementos alheios à racionalidade científica da psiquiatria, da higiene mental escolar, e das formulações psicanalíticas de Durval Marcondes, reconhecemos no psicanalista paulista a preocupação com a educação das crianças, numa chave higienista, através da qual se pode vislumbrar o planejamento de sua dissolução, no interior dessa temporalidade chamada infância e ocupada por um processo evolutivo denominado desenvolvimento psicológico.

Temos então a sensibilidade que capta o que vai se compondo como uma espécie de substância subjetiva infantil – sua ingenuidade, sua inocência – que revela sua maleabilidade às influências do meio, o que será percebido como necessidade de uma interferência sistemática objetivando a ordem social.

Em Durval Marcondes, a psicanálise articula-se aos esforços dessa concepção de educação. A pesquisa psicanalítica freudiana, ao estabelecer a tese da sexualidade infantil e das pulsões que a atravessam, propõe o arranjo que fundamenta a normatização higienista da infância. A psicanálise aqui, então, constitui dispositivo teórico, social e terapêutico contra a infância-patologia. Ainda que se concentre numa intervenção que se assemelha a um aconselhamento comportamental dos agentes modeladores do psiquismo, as ações são alicerçadas na observância de uma evolução dos estágios de desenvolvimento psicológico teorizado pela psicanálise, que pela sua configuração são a condição de possibilidade do comportamento ajustado.

É importante ressaltar: a própria estrutura do SHME produz o problema que quer solucionar. Os poucos estudos de caso que Durval Marcondes relata nos artigos sobre a

higiene mental escolar revelam, pela detalhada anamnese e levantamento das condições “ambientais” em que as crianças se desenvolvem, que as famílias e sua realidade concreta são desconhecidas dos trabalhadores do serviço. O levantamento em si poderia ser a oportunidade de conhecer um universo social ignorado, de desvelar efeitos de políticas sociais inexistentes ou pouco efetivas. O crivo da percepção e do pensamento, porém, já está formado: o problema não é político, é moral²⁷; o meio não é efeito, é causa; as pessoas e as relações entre elas não se colocam como possibilidade de reflexão, mas como dados para categorização. Sobre esse ponto, Foucault (1987) argumenta:

(...) o olhar disciplinar teve, de fato, necessidade de escola. Melhor que o círculo, a pirâmide podia atender a duas exigências: ser bastante completa para formar uma rede sem lacunas – possibilidade em consequência de multiplicar seus degraus, e de espalhá-los sobre toda a superfície a controlar; e entretanto ser bastante discreta para não pesar como uma massa inerte sobre a atividade a disciplinar e não ser para ela um freio ou um obstáculo; integrar-se ao dispositivo disciplinar como uma função que lhe aumenta os efeitos possíveis. É preciso decompor suas instâncias, mas para aumentar sua função produtora. Especificar a vigilância e torná-la funcional. (p.146)

A existência do serviço já é animada desde o início pelo argumento do regime disciplinar. Em decorrência, as profissões gestadas pela higiene mental escolar em São Paulo trazem inscritas a marca do higienismo, trazem no saber que acumulam o registro das práticas e sistematizações do disciplinamento. A psicologista, por exemplo, centra sua ação no exame psicológico que mede o nível intelectual da criança e o grau de adaptação de sua

²⁷ A moral aqui em causa, problematizada nessa análise, refere-se a uma moral esvaziada de sua substância política, concebida em seu fechamento enquanto faculdade do indivíduo. Essa noção de moral, ao cindir indivíduo e sociedade, revela a reificação que nela opera.

personalidade, práticas até hoje dominantes em psicologia. A adoção delas definem a qualidade da relação entre esse profissional e as crianças. Como afirma Foucault (1987):

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente utilizado. Nele vêem-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. (p.154)

Nesse encontro social mediado e, acima de tudo, inaugurado pela desigualdade entre os homens, esses trabalhadores sociais assentam seu exercício profissional na verticalidade que distingue a média e os que estão abaixo ou acima dela. No processo histórico em curso, que envolve principalmente os anos do Estado Novo (1937-1945), é possível discernir o marco inaugural das profissões de psicólogo e assistente social, a naturalização das “condições ambientais desfavoráveis”.

É preciso lembrar e ponderar, no entanto, que o raio de ação do Serviço e sua significação em termos de política pública é muito limitado. Marcondes (1941b) expõe dados de pesquisa sobre resultados alcançados pelo SHME entre abril de 1939 a novembro de 1940 em que ele contabiliza 71 crianças atendidas. Sua importância, porém, reside no fato de se afinar com as aspirações de reforma na educação pública, expressas pelo movimento da Escola Nova no Brasil, mobilizando e difundindo novas práticas e saberes que, nesse momento, timidamente são incorporadas àquelas ditadas pelos castigos e punições físicas e pelo controle direto. A higiene mental escolar, desse modo, se articula às outras modalidades de disciplinamento; por outro lado, o que anuncia como moderno, reveste com outra roupagem uma violência que, agora simbólica, aprofunda e estabelece novos matizes para o sofrimento que provoca. O SHME dá início ao deslocamento dos castigos como “forma de

tratamento” dos desajustes nos comportamentos de crianças, executado por pais e professores, para a **orientação** dos próprios comportamentos destes, compreendidos como variáveis ambientais a produzirem os desvios. A passagem, incipiente nesse momento histórico, se dá do comportamento castigável ao comportamento “terapeutizável”. Nesse circuito a psicanálise insere-se como moral substituta: interpõe-se à autoridade patriarcal para informá-la e assim controlá-la através da ciência. O meio é o novo problema, em detrimento da anterior e inexorável condição anormal imputada à criança.²⁸ É preciso ressaltar também que ao ponderar o papel do meio como causa das patologias psíquicas, reconhece o peso de fatores outrora negligenciados, ligados às condições sociais desfavoráveis ao desenvolvimento psicológico. Entende psiquismo, assim, não como estrutura fechada sobre si mesma, mas como marcada por interferências do meio que, ainda que naturalizadas, abarcam elementos que o produzem, deslocando o foco de um intra-psíquico reificado para um psiquismo que se constitui em meio às relações e às condições concretas que o cercam. Tal avanço, porém, se vê limitado pela cisão que Durval Marcondes opera entre o psíquico e o político, entre as condições concretas de existência e seus efeitos para as relações sociais.

Na qualidade de política pública, o SHME desenvolve suas atividades em meio a um paradoxo: seu raio de ação em termos quantitativos mostra-se pequeno, mas sua existência atravessou vários anos, de 1938 até 1974. O Serviço atuava nos anos do Estado Novo em meio ao embate entre representantes de interesses diversos e às vezes opostos, congregados e cooptados no aparelho estatal como estratégia de dominação de Vargas. A partir de 1945, com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial e a intensificação da luta pela democratização, reconfiguram-se as forças políticas e a disputa pelo Estado e as concepções

²⁸Ver Artur Ramos (1939).

em torno das políticas públicas.²⁹ Talvez devido a essas mudanças, o SHME tenha sido esvaziado no início da década de 50, quando do descomissionamento do funcionalismo público, como parte do rearranjo da estrutura de poder do Estado. E nesse contexto que se dão as mutações do higienismo e, mais do que sua continuidade, sua consolidação e expansão sob o abrigo de novas profissões em gestação, todas elas marcadas pela ideologia higienista até hoje dominante. As crianças são, dessa forma, alvos de uma progressiva especialização que tem como eixo o higienismo que gradualmente se desliga da psicanálise com a qual estava articulada.³⁰ Entretanto, no núcleo dessa complexa trama, a Clínica de Orientação Infantil atou essa apropriação da psicanálise com o poder político.

Dessa maneira o SHME, fundado na articulação entre a higiene mental escolar e a psicanálise, é formalizado e mantido durante os anos do Estado Novo e prossegue com suas atividades durante o período de “redemocratização” do país, até ser extinto em 1974, na vigência da ditadura instalada pelo Golpe Militar de 1964. Algumas reflexões se impõem: o ideário higienista no Brasil não prescindiu da violência explícita; antes nela se apoiou para executar suas campanhas, como atesta a ação da polícia sanitária no Serviço Sanitário em São Paulo no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX³¹.

O próprio SHME é fruto de um novo modelo de gestão da saúde pública que Geraldo Paula Souza, médico sanitarista que terá um papel de destaque nesta área, busca implantar em

²⁹Essa hipótese toma por base a pesquisa de Micelli em **Intelectuais à brasileira** (2001), e as novas estruturas de poder que este autor discute no contexto da formação da intelectualidade brasileira.

³⁰Nesse processo a psicanálise também se expande, ramifica-se e deixa de estar identificada em São Paulo com o percurso de Durval Marcondes. Saber até que ponto as diferentes escolas psicanalíticas no Brasil continuaram e/ou romperam com o ideário higienista, particularmente na especificidade da atuação voltada a crianças, requer outra pesquisa.

³¹Um dos primeiros órgãos estatais de planejamento e execução de políticas públicas em São Paulo, o Serviço Sanitário criado em 1892 tem sua atuação marcada em várias gestões pelo uso da polícia sanitária que age por meio da coerção e da força na implementação de campanhas e programas de saúde e higiene pública junto à população. (Campos, 2002)

São Paulo entre 1918 e 1922, estruturando suas ações pela persuasão e educação dos indivíduos³². Com essas novas diretrizes, é criado o berço do SHME - o curso de formação de educadoras sanitárias -, que Durval Marcondes é chamado a coordenar:

Em 1925, com a lei 2121 de 30 de dezembro, que aprovava a reforma do Serviço Sanitário, foi criada a Inspeção de Educação Sanitária. Com a inspeção passa a funcionar nas dependências do Instituto de Higiene o curso de educadoras sanitárias, voltado para professores primários. “Seu objetivo era ministrar conhecimentos teóricos e práticos de higiene a esses professores, para que estes o introduzissem, a partir de uma visão essencialmente preventiva, em centros de saúde e escolas”³³. Os educadores sanitários desempenhariam papel fundamental dentro da nova proposta de saúde pública de Geraldo Paula Souza, pois seriam os principais responsáveis pela criação da consciência sanitária na população inculta em hábitos de higiene³⁴, tirando de cena parcialmente a figura da polícia sanitária. (Campos, 2002, p. 110-111)

Campos (2002) ainda afirma: “foi estabelecido que a educação sanitária seria voltada principalmente às crianças, mães e adolescentes e seria inculcada por meio da persuasão do indivíduo para os hábitos de higiene”. (p.111)

Vê-se, dessa maneira, que ainda que se objetive estabelecer novas práticas e concepções de trabalho em termos de políticas públicas, o autoritarismo é muito presente no

³²Sobre esse importante aspecto da questão, Campos (2002) afirma:

Quando Geraldo Paula Souza assume a direção do Instituto de Higiene, inicia-se uma nova etapa na vida da instituição: seu controle, antes nas mãos de técnicos norte-americanos, passa para um brasileiro, e o contrato estabelecido entre o governo estadual e a Fundação Rockefeller está prestes a expirar. Não existia razão para o International Health Board temer a gestão desse médico, pois fora educado segundo os princípios desse modelo administrativo na Universidade John Hopkins. Dessa forma, a continuidade do modelo estava garantido. Ao assumir a Cadeira de Higiene, Geraldo Paula Souza também é convidado para ocupar o cargo de diretor do Serviço Sanitário, e em seus conceitos e realizações irão transparecer as influências do ideal norte-americano de saúde pública. (p. 62).

³³ Candeias, N. M. F. Memória histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo: 1918-1945. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 18, 1984, número especial.

³⁴Cf. Ribeiro, M. A. R. **A história sem fim**: inventário da saúde pública. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

relacionamento do Estado com a população. Percebe-se, assim, o caráter problemático da passagem da coerção à persuasão, esta que em si também implica violência no exercício do poder. Trata-se do começo de um movimento que leva em conta o indivíduo mas que não supera a coerção, antes estabelecendo novos arranjos com esta, segundo as exigências de controle requeridas pela “consciência” do indivíduo³⁵.

No conjunto de todos esses acontecimentos, a psicanálise constitui em Durval Marcondes uma espécie de “teoria do indivíduo” que se acopla bem às necessidades emergentes das transformações no exercício do poder político no Brasil. Como vimos, as faces do que se denominou desenvolvimento psico-sexual remete à origem do indivíduo. Se essa origem é caracterizada por um lado pela reedição de uma ancestralidade selvagem supostamente superada pela civilização atual, e por outro por uma maleabilidade em relação ao meio, a higiene mental escolar encontra na psicanálise os fundamentos e as ferramentas para a sua ação. A combinação desses fatores possibilita a conexão com princípios de uma educação que visa impor a ordem social vigente, naturalizando-a. Busca-se, com efeito, modelar a criança de uma forma entendida como correta, que exclui outras formas de relações entre as pessoas. Este movimento normaliza a infância; aborta sua maleabilidade originária e lhe impõe, como perspectiva de educação, a formação para uma vida adulta adaptada³⁶. A concepção de criança em Durval Marcondes, com efeito, reduz a dimensão política da educação à dimensão moral; desloca das relações sociais para o indivíduo, as questões inerentes à formação do homem na infância. Nessa operação de deslocamento, as elaborações

³⁵Patto na análise realizada em “Teoremas e cataplasmas no Brasil Monárquico: o caso da medicina social” (1996b) aponta que ainda que estudos afirmem que o discurso higienista passe a ser o eixo regulador da vida social no Brasil do Segundo Reinado, a realidade do Império desmente esta afirmação, motivo pelo qual é preciso considerar as especificidades locais que impedem generalizações do que acontecia em Países europeus.

³⁶ Ainda que Durval Marcondes não se refira a Émile Durkheim, chama a atenção a proximidade que sua visão de educação tem, e mesmo sua visão de psicanálise, com as idéias do sociólogo francês sobre o assunto, que discute nos termos de uma educação que encontra sua razão de ser numa moral reificada. Ver Fernandes (1994).

psicanalíticas de Durval Marcondes tematizam a família e as relações familiares, deixando de lado a relação desta com o Estado e a dimensão político-social.

Essa inculcação de uma concepção ideológica de sociedade no nascente e permeável psiquismo das crianças pelas práticas de higiene mental escolar informada pela psicanálise, produz-se concretamente pela cassação de outras falas que não o discurso competente dos profissionais higienistas, que desconsidera os saberes das pessoas sobre as quais falam (Chauí, 1997). Esses trabalhadores sociais escutam a palavra de pais e filhos para detectar falhas, numa interação mediada pela escola e pelos lugares hierarquicamente desiguais ocupados por quem orienta e por quem é orientado. E toda a gramática do discurso científico impõe-se como única reflexão legítima dos indivíduos sobre si mesmos e sobre o mundo. Com pretensa objetividade, a palavra dos especialistas funda-se na arbitrariedade, no uso impositivo que não sabe ser uma forma politicamente engajada. Forma que se não escamoteia a desigualdade de lugares entre os profissionais e os indivíduos por eles atendidos, escamoteia a desigualdade social.

Na redução da dimensão política à dimensão moral operada pela higiene mental escolar informada pela psicanálise e pela própria concepção de processo analítico defendida por Durval Marcondes, deparamo-nos com a violência simbólica agindo nas entranhas do psiquismo, a gerar novas formas de sofrimento advindas desse novo exercício do poder. Pode-se reconhecer, a partir daí, a humilhação, como possível consequência direta do constrangimento da palavra social e da desqualificação da experiência do indivíduo, e a culpa e a angústia vividas face ao descompasso entre as suas ações e as expectativas sociais de adaptação e, conseqüentemente, de “sucesso”. Estas formas de sofrimento atingem o alvo visado pelos higienistas: o indivíduo. Este, fragilizado por um processo de inculcação desde a sua infância, catalisado pela psicanálise, toma como fracasso seu os percalços na escola, os

desencontros familiares, as vicissitudes do mundo do trabalho e, paradoxalmente, busca nas profissões psi a atenuação e, se possível, a superação de sua dor.

Se esse processo de saneamento da infância que reconhecemos nas atividades do SHME e na posição psicanalítica de Durval Marcondes avançar, pode se tomar como provável a tendência de aumento no futuro por auxílios que toquem o indivíduo, como a religião, a auto-ajuda, a medicina alternativa, a psiquiatria, a psicologia, a psicanálise, além da provável tendência de crescimento da responsabilização das famílias pelos problemas de escolarização das crianças. A experiência histórica nos mostra a que ponto chegamos.

A patologia chamada infância, concebida por Durval Marcondes, constitui parte importante de um regime disciplinar que, combinado com outras formas de domínio, instala profundamente o controle social e o exercício do poder político desde o início da história individual.

O estatuto sanitário da educação escolar pública

Em íntima conexão com uma infância concebida como patologia, a educação pública em São Paulo nasce como sanitária. A preocupação maior não se volta à formação no sentido humanista da palavra, mas à educação entendida como freio à impulsividade infantil e disciplinamento da conduta das crianças. A efetiva expansão do número de escolas públicas ocorre a partir da Revolução de 30, mais pela orientação de uma política social que procura disciplinar a presença das crianças na cidade do que oferecer o que o discurso liberal da Escola Nova propunha: a igualdade de oportunidades. Marcilio (2005) expõe esse quadro nos seguintes termos:

A nova constituição de 1937 buscava proclamar o dever do Estado quanto à educação e limitar-lhe a ação, tornando-a uma ação supletiva. Vencia a mentalidade conservadora. Assim é que do texto se excluiu a regra básica de “educação como direito de todos” e fez dela um “dever e direito natural dos pais”. Excluiu-se a gratuidade da escola primária para os alunos que pudessem contribuir para a “caixa escolar”. (p. 146-7)

Esse entendimento de educação já é assinalado por Ariès (1981):

Os moralistas e educadores do século XVII conseguiram impor (...) seu sentimento grave de uma infância longa graças ao sucesso das instituições escolares e às práticas de educação que eles orientaram e disciplinaram. Esses mesmos homens, obcecados pela educação, encontram-se também na origem do sentimento moderno da infância e da escolaridade. (p. 186-7)

O incômodo provocado pela percepção social da infância conduziu à preocupação em prepará-las para a vida adulta, via educação, em instituições específicas – as escolas. Essa educação, portanto, possui uma essência moral, derivada de um dos componentes que fundamenta o sentimento de infância na sociedade ocidental.

Se o processo de deslocamento do exercício do poder político, mais especialmente no que se refere à higiene pública, se daria da coerção física à persuasão de maneira lenta e gradual, interpelando agora o indivíduo, tal processo também ocorreria na educação pública, representado pelo movimento escolanovista no Brasil. Além do domínio pela força física, buscava-se obter o domínio através do consentimento do indivíduo. E a Escola Nova, partindo dos pressupostos da ideologia das aptidões naturais esforça-se por incutir a idéia de que a educação para as crianças é desigual porque suas habilidades são desiguais e não porque a desigualdade está posta desde o início e antes da escola numa sociedade hierarquicamente dividida. Com base nos mesmos propósitos e adotando as mesmas premissas, a Escola Nova e

a psicanálise, articuladas pela higiene mental escolar, situam na dimensão moral, individual, fatos sociais concernentes à dimensão política.

A higiene mental escolar, entretanto, esbarra num oponente de peso, ligado à educação desde o início da história do país, muito influente e com forte penetração nas famílias, a Igreja Católica. A higiene mental escolar informada pela psicanálise busca colocar-se como tecnologia de intervenção social legitimada pela ciência em um campo secularmente ocupado pela moral católica. A incipiente educação pública constrói os primeiros passos de uma formação laica e a sociedade paulistana conhece rápidas transformações em relação à vida na cidade ao longo de todo o século XX. A psicanálise defronta-se assim, com dois focos intensos de oposição: de um lado, a psiquiatria organicista, dominante na Faculdade de Medicina; de outro, a Igreja Católica que, após perder espaço com a proclamação da República, procura se fortalecer³⁷.

Além da disputa pelos espaços institucionais, a discórdia envolve o tema da sexualidade infantil, eixo da teorização psicanalítica, no que concerne ao quadro dos sistemas terapêuticos em psiquiatria e ao teor da orientação do SHME às famílias e às escolas, que diverge dos fundamentos da moral católica. É possível entender, então, a recepção adversa da psicanálise em São Paulo, diferentemente de sua situação em outros estados, o que explica a estratégia adotada por Marcondes para o seu estabelecimento através da criação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e a posição favorável à psicanálise leiga e talvez à

³⁷Micelli mostra em **Intelectuais à brasileira** (2001) como a Igreja Católica articula uma reação à ascensão do Estado laico com a República, marcando presença e formando intelectuais que pudessem seus interesses e âmbito de poder, sobretudo no campo da educação, no qual a psicanálise, através de Durval Marcondes, busca atuar. Alceu Amoroso Lima é um dos mais importantes membros desse grupo de intelectuais, mencionado por Oliveira (2005) como ferrenho crítico da psicanálise.

pouca expressividade do SHME em termos de política pública em educação³⁸. Destes embates, portanto, tivemos como desdobramento a implementação do sistema psiquiátrico paulista por Pacheco e Silva (Oliveira, 2005), a já referida criação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo em 1944 por Durval Marcondes e também a criação do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, instituição formadora de psicólogos, profissão que o psicanalista contribuiu decisivamente para regulamentar, a partir de curso de especialização ministrado por ele nesta área na FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – na mesma universidade. Cabe lembrar ainda que a psicologia clínica concebida por Marcondes é derivada do trabalho conduzido no SHME, principalmente das atividades desenvolvidas pelas psicologistas.

Tanto as orientações feitas pelo SHME às famílias e às escolas, quanto as intervenções terapêuticas nos processos analíticos realizadas por Durval Marcondes, ao se basearem na normalização do desenvolvimento psicológico revelam uma dimensão moral da psicanálise que exacerba o confronto com uma psiquiatria, cujas práticas terapêuticas ainda estão muito próximas do tratamento moral, e com a Igreja Católica, até então detentora do monopólio da palavra junto às famílias. A dimensão moral aqui em causa ao mesmo tempo em que evidencia disputa de espaço entre a psiquiatria, a Igreja Católica e a psicanálise, mostra que as três convergem no que se refere à norma, à busca de uma forma correta de vida.

O teor dos artigos de Durval Marcondes que se referem diretamente à criança enfatizam uma intervenção sobre a criança institucionalizada na escola que por trás da intenção manifesta da disciplina, quer reprimir a infância. As queixas escolares são, na

³⁸Micelli (2001) discute a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Educação nos anos do Estado Novo que, tentando abarcar e assim cooptar interesses heterogêneos como os da Igreja Católica, os dos proprietários das escolas privadas, os militares e os tecnoburocratas da esfera governamental concretamente pouco se realiza nesta área, em detrimento do apoio político à manutenção do poder.

verdade, queixas contra a infância. A normalização parece concentrar a atenção dos educadores, a instituição escolar sendo pensada cada vez mais sob a racionalidade da produção industrial, na qual as relações são cientificamente ordenadas, na qual o indivíduo que se visa é o homem disciplinado. A transmissão de conteúdos e a formação profissional ficam em segundo plano; o ensino quer processar seu “amadurecimento”. A higiene mental escolar defende essa tecnologia educacional que ao mesmo tempo endossa e reforça a normalização. Sobre essa transformação em curso, Donzelot (1980) afirma:

Se quisermos compreender o alcance estratégico desse movimento de normalização da relação adulto-criança é preciso entender que o que essas medidas visavam é de natureza indissociavelmente sanitária e política, que elas procuravam, sem dúvida, corrigir a situação de abandono em que poderiam se encontrar as crianças da classe trabalhadora, mas também, na mesma medida, reduzir a capacidade sócio-política dessas camadas, rompendo os vínculos iniciáticos adultos-crianças, a transmissão autárquica dos saberes práticos, a liberdade de movimento e de agitação que resulta do afrouxamento de antigas coerções comunitárias. (p.76)

Lasch (1990) também discute esse sentido de escola e do trabalho dos profissionais que a auxiliam:

A observação sistemática de dados sintomáticos, mesmo antes de se tornar uma técnica de disciplina do trabalho e controle social, já passara a servir de base ao novo sistema de recrutamento industrial, cujo centro era a escola. O moderno sistema de educação pública, remodelado de conformidade com os mesmos princípios de gestão industrial anteriormente aperfeiçoados na indústria, substituiu o aprendizado de um ofício como agência principal no treinamento das pessoas para o trabalho. Neste treinamento, a transmissão de habilidades é cada vez mais accidental. A escola habitua as crianças à disciplina burocrática e a exigências da vida em grupo, gradua-as e as classifica através de testes padronizados e seleciona algumas para as carreiras profissionais e de gerência, enquanto destina as restantes ao trabalho manual. A subordinação da instrução acadêmica aos testes e à supervisão sugere que as agências de “seleção de mão-de-obra” tornaram-se parte de um aparato maior de supervisão e racionalização que inclui não apenas a escola como também o juizado de menores, as clínicas psiquiátricas e os departamentos de assistência social – em suma, toda a gama de

instituições operadas pelos “profissionais de assistência”. Esse complexo tutelar, como já foi adequadamente denominado, desestimula a transferência autônoma de autoridade e poder de uma geração para outra, passa a mediar as relações familiares e socializa a população para as exigências da burocracia e da vida industrial. (p. 39)

Depreende-se, desse modo, uma percepção ainda difusa de uma necessidade de disciplinamento que a educação e a psicanálise articuladas pela higiene mental escolar irão mobilizar e legitimar.

A concepção de educação presente na Escola Nova e pressuposta pela higiene mental escolar informada pela psicanálise, ainda que se apresente vestida de uma roupagem insuspeitadamente científica, não é a única nem é imposição absoluta de uma época. O movimento anarquista entre os operários da cidade de São Paulo não só difundia textos sobre uma concepção libertária de educação, como também chegou a abrir e manter escolas nela inspirada, principalmente entre as décadas de 10 e 20 do século passado. Segundo Margareth Rago (1985), em seu estudo sobre o regime disciplinar:

Partindo de uma outra representação da criança, os anarquistas não aceitam que ela seja esta “cera mole”, na expressão do dr. Moncorvo Filho, onde devem ser inscritos os preceitos de uma moral puritana, ou um perigoso selvagem em que predominam instintos perversos. Ao contrário, para os libertários, a criança possui aptidões naturais positivas que as práticas pedagógicas devem ajudar a desenvolver. A educação deve respeitar a personalidade infantil, atribuindo importância às suas necessidades reais e profundas. Recuperando a fé rousseauiana na bondade natural do homem, os anarquistas consideram que não há por que reprimirem-se as tendências naturais da infância por uma educação autoritária e vitoriana. (p.149)

Percebe-se, desse modo, que a concepção de educação em causa pressupõe um sentido para a infância contrária à do médico que, no Brasil, formulava as bases da puericultura. A posição libertária mostra que a racionalidade científica pela qual uma visão liberal busca se

impor à educação pública não constitui o caminho necessário para as reformas educacionais calorosamente discutidas desde os anos 20. Durval Marcondes dialoga com a escola e o ensino que nela é realizado e se opõe a eles, somando seus esforços com os expoentes do escolanovismo. Aqui, o discurso científico que alicerça as teses reformistas da Escola Nova que serão paulatina e parcialmente incorporadas à educação pública em São Paulo, exclui qualquer outra concepção de educação. Nos artigos de Durval Marcondes não há qualquer menção às escolas libertárias e sua concepção de educação. Rago (1985) discute este antagonismo:

[A] valorização especial do projeto educacional libertário também pode ser explicada pela não-aceitação de uma necessidade objetiva inelutável inscrita no desenvolvimento histórico. Os libertários não acreditam em um progresso teleológico que estaria “cientificamente assegurado” no curso da história, levando à criação da nova sociedade. Para eles, qualquer mudança radical dependeria do esforço pessoal de cada um no sentido de sua auto-emancipação e aí caberia um papel fundamental à educação enquanto formadora do homem novo. O esforço educativo, nesse sentido, figura como uma ação moral e como um dos meios da ação direta: tanto quanto o boicote, a sabotagem ou a greve, a educação, meio de superar a alienação a que o homem está destinado na sociedade burguesa, é uma arma de luta do proletariado por sua auto-emancipação, sem depender das falsas mediações representadas pelas escolas públicas autoritárias ou pelo parlamentarismo. (p. 154)

Enquanto a visão liberal se pretende científica e, portanto, moderna e apogeu da civilização, sem a qual não há ordem nem progresso, a posição libertária pensa a educação como caminho para a revolução social. Nesta conjuntura, as experiências e as reflexões dos anarquistas são ignoradas pelos acadêmicos, sendo as escolas libertárias existentes em São Paulo fechadas pela repressão estadual em 1919, após 10 anos de sua abertura:

Em São Paulo, em 1909, fundou-se a Escola Moderna dirigida por João Penteadado e situada à avenida Celso Garcia, 262, com aulas diurnas e noturnas para crianças de ambos os sexos e também freqüentada por adultos. Logo depois, surge a Escola Moderna no. 2, localizada à rua Maria Joaquina, no13, no Brás, sob a direção de Adelino de Pinho, e em

São Caetano a escola operária dirigida por José Alves. No Rio de Janeiro, surge a Escola 1o de Maio, de Vila Isabel, situada na rua do Senado, 63, e a Associação Escola Moderna. (...)

(...) No entanto, 1919 marca o momento em que a repressão estatal aniquila as mais importantes experiências educativas libertárias, as escolas modernas de São Paulo, situadas no Brás e no Belenzinho. (Rago, 1985, p. 159-160)

Desses acontecimentos depreende-se que o regime disciplinar alimenta-se do abismo social entre as classes sociais que, por sua vez, faz com que a relação dos chamados trabalhadores sociais com a maioria da população seja marcada pelo estranhamento e pelo medo:

Embora a teoria segundo a qual a doença era contraída pelas exalações miasmáticas estivesse desacreditada desde as descobertas realizadas por Pasteur e Koch, a representação imaginária que associa a figura do pobre aos elementos pútridos, aos detritos e ao perigo pestilencial se reforça. Aliás, as estratégias desodorizantes fundadas nas mitologias pré-pasteurianas não são questionadas, mas reafirmadas: mais do que nunca o povo infecto e nojento aparece como ameaça à saúde do burguês perfumado. Mais do que nunca, os trabalhadores e pobres em geral são percebidos como suspeitos em potencial, seja como portadores de germes, seja como possíveis criminosos. (Rago, 1985, p. 174-5)

A educação liberal, por meio de uma ação baseada na racionalidade científica, executa procedimentos disciplinares e ensina conhecimentos que, esvaziados de seu sentido histórico, acabam por operar a naturalização da vida social. Mesmo que os seus efeitos não sejam absolutos, até porque a escola não prescinde da coerção física na consecução de suas atividades, podemos notá-los na forma como as queixas escolares se engendram. Pêcheux (1990) refere-se a esse aspecto:

Penetração que se opera “por si só”, e, ao mesmo tempo, inculcação que trabalha conscienciosamente sobre o resultado dessa penetração para “se acrescentar a ela”, de modo que, no total, cada “sujeito” saiba e veja que as coisas são realmente assim. Levando-se em conta o que acabamos de

ver, pode-se dizer que o aparelho escolar contribui para essa penetração-inculcação de uma maneira específica, que é a de simular a “necessidade-pensada” dos conhecimentos científicos sob a forma de evidências ideológicas de diversas naturezas, numa intrincação tal que a “incompreensão” (a dúvida, a resistência e a revolta) daqueles que sentem a escolarização como uma intrusão, um momento desagradável pelo qual têm que passar, etc. (isto é, a grande massa dos explorados do modo de produção capitalista) é um sintoma que traduz ao mesmo tempo a separação objetiva do trabalho manual e do trabalho intelectual nesse modo de produção, e também a resistência espontânea dessa massa a essa penetração-inculcação, o que, no conjunto, caracteriza o que é chamado às vezes de seu “mau espírito”. (p. 224)

As proposições psicanalíticas de Durval Marcondes sobre a infância engrossam essa perspectiva liberal de educação que vai sendo lentamente assimilada à educação pública paulistana. Através dela o desenvolvimento psicológico vai sendo monitorado via higiene mental escolar para que se cumpra o adequado controle e dissolução da infância ou, em suas palavras, para que este crescimento alcance a maturidade psíquica. Se a escola pública vai sendo estruturada como instituição de “educação” de crianças, e a psicanálise se coloca como a retaguarda desse processo, esta se constitui como medicina social infantil, que tenta se projetar no psiquismo da criança para erradicar a natureza humana selvagem. Se ainda assim este dispositivo de intervenção falhar, o processo psicanalítico pode garantir a reeducação da personalidade na vida adulta. Sobre esse aspecto, Lasch (1990) afirma:

Todas essas instituições operam de acordo com o princípio subjacente segundo o qual o desejo de cooperar com as dignas autoridades oferece a maior evidência do “ajustamento” e a melhor promessa de sucesso pessoal, ao passo que a recusa à cooperação significa a presença de “problemas emocionais” que requerem uma atenção terapêutica mais constante. Enquanto agência de seleção de mão-de-obra, o sistema escolar, complementado por outras agências tutelares, funciona como um instrumento efetivo para o racionamento dos privilégios de classe em uma sociedade que se sente constrangida diante do tema dos privilégios e busca acreditar que as pessoas com base em seus próprios méritos. Como agência de disciplina social, a escola, ao lado de outros elementos do sistema tutelar, reflete e fortalece ao mesmo tempo a guinada que leva das sanções autoritárias para a manipulação e a vigilância

psicológicas – a redefinição da autoridade política em termos terapêuticos – e para a ascensão de uma classe profissional e gerencial que governa a sociedade não através da preservação de padrões morais autoritários, mas com base na definição de um comportamento normal e no recurso a sanções psiquiátricas supostamente não punitivas diante dos desvios. (p. 39-40)

A educação assim pensada irá reconfigurar as estruturas e as relações na família. Por meio da escola vislumbra-se a possibilidade de penetrar e vigiar o espaço doméstico:

O missionariado leigo está em seu apogeu. Inculcação de conteúdos culturais “republicanos” nas crianças das camadas populares, como também colonização das famílias através da difusão das normas de higiene pública e privada: conferências realizadas pelos professores aos pais ou, então, perfusão nas famílias por intermédio dos filhos. (Donzelot, 1980, p. 181)

Na relação escola-família desse modo configurada, ele vê a porta de entrada da psicanálise:

Não deve haver, portanto, uma posição reativa à escola; pelo contrário, deve-se jogar o seu próprio jogo, mas de uma maneira que aumente o papel da família em vez de diminuí-lo. E, com isso, poder recriar, ao lado da escola, na sua horizontalidade, uma dimensão vertical de inculcação dos comportamentos familiares, onde os valores morais, as superioridades das competências culturais, a disponibilidade afetiva possam encontrar seu verdadeiro lugar. Ou seja, deve-se fazer da família uma terra de missão que se apóie nas exigências escolares para melhor fazer valer a importância do registro familiar. (p. 186)

E conclui:

A questão da desadaptação escolar foi a alavanca da introdução da psicanálise no campo social, muito antes de sua utilização nas instituições sanitárias no sentido estrito, e com efeitos bem mais importantes. Ela trará para esse campo o princípio de um afrouxamento das nosografias psiquiátricas através de uma flexibilização das estruturas de relações, de uma abertura do quadro familiar. Jogando com a estratégia educacional da família, a psicanálise introduz nela um cuidado

com a observância das normas sociais sem feri-la frontalmente mas, é o caso de dizer, apoiando-se no seu desejo. Ela a tornará permeável às exigências sociais e boa condutora das normas de relações. (p. 187-8)

Percebe-se, no conjunto dessas novas relações sociais, o quanto a família, cada vez mais restrita a uma esfera privada, vai sendo monitorada pela escola no interior da qual a psicanálise é chamada a intervir.

O processo de privatização da família

À normatização do desenvolvimento psicológico presente nos escritos do psicanalista Durval Marcondes subjaz uma noção de família, tanto no que diz respeito à sua estrutura quanto à qualidade das relações entre seus componentes. Nessa ótica prevalece o cuidado com o que ele denomina “atmosfera psíquica do lar”. Os pais, os parentes e a vizinhança, notadamente os primeiros, são definidos como agentes da influência de um modelo de conduta a ser seguido. Pode-se dizer que a educação das crianças, neste modelo, oscila entre o afeto dosado e a colocação de limites que mantenha distância segura da coerção física. Os mimos e a severidade são condenados, na medida em que os extremos põe em risco a boa margem do poder de interferência dos pais sobre o psiquismo maleável da criança, nos termos que a higiene mental escolar psicanaliticamente orientada considera como própria à introdução do princípio de realidade.

Essa educação obstina-se em inculcar disciplina por meio de um processo de constituição da consciência moral que não caia na relação de dependência da criança mimada,

sobretudo com a mãe, nem na relação de oposição da criança escorraçada, comumente com o pai. Meio termo difícil de ser alcançado, esse processo contém além dessa dificuldade, uma alta dose de arbitrariedade. Um modelo de conduta esperado dos pais, no qual para a mãe se reserva o trabalho de maternagem e para o pai o exercício da autoridade está implícito no teor das orientações empreendidas pelo SHME. Referindo-se à orientação que seria dada à família de uma menina de 11 anos com um irmão de 6 anos, encaminhada ao Serviço por excesso de nervosismo que atingia funções orgânicas, Marcondes informa:

Em face de tais circunstâncias impuseram-se as seguintes providências em relação aos pais:

- 1) Orientá-los no sentido de que devem exigir da criança apenas o que a criança pode dar. Devem conformar-se com a idéia de que ela só poderá ser uma aluna comum e desistir de fazê-la uma escolar modelo.
- 2) Salientar-lhes a necessidade de deixar mais livre a criança, proporcionando-lhe os derivativos psíquicos de que ela necessita.
- 3) Obter um tratamento mais carinhoso para com a paciente, não dando a esta motivos para supor uma preferência pelo seu irmão.
- 4) Conseguir que não façam referência à suposta incapacidade que as manifestações nervosas possam acarretar à paciente e que não lhe imponham restrição alguma fundamentada nesse motivo.

Com relação não somente aos pais, mas também à avó, à tia e à professora, evidenciou-se ainda a necessidade de convencê-los de não dar importância aos distúrbios manifestados pela paciente, fazendo-os compreender sua significação exclusivamente afetiva. (p. 11)

Apesar da aparente racionalidade das orientações, o que sobressai é a intenção de reparo das relações, como se as atitudes isoladamente produzissem os efeitos que são objeto da queixa escolar. O contexto é reduzido a condição social/ambiental desfavorável, ao pano-de-fundo do decisivo clima doméstico. O especialista conhece o que deve ser feito, a família apenas descreve os acontecimentos. Reconhecida então a permeabilidade psíquica da criança,

dita-se a influência correta a ser exercida. A psicanálise, por conseguinte, permite através de seu repertório teórico-técnico, esse mandado de segurança para que, a partir da escola, o discurso competente exerça ingerência na família.

A equipe do SHME, ao examinar cada caso e prescrever as orientações e eventualmente o tratamento, desqualifica o comportamento e a palavra da família e condena a reflexão que ela realiza ou pode realizar sobre os problemas que vive. Descolada da realidade concreta das famílias, esse incipiente aparato disciplinar revela o autoritarismo que articula seu discurso. O alvo principal dessa estratégia é deslocar a educação da criança do arbítrio da família, centrado no castigo corporal, para o arbítrio do trabalhador social orientado psicanaliticamente, pautado por uma norma que enquadra a infância como doença a ser sanada pela educação moral correta dos pais.

Espera-se, portanto, que os pais adotem um código de conduta que a própria queixa escolar mostra que lhes é avesso, na medida em que para a higiene mental escolar o meio produz os problemas. Rago (1985) aborda o lugar de mãe e de pai previstos neste código:

No discurso médico, dois caminhos conduzirão a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade. Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família (...)

A “nova mãe” passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo o que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí, a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação. Assim, o discurso

médico concede-lhe uma autoridade na esfera doméstica que pretende quebrar o poder do pai, enquanto que aquela que trabalha fora do lar é incumbida da atividade de civilização da classe operária: ela deverá impedir que o marido freqüente o bar, que se embebede, que tenha más companhias e que todos fiquem na rua até tarde. (p. 75 e 80)

Percebe-se, desse modo, como sujeitos sociais vêm gradualmente diminuir a esfera pública das relações concomitante à crescente expansão da vida privada, processo consubstanciado na família, cada vez mais vigiada de perto pelos trabalhadores sociais.

Após apontar o processo de privatização da família e o estabelecimento social da escola como instituição de educação de crianças, Donzelot (1980) refere-se ao aprofundamento da tutela sobre a família:

Ver-se-á, sem dificuldade, de que maneira o mecanismo da tutela, instaurado no final do século passado, pode servir para apoiar e sistematizar a passagem, nas camadas populares da família “clânica” à família reorganizada segundo os cânones da higiene doméstica, do refluxo para o espaço interior, da criação e da vigilância das crianças. Do mesmo modo, os mesmos dispositivos de poupança, de incitação escolar, de aconselhamento relacional, se efetivam na conexão entre a família moralizada e normalizada e a família burguesa. Entre a impotência da primeira e o desenvolvimento da segunda, eles tecem a trama obsedante da promoção que fornecerá os traços característicos da pequena burguesia com seu sobre-investimento na vida familiar, seu sentido da economia, seu fascínio pela escola, sua busca febril de tudo que pode fazer dela um bom “ambiente”. (p. 88)

A educação de crianças filia-se a uma visão liberal que, alicerçada no disciplinamento, reconhece o indivíduo para ajustá-lo a uma ilusão de liberdade. Ao invés de ser castigada, a criança é orientada; ao invés da coerção, interpõe-se o diálogo. Porém sob a orientação e o diálogo repousa a norma, a prescrição da forma correta de viver. A educação de crianças se insere, dessa maneira, num conjunto de transformações amplas e profundas que inauguram a modernidade, no interior das quais a educação assume um lugar fundamental para as novas

relações sociais e os novos modos de exercício do poder. Articulam-se assim, no processo histórico, a liberdade no plano formal, ilusória na dimensão das relações concretas, e os dispositivos de controle que se erguem a partir da família e da escola na nova relação entre a sociedade e o Estado liberal (Cambi, 1999).

A família, sob essa intervenção assistencial, nos remete novamente à redução da dimensão política à dimensão moral. O código de conduta dos pais está definido, as relações familiares estão prescritas, o roteiro do diálogo entre pais e filhos já está escrito. Pode-se discernir aqui, a influência da economia política liberal no interior da família, pois suas prerrogativas se balizam pelas necessidades daquela. O disciplinamento se impõe para cooptar o indivíduo supostamente livre, correlação de forças que se apóia na psicanálise como ferramenta do trabalho social.

Durval Marcondes, portanto, exercita a psicanálise e sobre ela reflete nesta articulação com a higiene mental escolar, situação também presente na França (Donzelot, 1980) e nos Estados Unidos (Lasch, 1990) no bojo da experiência paulistana acumulada no SHME. Impressiona como a psicanálise em diversos países oferece seus préstimos à constituição de um regime disciplinar que internaliza na criança uma visão de sociedade inquestionada que quer subjugar o indivíduo, induzindo-o não só a consentir como a tomar como natural o controle que nele se efetiva.

Donzelot (1980) levanta uma hipótese sobre a proximidade entre a psicanálise e a concepção liberal de educação, apontando uma ligação entre Keynes, teórico da economia política numa vertente que formula as bases da assistência social, e Freud:

Não se poderia dizer que o freudismo permitiu operação similar, apresentando um mecanismo flexível de ajustamento entre a esfera do jurídico e a esfera médica? Tratava-se, aí também, de escapar a uma alternativa perigosa entre, de um lado, a consagração estática dos privilégios por meio da posse dos bens jurídicos, em particular na

família e, por outro lado, a inspiração de um mecanismo central de coerção, nivelando as posições adquiridas, detendo as iniciativas em nome da norma sanitária. Velho debate, velha busca, tanto quanto essa articulação entre o social e o econômico: todo o século XIX não descansou enquanto não encontrou um princípio de equilíbrio entre a necessidade de impor normas sociais de saúde e educação, e a de manter a autonomia dos indivíduos e a ambição das famílias com o princípio da liberdade de iniciativa. Ora, o que traz o freudismo, senão o meio de injetar a exigência das normas para dentro da família, mantendo-se sempre “bem fundada” na teoria, mas sempre suspeita na prática, suspeita de ser um peso para seus membros, de frustrá-los daquilo que desejam dar-lhes? Injeção que não esteriliza o nível familiar mas, ao contrário, intensifica-o, pois a família permanece como horizonte de todas as trajetórias.

Não se poderia, também, ver uma certa complementaridade entre as duas operações, Keynes e Freud? O primeiro salva o princípio da iniciativa privada, da motivação individual, egoísta, na organização social, descobrindo uma técnica que não somente cobre as feridas produzidas por essa anarquia, mas reinsere ainda melhor as zonas sociais falhas no circuito econômico. O segundo salva a referência familiar, sem a qual o “individualismo possessivo” não tem possibilidade de funcionar; ele lança a suspeita sobre as carências, as apreciações abusivas da família, e lhes deixa a família como horizonte a conquistar para firmar suas trajetórias e inscrever seus resultados. Admirável disposição esta, que assim se produz no que diz respeito à família, permitindo evitar os perigos reais da sua autonomia e facilitar a regulação social, referindo-lhes as frustrações dos indivíduos e nela fixando seus sonhos e suas ambições. Que outro cenário poderia oferecer tantos recursos? (p.207-8)

Esse questionamento dirigido à psicanálise, que indaga sobre o sentido de sua participação no trabalho social que irradia o regime disciplinar, estendendo-o ao âmago do psiquismo, está no cerne de nossa pesquisa, que toma como objeto as concepções e práticas prescritas pelo psicanalista paulista.

Durval Marcondes: psicanálise e política

A pesquisa voltada à psicanálise, tal como introduzida e difundida por Durval Marcondes, registra uma série de acontecimentos importantes e chega a problematizar algumas articulações e desdobramentos históricos do estabelecimento e consolidação da psicanálise em São Paulo. Não se preocupa, porém, com o aprofundamento da análise que levaria à necessária interrogação sobre o sentido das estratégias e propósitos adotados pelo psicanalista paulista nesta empreitada. Uma outra característica dessa literatura é o compromisso com o legado da psicanálise e uma certa idealização de sua introdução em São Paulo.

Faz-se necessário, assim, pensar sobre a significação das posições assumidas por Durval Marcondes no âmbito da psicanálise, em conexão com os acontecimentos que marcam o período histórico de sua produção, no recorte da concepção de infância nela presente.

A afinidade das idéias psicanalíticas de Marcondes com os psicanalistas americanos e ingleses não o torna alheio às reflexões que psicanalistas realizavam em outros países, como, por exemplo, José Bleger na Argentina. Marcondes mostra-se sintonizado com os acalorados debates que ocorrem na comunidade psicanalítica internacional, notadamente os que concernem à técnica e à cura em psicanálise. Seus escritos deixam clara sua identificação com a escola de Chicago, que tem como representante Franz Alexander, que busca no processo analítico a retificação emocional do paciente. Conforme já exposto anteriormente, a retificação visa retomar e eliminar conflitos que sinalizam falhas no desenvolvimento psicológico do indivíduo, que impediriam atitudes condizentes com a maturidade psíquica do adulto. Nesta situação, é preciso que o processo analítico reedite as interferências que os pais não lograram realizar para que o psiquismo se desenvolvesse. O papel do analista e o sentido

da psicanálise, dessa maneira, são definidos pela cura do indivíduo de sua infância. Sobre esse assunto, o psicanalista paulista é explícito em seus artigos, e não chega a alterar o cerne de suas formulações no curso de sua obra.

É possível, contudo, localizar uma pequena mudança no conteúdo das reflexões psicanalíticas do autor, quando se volta mais à leitura e ao acompanhamento da experiência teórico-clínica da escola inglesa, que tem como referência fundamental o trabalho de Melanie Klein. Marcondes passa a expor os temas a que se dedica através dos conceitos de relações objetais e de mecanismos de identificação, entre outros, construídos por essa linha psicanalítica de pensamento. O sofrimento psíquico continua a ser entendido como doença e, nessa condição, como algo a ser eliminado. A teorização, porém, situa nas relações de objeto as disparidades que se processam na relação do indivíduo com a realidade, oriundas de falhas na constituição dos mecanismos de identificação. Estes mecanismos, a partir da infância, possibilitam que se introjete a parte boa do objeto e se expulse a parte má, de tal forma que o desenvolvimento psicológico desemboque na maturidade psíquica. Ao discutir a melancolia em termos psicanalíticos, por exemplo, suas palavras delineiam essa perspectiva:

Os obstáculos à assimilação introjetiva do objeto, que são peculiares ao crescimento, acentuam-se na depressão e assumem proporções patológicas na melancolia. O desfecho da crise depressiva está na dependência da livre mobilização dos impulsos agressivos para o ataque eficiente e adequado às partes más do objeto, sua separação das partes boas, sua completa eliminação e definitiva exclusão. É, assim, possibilitada a identificação reparadora com o bom objeto, a qual é necessária ao restabelecimento da normalidade psíquica. (Marcondes, 1967a, p. 7)

Persiste também, assim, uma visão normalizadora do desenvolvimento psicológico como sequência de estágios evolutivos a eliminar a reminiscência selvagem no homem

civilizado, a infância. O papel do analista defendido por Durval Marcondes, conjuntamente com outros membros da comunidade psicanalítica internacional, remete com clareza à ação de um higienista, que penetra no psiquismo do indivíduo adulto para corrigir a rota do desenvolvimento psicológico. Quando a intervenção se dá na própria infância, esse procedimento se exprime pelas orientações a pais e professores para que se conduzam de modo a “educar” a criança para a adaptação à realidade. Em relação ao adulto, o procedimento se refere à retificação do superego na relação analítica, superego este constituído de modo deficitário na infância. Sobre a função do analista no processo terapêutico, ele chega a afirmar:

Dessa permanente transformação do superego, efetuada a pouco e pouco na situação de transferência por meio de projeções e introjeções sucessivas, é que resulta a modificação estável do paciente traduzida na durabilidade da cura. O fator específico e principal dessa mudança é o confronto, proporcionado pelas interpretações de transferência, entre os objetos arcaicos da fantasia do paciente e a realidade atual, representada na pessoa do analista. Tais interpretações levam o paciente a desligar-se de suas fixações infantis e evoluir livremente para um estado adulto normal. (Marcondes, 1980, p. 279)

Quando Durval Marcondes refere-se à segunda tópica freudiana, reconhecemos no id a infância, representante do passado selvagem a ser domado e extinto; no ego, o modelo de normalidade que se efetiva no adulto; e no superego, a internalização do juízo moral, que possibilita o controle do indivíduo a partir de sua subjetividade. Impressiona o grau de correspondência entre a psicanálise na concepção de Durval Marcondes e o aparato disciplinar expresso pela higiene mental escolar. Esta posição nitidamente adotada por Marcondes, é importante lembrar, alia-se à perspectiva de muitos psicanalistas pelo mundo, o que mostra, como acompanhamos com Donzelot (1980) e Lasch (1986), o quanto a psicanálise se articula à composição de um trabalho social que opera, conforme também já assinalado, a redução da dimensão política à dimensão moral, imputando ao indivíduo a

responsabilidade pela miséria que se estabelece na vida concreta e nas relações sociais produzidas numa sociedade de classes. E é neste contexto singular que as classes populares irão encontrar o psicanalista, como expõe Castel (1978):

(...) o proletariado está de saída excluído em todos os níveis do debate sobre a psicanálise: enquanto sujeito possível da prática analítica, por razões econômicas; enquanto parceiro na luta ideológica, por razões culturais; enquanto protagonista social, uma vez que não há, neste nível, problema social. Nem como aliada, nem como adversária, o proletariado encontra a *psicanálise*. Em troca, pode encontrar o *psicanalista* emboscado em torno de uma instituição, isto é, um especialista chamado para reparar as disfunções do sistema escolar ou judiciário, para conter a degradação da estrutura familiar etc.; como pode também encontrar a mitologia psicanalítica difundida pelos meios de comunicação de massa, tornada linguagem obrigatória para exprimir os conflitos conjugais, pedagógicos e sociais. (p. 23, grifos do autor)

A psicanálise, ao mesmo tempo em que logra constituir um saber sobre o psiquismo na trama complexa entre indivíduo e sociedade, sintomaticamente revela o que está em causa como problema fundamental particular a esse momento histórico. O liberalismo necessita produzir um indivíduo com um psiquismo forjado numa norma que traga para a vida social o aparente frescor de liberdade, situação que, na verdade, manifesta concretamente todo um acordo implícito para obter consentimento com o poder sobre ele exercido. A operação é obscura para o indivíduo, e ele, bombardeado por essas intervenções sociais, acaba por interpelar mais a si próprio do que a refletir sobre as relações sociais e a organização do poder nas quais seus problemas e seu sofrimento se produzem. E a psicanálise interpõe-se aí como dispositivo normalizante, discussão que Castel (1978) formula nos seguintes termos:

Não somente a psicanálise responde com toda a evidência a uma “demanda social” – preferiria dizer que tal “promoção” responde a certos mecanismos objetivos de organização das sociedades contemporâneas, e mais precisamente a uma crise das instituições, o que remete aos desequilíbrios atuais entre os aparelhos de produção e os aparelhos de controle e normalização -, mas ainda, de certo modo ela vai mais longe que esta “demanda”, ela oferece seus serviços. Mais

exatamente, tudo se passa como se a psicanálise se encontrasse localizada na linha de frente onde surgem certas “demandas sociais”, entre as mais novas, as mais urgentes e as mais importantes. Assim, não é nos velhos hospitais psiquiátricos que encontramos mais analistas, mas em “experiências-piloto”, consideradas modelo de uma reorganização de conjunto da política de saúde mental; não foi para contribuir na formação de não importa quais especialistas que a psicanálise foi chamada a ajudar na universidade, mas para a formação de educadores e reeducadores etc. (p.27)

Essa operação revela-se ainda mais potente quando se lança sobre a infância, na medida em que, como dito anteriormente, a modelagem, ao ser realizada sobre uma substância psíquica maleável, impõe a realidade e sua ordem como naturais. A manobra, dessa maneira, faz com que o psiquismo se desenvolva com as raízes sendo fincadas na ordem social estabelecida, o que aumenta a eficácia desse disciplinamento.

Faz-se necessário, porém, ponderar que fazer essa discussão não significa optar pelo princípio de prazer, em detrimento do princípio de realidade. O que se quer aqui é apontar, como Durval Marcondes e muitos psicanalistas pelo mundo entendem o desenvolvimento psicológico e a educação, esta última como substituição adequada e ágil do princípio do prazer pelo princípio de realidade, do id pelo ego, da criança pelo adulto.

Neste ponto cabe um parêntese: de que maneira Freud se posiciona sobre estas questões? Como ele pensa a relação entre a psicanálise e a educação? Que concepção de criança se pode extrair de sua obra? Sem a pretensão de nos determos no exame dessas questões, é preciso mencionar a perspectiva de Freud sobre elas. Num primeiro momento de sua obra, no qual identifica o inconsciente com os conteúdos recalçados da sexualidade infantil, Freud vislumbra a possibilidade de prevenir a neurose na vida adulta através de uma educação menos severa, que supõe ser o fator etiológico da neurose, na medida em que as pulsões sexuais infantis, se recalçadas, poderiam gerar os núcleos de seus sintomas. Com o

acúmulo de experiência clínica e o trabalho de pesquisa sobre a sexualidade infantil, caminha para um novo entendimento dessa relação, que culmina com a proposição da segunda tópica do aparelho psíquico apresentada em “O ego e o id” em 1923, na qual reconhece o caráter estrutural do inconsciente, cuja abrangência não se restringe aos conteúdos recalçados, mas engloba o conjunto das pulsões. Constata, assim, que a psicanálise e a educação são tarefas impossíveis, porque o inconsciente não é esgotado nem pelo processo analítico, nem pela intervenção da educação, o que o leva a não ver na educação a profilaxia das neuroses (Kupfer, 1989). Mesmo assim, Freud não deixa de refletir sobre o assunto, preocupação que o acompanha até o final de sua obra. Retorna a ele muitas vezes, principalmente nos textos em que trata da cultura e da sociedade, no final das décadas de vinte e trinta. Em “O futuro de uma ilusão” (1929), antes de discutir a religião como resposta aos conflitos inerentes à civilização, ele se posiciona sobre o tema de forma surpreendente:

Parece, antes, que toda civilização tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia ao instinto; sequer parece certo se, caso cessasse a coerção, a maioria dos seres humanos estaria preparada para empreender o trabalho necessário à aquisição de novas riquezas. Acho que se tem de levar em conta o fato de estarem presentes em todos os homens tendências destrutivas e, portanto, anti-sociais e anticulturais, e que, num grande número de pessoas, essas tendências são suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade humana.

Este fato psicológico tem importância decisiva para nosso julgamento da civilização humana. Onde, a princípio, poderíamos pensar que sua essência reside no controle da natureza para o fim de adquirir riqueza, e que os perigos que a ameaçam poderiam ser eliminados por meio de uma distribuição apropriada dessa riqueza entre os homens, parece agora que a ênfase se deslocou do material para o mental. A questão decisiva consiste em saber se, e até que ponto, é possível diminuir o ônus dos sacrifícios instintuais impostos aos homens, reconciliá-los com aqueles que necessariamente devem permanecer e fornecer-lhes uma compensação. É tão impossível passar sem o controle da massa por uma minoria, quanto dispensar a coerção no trabalho da civilização, já que as massas são preguiçosas e pouco inteligentes; não têm amor à renúncia

instintual e não podem ser convencidas pelo argumento de sua inevitabilidade; os indivíduos que as compõem apóiam-se uns aos outros em dar rédea livre a sua indisciplina. Só através da influência de indivíduos que possam fornecer um exemplo e a quem reconheçam como líderes, as massas podem ser induzidas a efetuar o trabalho e a suportar as renúncias de que a existência depende. Tudo correrá bem se esses líderes forem pessoas com uma compreensão interna (insight) superior das necessidades da vida, e que se tenham erguido à altura de dominar seus próprios desejos instintuais. Há, porém, o perigo de que, a fim de não perderem sua influência, possam ceder à massa mais do que esta a eles; por conseguinte, parece necessário que sejam independentes dela pela posse dos meios de poder à sua disposição. Expressando-o de modo sucinto, existem duas características humanas muito difundidas, responsáveis pelo fato de os regulamentos da civilização só poderem ser mantidos através de certo grau de coerção, a saber, que os homens não são espontaneamente amantes do trabalho e que os argumentos não têm valia alguma contra suas paixões.

(...) Gerações novas, que forem educadas com bondade, ensinadas a ter uma opinião elevada da razão, e que experimentarem os benefícios da civilização numa idade precoce, terão atitude diferente para com ela. Senti-la-ão como posse sua e estarão prontas, em seu benefício, a efetuar os sacrifícios referentes ao trabalho e à satisfação instintual que forem necessários para sua preservação. Estarão aptas a fazê-lo sem coerção e pouco diferirão de seus líderes. Se até agora nenhuma cultura produziu massas humanas de tal qualidade, isso se deve ao fato de nenhuma cultura haver ainda imaginado regulamentos que assim influenciem os homens, particularmente a partir da infância.

(...) Mas, pela mesma razão, as limitações da capacidade de educação do homem estabelecem limites à efetividade de uma transformação desse tipo em sua cultura. Pode-se perguntar se, e em que grau, seria possível a um ambiente cultural diferente passar sem as duas características das massas humanas que tornam tão difícil a orientação dos assuntos humanos. A experiência ainda não foi feita. Provavelmente uma certa percentagem da humanidade (devido a uma disposição patológica ou a um excesso de força instintual) permanecerá sempre associada; se, porém, fosse viável simplesmente reduzir a uma minoria a maioria que hoje é hostil à civilização, já muito teria sido realizado – talvez tudo o que *pode* ser realizado. (p.17-19, grifos do autor)

Com essa compreensão política Freud, apesar de reconhecer a impossibilidade de controle absoluto das pulsões, não deixa de se inclinar favoravelmente a uma ação que diminua seu impacto e o risco que representa para a civilização, já desde a infância. Estas

informações nos impõem a constatação de que Durval Marcondes, ao coordenar um aparelho de higiene mental escolar orientado pela psicanálise, não distorce as reflexões freudianas; pelo contrário, ainda que Freud considere esta ação impossível, ele não desautoriza, e até vê com bons olhos, quem se disponha à obra. Embora liberal, não dispensa o uso da força, apesar de aspirar a uma educação que possibilite o consentimento esclarecido dos homens, a indicar consciência da necessidade de renúncia pulsional. Ainda que seja necessário considerar que Freud aposte na capacidade humana de chegar através da educação a uma resposta, aos dilemas postos pela civilização, sua visão liberal parece afinar-se neste artigo com a vocação autoritária dessa corrente no Brasil³⁹. De qualquer modo a intervenção social da psicanálise protagonizada por Durval Marcondes encontra nas reflexões freudianas palavras de aprovação.

O interesse de Freud pelo assunto persiste e em “O mal-estar na civilização” (1930) ele concebe o desenvolvimento psicológico em termos que coincidem com os escritos de Durval Marcondes, no tocante à concepção de criança:

Essas primeiras renúncias instintuais [ao canibalismo, ao incesto e à ânsia de matar] já envolvem um fator psicológico igualmente importante para todas as outras renúncias instintuais. Não é verdade que a mente humana não tenha passado por qualquer desenvolvimento desde os tempos primitivos e que, em contraste com os avanços da ciência e da tecnologia, seja hoje a mesma que era nos primórdios da história. Podemos assinalar de imediato um desses progressos mentais. Acha-se em consonância com o curso do desenvolvimento humano que a coerção externa se torne gradativamente internalizada, pois um agente mental especial, o superego do homem, a assume e a inclui entre seus mandamentos. Toda criança nos apresenta esse processo de transformação; é só por esse meio que ela se torna um ser moral e social. Esse fortalecimento do superego constitui uma vantagem cultural muito

³⁹Se aprofundarmos essa discussão com base na experiência histórica do liberalismo no Brasil, e mesmo no mundo, ao longo do século XX e início de século XXI, impõe-se a hipótese de que o liberalismo não se alicerça no exercício efetivo da liberdade, mas pela vocação autoritária de uma economia reificada que faz com que os homens gravitem suas vidas em torno dela.

preciosa no campo psicológico. Aqueles em que ele se realizou são transformados de opositores em veículos da civilização. Quanto maior é o seu número numa unidade cultural, mais segura é a sua cultura e mais ela pode passar sem medidas externas de coerção. Ora, o grau dessa internalização difere grandemente entre as diversas proibições instintuais. Com referência às primeiras exigências culturais, que já mencionei, a internalização parece ter sido amplamente conseguida, se não levarmos em conta a exceção desagradável dos neuróticos. Contudo, o caso se altera quando nos voltamos para as outras reivindicações instintuais. Aqui observamos com surpresa e preocupação que a maioria das pessoas obedece às proibições culturais nesses pontos apenas sob pressão da coerção externa, isto é, somente onde essa coerção pode fazer-se efetiva e enquanto deve ser temida. (p. 22-3)

Pode-se objetar, sobre o conteúdo dessas digressões, que elas precisam ser pensadas no conjunto mais amplo da obra e que há ainda outros elementos a serem considerados no trato dessas questões. Com efeito, o pensamento freudiano, aberto às imprevisibilidades da clínica e cioso do rigor necessário às elaborações teóricas, não é abarcado em todo o seu movimento e complexidade nas palavras que compõem essas citações⁴⁰. É possível afirmar, entretanto, sem correr o risco de cair em grave equívoco ou de enveredar pelo absurdo, que subjaz uma concepção evolucionista de história e de psiquismo nas formulações psicanalíticas freudianas, que em grande medida fazem eco ao teor dos escritos de Durval Marcondes. O superego é visto como conquista da civilização, e o desenvolvimento psicológico coincide, então, com a supressão do infantil. A infância aqui é a patologia que insiste no processo civilizatório.

⁴⁰ É preciso considerar outras importantes experiências institucionais ligadas à introdução da psicanálise em dispositivos educacionais, como as realizadas por Maud Mannoni (1977) na Escola Experimental de Bonneuil na França, e Maria Cristina Kupfer (2000) na Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida em São Paulo que, com propósitos e em contextos distintos em relação às intervenções do SHME coordenado por Durval Marcondes, apontam outras possibilidades de articulação entre psicanálise e educação. Entretanto, a análise empreendida nesse processo de pesquisa permite afirmar que o ideário higienista permanece, ainda que sob novas roupagens, atual, nos debates em educação e na psicanálise.

A psicanálise, em certa medida e com maior intensidade nas posições defendidas por alguns psicanalistas, parece acomodar bem, no interior de suas reflexões teórico-clínicas, o evolucionismo. Esta articulação, porém, é muito problemática quando o ponto de incidência é a subjetividade humana. Stephen Jay Gould (1997), importante expoente do darwinismo afirma:

A natureza não é uma harmonia intrínseca de unidades claramente definidas. A natureza existe em múltiplos níveis, cuja interação é incerta nas fronteiras entre um e outro. Não podemos sequer formular uma definição inequívoca de “indivíduo” no nível dos corpos orgânicos – como demonstram os agregados de *Armillaria* e os clones de afídeos. Além disso, em termos darwinianos, indivíduos legítimos existem e operam em vários níveis de uma hierarquia genealógica – genes e espécies, além de organismos. E nada é mais fascinante do que saber que esse turbilhão de indivíduos diferentes constrói uma rede de interações para produzir a história da vida através da evolução darwiniana! A própria natureza então proclamaria com Walt Whitman, na “Canção de mim mesmo”:

Eu me contradigo?

Pois bem então eu me contradigo.

Sou enorme, eu contendo multidões. (p.413-4)⁴¹

Interessante posição, que afirma a legitimidade do que é plural, em detrimento da necessidade da norma. O que queremos é apenas assinalar que a infância concebida como patologia da civilização na produção científica de Durval Marcondes não é formulação completamente estranha a Freud.

Na especificidade dos escritos de Durval Marcondes, o evolucionismo é aplicado ao indivíduo, incidindo no desenvolvimento psicológico, nos termos dos estágios percorridos

⁴¹A passagem mencionada é referida pelo autor como trecho de **Folhas da Relva**, de Walt Whitman.

pelas pulsões sexuais na infância. As pulsões sexuais infantis são, dessa maneira, a matéria maleável a ser “educada”. De que maneira essa educação vai ser realizada? Seja em relação à criança atendida pelo SHME, seja em relação ao adulto que passa pelo processo analítico, a intervenção se ordena pela palavra. Na forma de orientação a pais e professores ou de intervenções retificadoras da normalidade psíquica, o elemento mediador é a palavra do higienista informado pela psicanálise e do psicanalista informado pela higiene mental infantil. E o lugar de onde é proferida revela que se passa da coerção à persuasão do indivíduo. Segundo Foucault (1979):

A verdade não está unicamente no sujeito, que a revelaria pronta e acabada ao confessá-la. Ela se constitui em dupla tarefa: presente, porém incompleta e cega em relação a si própria, naquele que fala, só podendo completar-se naquele que a recolhe. A este incumbe a tarefa de dizer a verdade dessa obscura verdade: é preciso duplicar a revelação da confissão pela decifração daquilo que ela diz. Aquele que escuta não será simplesmente o dono do perdão, o juiz que condena ou isenta: será o dono da verdade. Sua função é hermenêutica. Seu poder em relação à confissão não consiste somente em exigi-la, antes dela ser feita, ou em decidir após ter sido proferida, porém em constituir, através dela e de sua decifração, um discurso de verdade. (p.65-66)

E mais especificamente sobre a psicanálise nesta conjuntura, Foucault (1977) afirma:

Neste espaço de manobra veio alojar-se a psicanálise, mas para modificar consideravelmente o regime das inquietações e certezas. Era natural que suscitasse desconfiança e hostilidade no início, pois levando ao limite a lição de Charcot, tratava de percorrer a sexualidade dos indivíduos fora do controle familiar; punha a claro essa sexualidade sem recobri-la com o modelo neurológico; melhor ainda, punha em questão as relações familiares na análise da sexualidade. Mas, eis que a psicanálise, que parecia, em suas modalidades técnicas, colocar a confissão da sexualidade fora da soberania familiar, reencontrava, no próprio seio dessa sexualidade, como princípio de sua formação e chave de sua inteligibilidade, a lei da aliança, os jogos mesclados dos esposais e do parentesco, o incesto. A garantia de que lá, no fundo da sexualidade de cada um, ia-se encontrar a relação pais-filhos permitia, no momento

em que tudo parecia indicar o processo inverso, manter a fixação do dispositivo de sexualidade sobre o sistema da aliança. Não havia riscos de que a sexualidade aparecesse, por natureza, estranha à lei: ela só se constituía pela lei. Pais, não receeis levar vossos filhos à análise: ela lhes ensinará que, de toda maneira, é a vós que eles amam. Filhos, não vos queixéis demais de não serdes órfãos e de sempre encontrardes no fundo de vós mesmos, vossa Mãe-Objeto ou o signo soberano do Pai: é através deles que tendes acesso ao desejo. (p.106)

A psicanálise, desse modo, não se apresenta como discurso científico criado de forma absoluta para o disciplinamento do indivíduo. As formas de sua institucionalização pelo mundo, entretanto, desvelam uma articulação com a esfera política pela qual o pragmatismo psicanalítico estabeleceu soluções de compromisso que interpelam a própria psicanálise. A não problematização de suas concepções e de seus efeitos concretos na vida social acaba por conduzi-la, assim, a aderir muitas vezes a uma noção de psiquismo que se filia acriticamente ao ideário liberal e, no caso de Durval Marcondes, a uma explícita articulação com o higienismo, que revela sua concepção de psicanálise e de homem.

Considerações finais

O disciplinamento parece tentar aprisionar o indivíduo, desde sua infância, justamente no contexto histórico em que se proclama sua liberdade, com a ascensão das democracias liberais no mundo. A psicanálise, ao menos a que está em questão nesta pesquisa, participa de uma espécie de reengenharia social e política, necessária à manutenção de um poder baseado na desigualdade entre os homens. O liberalismo e a psicanálise anunciam um mundo e um homem novo, mas a consequência concreta foi a mutação do autoritarismo do Antigo Regime em autoritarismo da norma como legitimação das desigualdades sociais sob o disfarce de diferenças individuais. E o eixo no qual esse controle se expressa é a palavra, cassada dos homens que podem refletir e decidir potencialmente sobre suas vidas, é substituída pela palavra das correntes das ciências humanas que compuseram um trabalho social articulado a essa nova forma de exercício do poder.

Na particularidade dessas questões que concentram a atenção dos homens de ciência no Brasil ao longo do século XX, entre as quais as reflexões de Marcondes se insere, é possível discernir o lugar de proeminência ocupado pelas teorias raciais evolucionistas e darwinistas sociais (Schwarcz, 1993). As reflexões desse psicanalista articulam-se aos princípios do evolucionismo, ao tomar o meio como a fonte geradora das mazelas sociais e psíquicas e ao defender uma intervenção que busca retificar, no fundo, a moral do indivíduo brasileiro. Durval Marcondes preocupa-se com a formação do brasileiro como requisito do desenvolvimento do país, procurando retificar sua cultura, ao passo que Freud discute os impasses do processo civilizatório, preocupado com as massas, e com seu significado político. E pode-se dizer que o modelo de civilização a ser alcançado tem, no homem europeu, a

referência maior. Sobre esse ponto, é importante ponderar as palavras de Foucault (1979), quando discute o significado da ciência histórica para o continente europeu:

[A Europa do século XIX] pátria das misturas e das bastardias, época do homem-mistura. Com relação aos momentos de alta civilização ei-nos como bárbaros: temos diante dos olhos cidades em ruínas e monumentos enigmáticos; detemo-nos diante das muralhas abertas; perguntamo-nos que deuses puderam habitar aqueles templos vazios. As grandes épocas não tinham tais curiosidades nem tão grandes respeitos; elas não reconheciam predecessores; o classicismo ignorava Shakespeare. A decadência da Europa nos oferece um espetáculo imenso cujos momentos mais fortes são omitidos ou são dispensados. O próprio da cena em que nos encontramos hoje é representar um teatro; sem monumentos que sejam nossa obra e que nos pertençam, nós vivemos cercados de cenários. Mas há mais: o europeu não sabe quem ele é; ele ignora que raças se misturaram nele; ele procura que papel poderia ter; ele não tem individualidade. Compreende-se então porque o século XIX é espontaneamente historiador: a anemia de suas forças, as misturas que apagaram todas as suas características produzem o mesmo efeito que as macerações do ascetismo; a impossibilidade em que ele se encontra de criar, sua ausência de obra, a obrigação em que ele se encontra de criar, sua ausência de obra, a obrigação em que ele se encontra de se apoiar no que foi feito antes e em outros lugares o constroem à baixa curiosidade do plebeu. (1979, p.32)

Durval Marcondes, por conseguinte, ao introduzir a psicanálise no Brasil através de uma associação direta da higiene mental escolar com o início de uma intervenção social, participa do início do disciplinamento sutil do indivíduo; indivíduo que, num sentido liberal, aqui ainda dava seus primeiros passos. Se o SHME teve um espectro de ação restrito, na medida em que o uso da polícia como veículo estatal de repressão e a cultura da violência nas instituições brasileiras provavelmente dispensavam os serviços dessa assistência, acompanhando o curso dos acontecimentos deparamo-nos com a regulamentação de novas profissões, que se constituem para atender ao crescimento da demanda social, entre elas, as profissões de psicólogo e os assistente social. E no foco da demanda social encontramos, por sua vez, a criança. Mesmo que de forma lenta, processo que se pode supor ainda em

expansão, as políticas públicas deslocam o plano de sua ação da coerção física à violência da persuasão, do constrangimento moral e da desqualificação da palavra social pelo especialista competente.

A concepção de criança presente nos escritos de Durval Marcondes, na forma da infância enquanto patologia do processo civilizatório coaduna-se, como exposto, a um sentimento de infância engendrado pelo estranhamento. A transformação das relações entre os homens, no interior do processo histórico que envolve a constituição do modo de produção capitalista, conduz a uma percepção crescente do que se configura como idades da vida. A produção de mercadorias, intimamente ligada à ciência, espalha sua influência na vida social e dá origem a uma nova compreensão do homem sobre si mesmo. O sentimento de infância parece encontrar, no conjunto de todos esses acontecimentos, sua condição de possibilidade. Notam-se agora, desse modo, os índices das diferenças que neste contexto se construíram entre adultos e crianças. As crianças, consideradas sob o signo das diferenças em relação aos adultos, impõem uma nova necessidade social: a decisão sobre os possíveis rumos da infância, esse novo tempo que se inaugura nas relações sociais. Impõe-se como tema, então, a educação das crianças. O discurso científico, representado nesta pesquisa psicanálise em Durval Marcondes, envereda pela criação de uma racionalidade do trabalho educativo, que privilegia o disciplinamento. A educação escolar pública de crianças em São Paulo, com a criação do SHME, anuncia no interior das escolas uma nova forma de exercício do poder. A escola, desse modo, assume um papel de fundamental importância, na definição dos rumos que se abrem à formação das crianças. Como se pode verificar ao longo da análise construída neste processo de pesquisa a racionalidade científica, ao incidir no processo educativo, acaba por tentar neutralizar o problema aberto pela nova necessidade social de institucionalizar a educação de crianças, naturalizando procedimentos apresentados como corretos e inquestionáveis. A crítica a uma lógica do disciplinamento nas escolas, mesmo se

considerando que nelas há resistência, e que portanto ela não é absoluta, nos leva a pensar na discussão sobre o papel da escola e sobre a concepção de criança que orienta a sua formação na contemporaneidade. Neste mesmo movimento, é preciso examinar em detalhe e com mais vagar, as relações entre a psicanálise e a dimensão política na qual se inscreve, no curso do processo histórico, a fim de estabelecermos um maior entendimento sobre as articulações e os compromissos que tanto Freud quanto a comunidade psicanalítica internacional constituíram para sua difusão e institucionalização pelo mundo. Temas para outras pesquisas, os problemas expostos se inserem na perspectiva crítica de vários estudos preocupados em resgatar a palavra do enquadramento em que ela é aprisionada pelo discurso competente dos especialistas.

A permanente construção dessa crítica, desse modo, alicerça-se na consideração da palavra social e no reconhecimento de sua legitimidade, contexto que procura recolocar a substância política do conhecimento socialmente produzido e os compromissos que constrói frente às posições que assume.

É possível também dizer que o ideário higienista permanece no cotidiano da vida social brasileira e que ainda busca se impor como tecnologia de controle. O aumento da regulação da vida pelas ciências e a imposição constante de seu planejamento se colocam como desdobramentos do higienismo, na perspectiva de uma biopolítica que procura ampliar seu poder sobre o indivíduo, prescrevendo diretrizes para seu pensamento e, desse modo, à sua palavra (Foucault, 1977). E a infância é o lugar que se mostra privilegiado para um maior investimento dessas novas modalidades de controle.

Referências

- ABRÃO, J. L. F. **A história da psicanálise de crianças no Brasil**. São Paulo: Escuta, 2001.
- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- BISSERET, N. “A ideologia das aptidões naturais”. In: Durand, J.C.G. (org.) **Educação e hegemonia de classe**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp. 30-67.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- BRASIL, Leis etc. Lei 8069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. CAMPOS, C. de. **São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945)**. São Carlos: RiMa, 2002.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CASTEL, R. **O psicanalismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- CHAUI, M.S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- COHEN, P. **“Homo Sapiens”**. Suécia, documentário, 1998.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- FERNANDES, H.R. **Sintoma social dominante e moralização infantil: um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim**. São Paulo: EDUSP: Escuta, 1994.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade v.1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- _____ **A Microfísica do poder** Rio do Janeiro: Graal, 1979
- _____ **Vigiar e punir: o nascimento da prisão** Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREUD, S. (1923) “O ego e o id”. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____ (1929) “O futuro de uma ilusão”. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- ARRUMAR LÁ A DATA
- _____ (1930) “O mal estar na civilização”. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- GOULD, S.J. **Dinossauro no palheiro: reflexões sobre história natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

KUPFER, M.C.M. **Educação para o futuro: psicanálise e educação.** São Paulo: Escuta, 2000.

_____ **Freud e a educação: o mestre do impossível.** São Paulo: Scipione, 2000.

LASCH, C. **O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA, L.A.G. **Um estudo psicanalítico sobre a produção do conhecimento na criança psicótica** Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP, 1998.

MANNONI, M. **Educação impossível.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MARCÍLIO, M.L. **História da escola em São Paulo e no Brasil** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARCONDES, D. A psicanálise dos desenhos dos psicopatas. **Revista da Associação Paulista de Medicina.** 3(4): 175-182, 1933a.

_____ A influência do cinema na agravação das neuroses. **Revista da Associação Paulista de Medicina.** 3(1), 1933b.

_____ Os resultados do tratamento psicanalítico. **Revista da Associação Paulista de Medicina.** 6(1): 21-28, 1935a.

_____ Um aspecto psicanalítico da cirurgia. **Revista de Cirurgia de São Paulo.** 1(4): 454-459, 1935b.

_____ A higiene mental escolar por meio da clínica de orientação infantil. **Revista de Neurologia e Psiquiatria de São Paulo.** 7(6): 251-258, 1941a.

_____ e Arruda, J. Avaliação dos resultados obtidos na clínica de orientação infantil de São Paulo. **Revista de Neurologia e Psiquiatria de São Paulo.** 7(6): 259-262, 1941b.

_____ Contribuição para o estudo do problema dos repetentes na escola primária (condições físicas, psíquicas e sociais). **Revista de Neurologia e Psiquiatria de São Paulo.** 7: 23-33, 1942.

_____ Clínica de orientação infantil; suas finalidades e linhas gerais de sua organização. In Marcondes, D.(Org.) **Noções gerais de higiene mental da criança.** São Paulo: Martins, p. 43-48, 1946a

_____ A criança e a guerra. In Marcondes, D.(Org.) **Noções gerais de higiene mental da criança.** São Paulo: Martins, p.179-185, 1946b.

_____ Sobre a psicogênese do mal de engasgo. **Arquivos de Neuropsiquiatria.** 5(2): 125-134, 1947.

_____ Parecer sobre o exercício da psicoterapia por psicólogos clínicos e psicanalistas não formados em medicina. *Separata*, 1955.

_____ Formação psicossomática do médico. **Revista da Associação Médica Brasileira**. 3:167-171, 1957.

_____ Relações médico-paciente. **Medicina**. 1: 149-152, 1962.

_____ A melancolia como aspecto patológico do mecanismo de identificação. **Revista Brasileira de Psicanálise**. 1(2): 7-17, 1967a.

_____ A atuação como revivência da cena primária: papel do ataque epiléptico. **Revista Brasileira de Psicanálise**. 1(2):199-203, 1967b.

_____ Anotações para a compreensão psicanalítica da mania. **Revista Brasileira de Psicanálise**. 1(3): 351-364, 1967c.

_____ Identidade de sexo e estruturação do ego. **Revista Brasileira de Psicanálise**. V.1, n.4, p.468-475. 1968a.

_____ Profundidade e alcance do tratamento psicanalítico: atuais restrições e perspectivas. **Revista Brasileira de Psicanálise**. V.2, n.1, p.100-113, 1968b.

_____ A regressão na contratransferência. **Revista Brasileira de Psicanálise**. 2(1): 11-21, 1968c.

_____ Novos aspectos da entrevista clínica: dificuldades contratransferenciais. **Revista Brasileira de Psicanálise**. 2(2): 245-256, 1968d.

_____ Posição da psicanálise na psicologia e na ciência em geral. **Revista Brasileira de Psicanálise**. 4(1): 141-149, 1970.

_____ Psicodinamismo do processo analítico. **Revista Brasileira de Psicanálise**. 14: 277-292, 1980.

_____ Conceito de interpretação em psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**. 33(3): 415-421, 1999.

MARCONDES, D. (Org.) **Noções Gerais de Higiene Mental da Criança**. São Paulo: Martins, 1946.

MICELLI, S. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOKREJS, E. “Durval Marcondes – O primeiro capítulo da psicanálise e da psicopedagogia em São Paulo”. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, 14(2): 193-209, jul/dez. 1988.

OLIVEIRA, C. L. M. V. de – **História da psicanálise - São Paulo (1920-1969)**. São Paulo: Escuta, 2005, p.49-133.

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996a.

_____ “Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico: o caso da medicina social” **Novos Estudos Cebrap**, n.44, p.180-99, mar. 1996b.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil (1890-1930)**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, A. **A Crença problema**. (1939). São Paulo: Ibrasa, 1973.

SAGAWA, R.Y. **Redescobrir as Psicanálises**, São Paulo: Lemos, 1992.

_____ “A história da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo”. In Nosek, L. **Álbum de Família: imagens, fontes, e idéias da Psicanálise em São Paulo**. São Paulo: Casa do Psicólogo (IDE/SBP-SP), 1994, p.15-28.

_____ **Durval Marcondes**. Rio de Janeiro: Imago Ed., Brasília, DF: CFP, 2002.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.